ISAE – INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

FABIANA CRIVANO LOPES

A GERAÇÃO DE VALORES SUSTENTÁVEIS EM NEGÓCIOS, A PARTIR DE INICIATIVAS E PRÁTICAS DO PACTO GLOBAL NO BRASIL

CURITIBA

2015

FABIANA CRIVANO LOPES

A GERAÇÃO DE VALORES SUSTENTÁVEIS EM NEGÓCIOS, A PARTIR DE INICIATIVAS E PRÁTICAS DO PACTO GLOBAL NO BRASIL

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Mestrado Profissional em Governança e Sustentabilidade, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE.

Orientador: Prof. Dr. Norman de Paula Arruda Filho

Coorientador: Prof. Dr. Charles Carneiro

CURITIBA

2015

LOPES, Fabiana Crivano.

A geração de valores sustentáveis em negócios, a partir de iniciativas e práticas do Pacto Global no Brasil – Dissertação de Mestrado.

Ano: 2015.

132 pg.

CDD: 658.408.

TERMO DE APROVAÇÃO

Fabiana Crivano Lopes

"A Geração de Valores Sustentáveis em Negócios, através de Iniciativas e Práticas do Pacto Global no Brasil"

DISSERTAÇÃO APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE NO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE DO INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA | ISAE, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Norman de Paula Arruda Filho
(Orientador / ISAE)

Prof.ª Dr.ª Fabiana de Nadai Andreoli
(Examinadora / PUC-PR)

Prof. Dr. Luciano Minghini
(Examinador/ ISAE)

Curitiba, 05 de Outubro de 2015.

À minha família, amigos, professores, colegas e alunos.

AGRADECIMENTOS

Eis que chega o grande dia de materializar um sonho. Este não só desejado e conquistado por mim, mas sim por todos que sonharam comigo e que de alguma forma contribuíram por meio de gestos de confiança, de palavras de incentivo, de paciência, resiliência e principalmente com o sentimento que nos une, o amor.

Em outubro de 2013, formalmente dei início a esse sonho graças à família maravilhosa que tenho, que sempre me apoiou e me fez acreditar que seria possível. Sempre me disseram que nesse novo ciclo, encontraria 'boas novas', descobriria novos interesses, faria novas amizades, cresceria não só intelectualmente, mas também espiritualmente, pois o aprendizado nos torna maiores não só nos pensamentos, mas sobretudo nas ações, nos gestos, na firmeza dos nossos ideais. E dentre tantos e todos especiais na sua forma, quero aqui agradecer primeiramente a meus Pais, por serem os meus principais exemplos e os responsáveis pelo meu caminhar.

A minha irmã, Raquel, a mais amiga, a mais companheira, a mais confidente e sobretudo a mais partícipe de tudo. Obrigada por sonhar diariamente comigo e me estimular a nunca desistir.

Ao meu irmão Marcelo, e sua família, em especial aos meus maiores inspiradores, meus sobrinhos Benjamin e Nicolas, por serem a minha luz, o lúdico e o futuro. Por eles e por todas as gerações porvir acredito e desejo trilhar a Sustentabilidade.

À minha tia e madrinha, Sônia, sem o seu apoio jamais seria possível acreditar. Obrigada Dinda, por toda confiança e por todo estímulo.

Às tias Sandra e Ruth, pela amizade e grande incentivo.

Aos meus primos, André, Alexandre e Fernanda e suas famílias, pelas palavras carinhosas e cheias de esperança.

Ao ISAE – Instituto Superior de Administração e Economia, meu segundo lar, em me permitir entrar e me sentir em casa, me dando liberdade de crescer como aprendiz e profissional.

Aos colegas, amigos, colaboradores, professores, os meus sinceros agradecimentos. Toda família ISAE, vou levar nas lembranças, cada sorriso, cada aprendizado e cada oportunidade.

Ao corpo docente deste Mestrado, em especial ao corpo docente da primeira turma, muito obrigada por nos darem base durante essa longa viagem. Agradeço em especial aos Professores Doutores:

Cleverson Andreoli, por proporcionar aulas reflexivas, provocar o encantamento pelo tema e ensinar de forma única, tornando suas aulas as melhores a que já assisti.

Rodrigo Berté, obrigada pelo tempo dedicado, pelos ensinamentos, pela turma incrível que formamos na sua disciplina eletiva e pelo incentivo em produzir cientificamente.

Gustavo Possetti, paciente, de uma didática exemplar. Obrigada pelos ensinamentos.

Charles Carneiro, meu Coorientador, sua colaboração e seus ensinamentos foram fundamentais para o trabalho tomar corpo metodológico. Todas suas críticas, incentivo e questionamentos me fizeram crescer e buscar o melhor. Obrigada por acreditar no meu trabalho e me conduzir juntamente com o meu Orientador até aqui.

Aos colegas de turma, agradeço por todo conhecimento compartilhado, obrigada pelo tempo que passamos juntos.

Aos meus alunos, obrigada por serem o mais gostoso desafio e a melhor oportunidade de aprender construindo.

À Comissão Brasileira do Pacto Global (CBPG), da Organização das Nações Unidas (ONU), por permitir a utilização de dados provenientes da Consultoria realizada pelo ISAE.

Aos amigos, os mais chegados e os mais distantes, sempre no meu coração, obrigada pela compreensão durante tantas ausências e pela companhia de vocês nos momentos de diversão.

Ao casal amigo, Professor Eric e sua esposa Carolina, um carinho especial.

Gabriella Pita, por todo engajamento, estímulo e colaboração na pesquisa.

E por fim, em especial dedico esta pesquisa:

Ao Professor Doutor Norman de Paula Arruda Filho, meu orientador, o meu grande Mestre. Primeiramente o agradeço pela sua generosidade, me aceitando como sua primeira orientanda de Mestrado, guiando meus passos, compartilhando todo seu conhecimento, ensinamentos para vida toda. Obrigada por transformar as nossas reuniões de orientação em conversas, proporcionando um ambiente reflexivo, construtivo e unido. Pela liberdade que me deu, me deixando à vontade para ir e vir. Grata pela sua confiança, por todas as oportunidades profissionais. Seus princípios, seus valores, sua dedicação à família, à educação e à sustentabilidade me inspiram. Muito Obrigada, meu amigo, meu Professor orientador.

A Deus, mestre maior, por toda luz, por toda proteção. Obrigada, Deus, por me dar todas as provas que eu podia suportar e continue me dando os olhos para ver o melhor das pessoas, um coração com a capacidade de perdoar o pior, uma mente que saiba esquecer o mal, e uma alma que jamais perca a fé.

A mente que se abre a uma nova idéia
jamais voltará ao seu tamanho original.

(Albert Einstein)

RESUMO

O objetivo do trabalho é avaliar a geração de valores sustentáveis em negócios, a partir de iniciativas e práticas do Pacto Global no Brasil. Com este estudo, pretende-se reforçar a importância do comprometimento e do fortalecimento da base organizacional em torno da Sustentabilidade Corporativa no país. A avaliação se deu por meio de coleta de dados de uma consultoria pro bono realizada pelo Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE), para o Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG), de janeiro a março de 2014, baseando-se em análises qualitativas e quantitativas. Após as análises, a próxima etapa foi identificar as empresas signatárias do Pacto Global, que compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), o envio de seus Comunicados de Progresso (COP), relatórios de sustentabilidade e sua valorização em relação ao índice. Nos resultados, observou-se que há geração de valores sustentáveis nas empresas signatárias e que o processo se dá a longo prazo. Este quadro vem ganhando melhor desempenho junto às empresas que buscam estar engajadas nas mudanças e transformações do mercado a favor do desenvolvimento sustentável. Apesar de ser uma iniciativa promissora existem lacunas que devem ser consideradas. Faz-se necessário fiscalizar com maior rigidez os comunicados de progresso das empresas signatárias e suas verdadeiras práticas, implementando uma penalidade mais severa, legitimista e pública, deixando de lado o estado filosófico. O estudo contribui com futuras pesquisas, a fim de despertar o entusiasmo acadêmico e viabilizar sua aplicabilidade junto às empresas.

Palavras-chave: Valor Sustentável. Pacto Global. Sustentabilidade. ISE. COP. Nações Unidas.

ABSTRACT

The objective is to evaluate the generation of sustainable value for business from Global Compact initiatives and practices in Brazil. This study aims to reinforce the importance of commitment and strengthening the organizational base around the Corporate Sustainability in the country. The evaluation was made through data collection from a pro bono consultancy undertaken by the Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE) for the Brazilian Committee of the Global Compact (CBPG), from January to March 2014, based on qualitative and quantitative analyzes. After analysis, the next step was to identify the signatory companies of the Global Compact, which makes up the Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), sending its Communication on Progress (COP), sustainability reporting and its appreciation against the index. From the results, it was noted that there is the generation of organic values member companies and that the process takes place in the long term. This framework has been gaining better performance with companies seeking to be engaged in the changes and market transformations in favor of sustainable development. Despite being a promising initiative there are gaps that should be considered. It is necessary to monitor with greater rigidity the reported progress of the signatory companies and their real practices by implementing a penalty more severe, legitimist and public, leaving aside the philosophical state. The study provides further research in order to awaken the academic enthusiasm and enable its applicability with companies.

Keywords: Sustainable Value. Global Compact. Sustainability. ISE. COP. United Nations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - As oito dimensões do ecodesenvolvimento – Ignacy Sachs 27
FIGURA 2 - Objetivos do milênio 29
FIGURA 3 - Principais marcos internacionais da ONU 33
FIGURA 4 - Base dos princípios do Pacto Global 35
FIGURA 5 - Os 10 princípios do Pacto Global 36
FIGURA 6 - Modelo de gestão do Pacto Global 39
FIGURA 7 - Global Compact 100 Index: retorno total cumulativo (em dólar americano) desde sua criação 41
FIGURA 8 - Propósitos COP 43
FIGURA 9 - Níveis COP 44
FIGURA 10 - Apresentação ISE 47
FIGURA 11 - Fluxograma das etapas da pesquisa 49
FIGURA 12 - Definição da amostra 52
FIGURA 13 - Setor de atuação das empresas signatárias 55
FIGURA 14 - Competências de um líder 55
FIGURA 15 - Motivos para se tornar signatário do Pacto Global 56
FIGURA 16 - Conhecimento do CBPG 57
FIGURA 17 - Quais os pontos positivos do CBPG? 57
FIGURA 18 - Qual a grande contribuição do Pacto Global para sua empresa 58
FIGURA 19 - Atualmente, a empresa faz parte do CBPG ou Rede Global do PG? 59
FIGURA 20 - Por que optou em fazer parte do CBPG? 60
FIGURA 21 - Foco da missão do CBPG 61
FIGURA 22 - Foco da missão do CBPG - CEOS 61
FIGURA 23 - Ser signatário do CBPG gera valor à empresa 62
FIGURA 24 - Principais mudanças percebidas ao se tornar um signatário do Pacto Global 62
FIGURA 25 - Principais mudanças percebidas ao se tornar um signatário do Pacto Global – CEOS 63
FIGURA 26 - Carteira ISE 64
FIGURA 27 - Adesões das empresas ao Pacto Global 66
FIGURA 28 - Relação entre adesão ao Pacto Global X pontuação ISE 66
FIGURA 29 - Percentual de signatários do PG em relação ao ISE 67

FIGURA 30 - Evolução do valor da ação (EMBRAER) X publicação dos COP.....69

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Responsabilidade Social: principais padronizações, iniciativas e certificações 24
QUADRO 2 - ODMs e ODS.....30
QUADRO 3 - Visão tradicional e reativa e visão sustentável proativa 31
QUADRO 4 - Pautas e ações desenvolvidas durante as conferências e marcos internacionais da ONU 33
QUADRO 5 - Requisitos COP 44
QUADRO 6 - Índices de sustentabilidade no mundo 46
QUADRO 7- Relatórios de sustentabilidade.....68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBPG - Comitê Brasileiro do Pacto Global: Rede Brasileira do Pacto Global

CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

CEOs - *Chief Executive Officer*, em português: Diretor executivo

CERES - *Coalition for Environmentally Responsible Economies*

CMNUCC - Convenção Marco das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

CO_2 - Gás carbônico

COP 15 -*United Nations Climate Change Conference* – Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

COP 16 - Conferência do México, Cancún, 2010

COP - Comunicação de Progresso. Relatório de reporte enviado pelas empresas signatárias do Pacto Global, anualmente

COPEL - Companhia Paranaense de Energia

ECO 92 - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente

ESG - *Environmental, Social and Corporate Governance*

FAB - Resultante da junção das palavras em inglês: *fair, ambitious, binding,* como acrógrafo da palavra fabuloso

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação

FMI - Fundo Monetário Internacional

FT - Força Tarefa ou grupo de trabalho (GT) pertencentes à estrutura da Rede Brasileira do Pacto Global

GAG - Governança Ambiental Global

GEE - Gases de Efeito Estufa

GRI - *Global Reporting Initiative*

IESC - Instituto de Estudios para Sustentabilidad Corporativa

ISAE - Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial

MG - Minas Gerais

NTNU - *Norwegian University of Science and Technology*

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRI - *Principles for Responsible Investment, Princípios do Investimento Responsável*

PRME - Principles for Responsible Management Education, Princípios para Educação Gerencial Responsável

RS - Responsabilidade Social

RSE - Responsabilidade Social Empresarial

SA 8000 - *Social Accountabilit* 8000 (certificação lançada pela *Social Accountability* – SAI)

SAI - *Social Accountability*

SSE - *Sustainable Stock Exchanges*

SWOT - *Strenghts* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças).

TBL - *Triple Botton Line, tripé da sustentabilidade*

UN GC - *United Nations Global Compact*, Pacto Global das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA 17
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA 17
1.2.1 Objetivo geral 17
1.2.2 Objetivos específicos 18
1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA 18
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO 19
2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA 20
2.1 VALOR SUSTENTÁVEL 20
2.2 EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO 21
2.2.1 Responsabilidade social empresarial (RSE) 23
2.3 SUSTENTABILIDADE 26
2.3.1 Desenvolvimento sustentável 28
2.3.2 Sustentabilidade corporativa 30
2.3.3 Governança corporativa 32
2.4 A ONU E OS SEUS PRINCIPAIS MARCOS INTERNACIONAIS: CARACTERÍSTICAS, TEMÁTICAS E PARADOXOS 32
2.5 PACTO GLOBAL 34
2.5.1 Adesão 38
2.5.2 Modelo de gestão 39
2.5.3 Pacto Global e a geração de valor 40
2.6 COP – COMUNICAÇÃO DE PROGRESSO 42
2.6.1 Propósitos 43
2.6.2 Requisitos e níveis 43
2.6.3 GRI – *Global Reporting Initiative* 45
2.7 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) 45
3 MATERIAIS E MÉTODOS 48
3.1 ESCOPO DO TRABALHO 48
3.1.1 Delimitação do estudo 49
3.1.2 Definição da amostra 51
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 53
4.1 CONSULTORIA ISAE CBPG 54

4.1.1 Apresentação e análise dos gráficos 54
4.1.2 Perfil dos signatários da base do Pacto Global – Setor de atuação..... 54
4.1.3 Perfil dos signatários da base do Pacto Global – Competências de um líder..... 55
4.1.4 Perfil dos signatários da base do Pacto Global – Motivos para se tornar signatário 56
4.1.5 Conhecimento do Pacto Global e CBPG – Conhecimento do CBPG..... 56
4.1.6 Conhecimento do Pacto Global e CBPG – Quais os pontos positivos do CBPG 57
4.1.7 Conhecimento dos 10 princípios do PG – Qual a grande contribuição do PG para sua empresa..... 58
4.1.8 Categoria das instituições dentro do Pacto Global – Atualmente, a empresa faz parte do CBPG ou Rede Global do PG 58
4.1.9 Bloco 1: Membros do CBPG – Por que optou em fazer parte do CBPG..... 59
4.1.10 Foco da missão do CBPG 60
4.1.11 Ser signatário do CBPG gera valor à empresa 61
4.1.12 Principais mudanças percebidas ao se tornar um signatário do Pacto Global 62
4.2 RESUMO DA CARTEIRA TEÓRICA DO ISE..... 63
4.3 EVOLUÇÕES HISTÓRICAS DO ISE 65
4.4 ISE X PACTO GLOBAL..... 65
4.5 COMUNICAÇÕES DE PROGRESSO (COP)..... 67
5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES..... 71
REFERÊNCIAS..... 74
ANEXOS 80

1 INTRODUÇÃO

Questões sobre Sustentabilidade, Responsabilidade Social e Governança estão sendo cada vez mais abordadas na pauta organizacional.

Nesse sentido, os princípios norteadores do *Global Compact* – Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) colaboram para o desenvolvimento de valores sustentáveis em negócios, por intermédio de líderes corporativos comprometidos e inovadores que, a partir de uma iniciativa voluntária, promovem o crescimento sustentável e da cidadania (PACTO GLOBAL, 2015).

Com a necessidade de seguir as mudanças mercadológicas e os modelos de gestão, fruto da globalização e das transformações econômicas, tecnológicas e sociais, a fim de aperfeiçoar os indicadores de sustentabilidade e seu tripé econômico, social e ambiental perante a outros países, é desejável que o Brasil caminhe de acordo com tal evolução proporcionando à sua população um equilíbrio no desenvolvimento, estabelecendo assim um crescimento de valor sustentável.

Laszlo (2008, p. 113-114) expõe que a reputação, o bom conceito e o relacionamento com *stakeholders* estão diretamente implicados na definição dos preços de ações, englobando 79% da capitalização de mercado de uma empresa, aumentando sua vantagem competitiva, o que justifica o valor agregado ao negócio. Sobre valor sustentável, o mesmo autor define que uma empresa gera valor para seus acionistas/ *stakeholders*, mediante práticas sustentáveis, enriquecendo suas prioridades de negócio, modernizando e conquistando uma vantagem competitiva, o que acarreta maior valor incorporado ao negócio.

Para Hart e Milstein (2004, p. 77), a criação do valor sustentável está ligada às oportunidades associadas à sustentabilidade gerando valor à empresa, o que irá possibilitar um crescimento lucrativo sustentável no futuro.

Apesar de ser uma iniciativa promissora, existem lacunas que devem ser consideradas, como, por exemplo:

1. o fato de ser uma iniciativa sem comprometimento e (ou) exigência para adesão faz com que as empresas não participem completamente para o melhor desenvolvimento sustentável do mercado;

2. não existe penalidade financeira para empresas que infringem o compromisso, o que poderá propiciar o uso da iniciativa apenas como vitrine e publicidade.

Este estudo pretende reforçar a importância do comprometimento e do fortalecimento da base organizacional, em torno da sustentabilidade corporativa no Brasil. As práticas do Pacto Global podem ou não inovar, evoluir e gerar valor sem comprometer as futuras gerações, premissas fundamentais para a sustentabilidade. A relevância científica, a busca pelo conhecimento e a oportunidade de contribuir com o tema, foram as principais motivações para realização desta pesquisa. Não se pretende, contudo, ser partidário, mas sim colaborar para o progresso de novos estudos e para discussão de possíveis reformas e atitudes da iniciativa no Brasil, deixando de lado o clima filosófico.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Utilizando exemplos baseados em Relatórios de Sustentabilidade no formato COP – Comunicação de Progresso das empresas signatárias do Pacto Global e que compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, pretende-se identificar práticas socialmente responsáveis, aderentes ao desenvolvimento sustentável adotadas pelas empresas, baseadas nos princípios do Pacto Global, abordando assim a problemática desta pesquisa:

Como o Pacto Global gera valor de negócio sustentável para as organizações brasileiras?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo geral

Analisar geração de valores sustentáveis em negócios, moldados em princípios do Pacto Global, a partir da Comunicação de Progresso (COP), Relatórios de Sustentabilidade, das empresas brasileiras signatárias listadas na bolsa de valores e que compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE),

possibilitando com isso o desenvolvimento de produtos decorrentes dessa pesquisa, como publicações e livros.

1.2.2 Objetivos específicos

1. identificar a inclusão da sustentabilidade corporativa no contexto organizacional;
2. observar a existência de progresso das organizações ao incorporar em suas estratégias e ações os princípios do Pacto Global, evidenciados por meio de seus Relatórios de Sustentabilidade no formato COP – Comunicação de Progresso;
3. avaliar a existência ou não de geração de valores sustentáveis nas organizações signatárias do Pacto Global, correlacionando-os ao desempenho das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA

A relevância deste estudo está relacionada aos achados encontrados nas pesquisas realizadas e na sua aplicabilidade prática, úteis para a discussão do tema ainda não analisado suficientemente no âmbito científico.

Embora se observe a existência de estudos publicados em diversos países, acerca da geração de valor sustentável e Pacto Global, tais pesquisas não compreendem os três objetos de estudo em um só trabalho com enfoque no Brasil, mas fornecem referencial para complementação teórica deste.

Vale apontar o ineditismo proposto na correlação realizada Pacto Global *versus* Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) *versus* Comunicação de Progresso (COP), Relatórios de Sustentabilidade na mesma pesquisa, o que, além de contribuir cientificamente, contribui na prática por meio de propostas de consultorias, publicações e livros voltados à adoção de princípios como os do Pacto Global, à geração de valores sustentáveis às organizações e à importância dos relatos das empresas, conduzindo-as ao caminho rentável para soluções e práticas sustentáveis em negócios no Brasil.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O trabalho está estruturado em 5 capítulos, cujos conteúdos estão dispostos da forma a seguir descrita.

O primeiro capítulo abrange a Introdução, dedicada às considerações e motivações que levaram à pesquisa em si. Na sequência, está subdividido em quatro subitens. O primeiro define a problemática da pesquisa, o segundo aponta os objetivos gerais e específicos, o terceiro a justificativa teórica e prática e o quarto compõe a estruturação do trabalho.

O segundo capítulo compreende o Quadro Teórico de Referência, em que é estabelecida a base referencial para o desenvolvimento do estudo e o estado da arte relacionado ao problema, abordando temas sobre valor sustentável, responsabilidade social empresarial, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade corporativa, governança corporativa, ONU, Pacto Global, evolução dos modelos de gestão, comunicação de progresso, GRI e ISE.

O terceiro capítulo é composto pelo escopo do trabalho, delimitação do estudo e definição da amostra.O quarto capítulo refere-se aos resultados e discussões do estudo, abrangendo os dados obtidos, análise dos gráficos e a correlação entre os três objetos abordados nesta pesquisa.

Por fim, o quinto capítulo apresenta as conclusões e recomendações diagnosticadas no decorrer de toda a pesquisa.

2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

2.1 VALOR SUSTENTÁVEL

A Sustentabilidade Corporativa e a geração de valor em negócios são temas bastante pesquisados mundialmente, especialmente quando integrados à governança corporativa e melhores práticas a favor do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social.

Para Zylbersztajn e Lins (2010, p. 10), é na inclusão social que se fundamenta o novo mercado, com adoção de práticas que aplicam o respeito às minorias como atitude ética, além de valores democráticos, ambos fundamentais para implementação de novos modelos de sustentabilidade e governança. Ao descrever sustentabilidade corporativa e sua associação com valor, os autores definem que aspectos financeiros, ambientais e sociais, junto com a avaliação empresarial, estabelecem a base ao processo inicial para determinar o valor sustentável, relatando a importância da síntese do capital natural e humano na atividade sustentável corporativa, a qual busca excelência em gestão, liderança e geração de valor.

Assim, para Hart e Milstein (2004, p. 70-77), o valor sustentável pode ser utilizado como diagnóstico, permitindo que a partir de novas tecnologias as empresas proporcionem uma maior geração do valor, engajada a um desafio para sustentabilidade global, justificando Laszlo (2008, p. 116), quando afirma a necessidade de uma reestruturação e expansão do conceito da criação de valor, sobrepondo questões de acesso ao capital, mão de obra, tecnologia e local, incorporando os *stakeholders* como uma nova influente lente na geração de oportunidades e na análise de riscos dos negócios.

Anterior a tais análises, no ano de 1985, Michael Eugene Porter, professor de Administração e Economia de Harvard, introduz o conceito de Cadeia de Valor, representada pelo conjunto de atividades exercidas por uma organização, compreendendo desde a sua relação com a sua cadeia de fornecedores e os seus ciclos de produção e venda à fase de distribuição final. O propósito foi explorar a relação entre o desempenho dos custos para potencialização do valor final do produto para o cliente, tornando-se uma valiosa ferramenta para novos conceitos de valor, sobretudo se considerar as percepções de todos *stakeholders* (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013).

O impacto social junto à imagem corporativa agrega valor e reflete no desempenho na bolsa de valores, pois transmite solidez na produtividade. Para Young e O'Byrne (2003), a perspectiva de valor é original e acarreta melhoria global. Enfatizam que as empresas que negligenciam seus integrantes como clientes, funcionários, fornecedores, comunidade local e governo não podem gerar valor para os seus acionistas.

O valor, pode ser analisado por diversos prismas. Pretende-se com este estudo reforçar os aspectos relacionados à geração de valor no âmbito da sustentabilidade, em particular nos negócios moldados a partir do Pacto Global no Brasil, ilustrando as tendências relacionadas ao tema.

Compromissos socioambientais compõem a rotina de grandes grupos financeiros, além do melhor planejamento de investimentos desde 2001, no Brasil, iniciado com o Fundo Ethical (ABN Amro Real), primeiro fundo de investimento socialmente responsável (SARTORE, 2012).

A gestão de valor que antes abordava o sistema produtivo, hoje auxilia para que questões do meio filosófico sejam vistas como variáveis científicas integrando o setor estratégico das empresas.

Este item serve de embasamento à estruturação do próximo, no qual se caracteriza a evolução dos modelos de gestão, que servirá de alicerce aos seguintes.

2.2 EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO

Inicialmente sobre a evolução dos modelos de gestão, buscando seu entendimento diante das atuais mudanças no mercado global, bem como a compreensão das ondas de transformação no macroambiente socioeconômico e os desafios presentes no atual cenário organizacional, pode-se afirmar que o formato de mercado mudou, as equipes tornaram-se multiculturais, o pensamento econômico tornou-se global, afetando diretamente o comportamento social de consumo da população como a homogeneidade das práticas e dos padrões organizacionais em resposta a esta integração global.

Dessa forma, Hart e Milstein (2004, p. 69-70) evidenciam que, para a criação de valor, as empresas devem considerar os quatro conjuntos motivadores, com níveis amplos de transparência, responsabilidade e desenvolvimento de novas tecnologias, gerando valor às necessidades daqueles posicionados aquém da pirâmide de

renda mundial.

Ao analisar os mercados da conhecida BP – base da pirâmide, Prahalad (2005, p. 65) expõe que:

> Os mercados da BP são uma grande fonte de experimentação em desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar, recursos como água, energia e transporte são escassos e caros. Os fabricantes de automóveis e veículos de duas rodas estão aprendendo que os clientes da BP são muito atentos ao custo total da propriedade, e não somente ao custo da aquisição.

Surgem novas oportunidades de negócios, nichos de mercado, em função das considerações dos conjuntos motivadores reforçados por Hart e Milstein (2004) e Prahalad (2005), fundamentados na responsabilidade sustentável.

Nesse novo contexto econômico, os clientes desejam relacionar-se com organizações éticas e ecologicamente responsáveis. O compromisso pela gestão sustentável e socioambiental é aflorado em face da relação direta com os *stakeholders* (clientes, fornecedores, consumidores, colaboradores internos, instituições financeiras, ONGs e comunidade em geral), tornando-se forte mecanismo de gestão para o desenvolvimento econômico da organização (TACHIZAWA, 2011).

Os modelos de gestão que permitem transformações a partir das mudanças ambientais são mais participativos, empreendedores e holísticos, possibilitando que os paradigmas se moldem à globalização (SANTOS; RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, 2008, p. 3-5).

Em complemento, ao estudar Estratégias e Ações Socioambientais, os autores do artigo Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental como alicerce para gestão estratégica em instituições do setor educacional citam a visão de Barbieri (2002):

> Tantos mecanismos de comando e de controle por parte do Estado quanto os de competição ambiental entre empresas têm um papel decisivo no avanço das estratégias de gestão ambiental em operações, sobretudo em economias como a brasileira, em que são necessários avanços em termos de universalização dos direitos socioambientais (LOPES; SCHEFFER; BERTÉ, 2014).

Destacam-se como mera referência os modelos de gestão pública e privada em que se percebe que a gestão pública é baseada na excelência de valores e resultados. A melhoria da qualidade dos serviços é de responsabilidade da gestão, o

que contribui para competitividade do país (LIMA, 2007). Sua receita é proveniente dos tributos e apresenta interferência política (IPED, 2015).

Em contrapartida, a gestão privada possui uma visão capitalista e centralizadora com o propósito maior de sustentabilidade no mercado (SANTOS; RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, 2008). Apresenta uma gestão mais profissional e independente, sem intervenção política ou governamental (IPED, 2015).

Sem dúvida se reconhece a necessidade de reformulação no modelo de gestão pública, para evitar a completa falência dele, além da importância do conectivismo entre gestão privada e pública, que corresponde à sinergia em prol de um objetivo comum, ganhando força na espontaneidade do conhecimento.

Nesse mesmo sentido, considerando as variações ambientais, Ulrich Beck (1998, p. 80), em torno do Pensar Globalmente e Agir Localmente, sustenta as idéias apresentadas nesse capítulo, relacionadas às transformações mercadológicas e à realidade mundial pós-industrial, que reforçam a necessidade da sinergia entre os espaços públicos e privados, para um futuro sustentável.

Fenômenos sociais passados relacionados com implicações nas decisões do presente, irão impactar em um futuro próximo, quebrando um paradigma de modelo de gestão, o que ocasionará um crescimento global de forma mais eficaz.

Nessa linha, o Pacto Global das Nações Unidas, objeto de estudo, converge para o desenvolvimento de mercados mais inclusivos e estáveis, com base nos princípios universais na área de direitos humanos, de trabalho e do meio ambiente, o que dá suporte aos objetivos das Nações Unidas (ANNAN, 2004).

Para tanto, é preciso compreender que a gestão ambiental vai além da filantropia; atitudes socialmente responsáveis inseridas no contexto organizacional colaboram com a reputação e imagem das empresas engajadas nesse novo modelo, além de fortalecer a confiança entre a cadeia de valor, a transparência em seus relatos para com a sociedade e a valorização de seus ativos.

2.2.1 Responsabilidade social empresarial (RSE)

A responsabilidade social passou a ser um campo de estudo, associado diretamente à prosperidade da empresa. É aplicada nos investimentos das empresas em projetos e programas sociais, fomentando uma administração voltada à ética, à transparência e à responsabilidade, englobando uma visão sustentável (MASSA;

NOVAK; SOUZA, 2015).

O escopo da responsabilidade social, de acordo com Ashley (2001, p. 34), é a propagação da sustentabilidade agregando elementos tecnológicos, metodológicos, pessoais e de gestão.

Na visão de Rico (2004, p. 73), a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) conduz ações arroladas em valor ético, o que auxilia na estruturação de uma sociedade igualitária em oportunidade e inclusão.

No mesmo sentido, Arruda Filho (2011, p. 31) expõe que a: "responsabilidade social da empresa vem inserida nessa conjuntura em que a sociedade se mobiliza para conter ou, ao menos, minimizar os efeitos degradantes do crescimento desenfreado".

Com o fortalecimento da Responsabilidade Social nas empresas, surgiram padronizações, iniciativas e certificações, das quais, as principais são expostas no Quadro 1:

QUADRO 1 - Responsabilidade Social: principais padronizações, iniciativas e certificações

ANO	NOME	SIGLA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
1996	*Accountability 1000*	AA 100	▪ Criada pelo *Accountability Institute of Social and Ethical Accountability* de Londres. ▪ Certificação social com foco na relação da empresa para com os seus *stakeholders*; ▪ Serve de complemento ao GRI – *Global Reporting Initiative, lançado posteriormente* e também para relatos de responsabilidade socioambiental.
1997	*Social Accountabilit* 8000	SA 8000	▪ Certificação lançada pela *Social Accountability* (SAI), Organização não Governamental (ONG), norte-americana. ▪ Baseada nos princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT). ▪ Pioneira na padronização da responsabilidade social das empresas. Objetiva na cadeia produtiva avaliar a gestão das condições de trabalho das empresas.
1997	*Global Reporting Initiative*	GRI	▪ Organização sem fins lucrativos, *multistakeholders*. ▪ É uma estrutura padrão de Relatórios de Sustentabilidade. ▪ Coordenada pela *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES).
1999	*Global Compact*	UN GC	▪ Pacto Global das Nações Unidas, lançado pela ONU no Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça. ▪ Iniciativa global voluntária que busca fornecer diretrizes às empresas para promoção do desenvolvimento sustentável e cumprimento

ANO	NOME	SIGLA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
			da Agenda Global, através de princípios socialmente responsáveis.
1999	*Dow Jones Sustainability Index*	DJSI	▪ Primeiro indicador da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade. ▪ Indexado a bolsa de Nova Iorque. ▪ Produz através da *Dow Jones & Company* outros índices de sustentabilidade diferenciados.
2001	FTSE4good *Index*	FTSE4good	▪ Lançado pela Bolsa de Valores Inglesa, em Londres. ▪ Índice de empresas socialmente responsáveis.
2003	Princípios do Equador	Não possui	▪ Lançado em Washington, EUA pelo *International Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial e por 10 dos maiores bancos do financiamento internacional de projetos. ▪ Princípios para o Investimento Responsável de Instituições Financeiras, elabora regras para análise e classificação da gestão de riscos socioambientais associados a operações de *project finance.* ▪ Adesão voluntária.
2004	ISO 26000	ISO 26000	▪ Padrão/Norma internacional de sistema de gestão e certificação de empresas em torno da responsabilidade social. ▪ Segue os padrões e normas já estabelecidas como por exemplo, a SA8000, AA1000, Pacto Global e o GRI (Inmetro, 2010).
2005	*Principles for Responsible Investment*	PRI	▪ Princípios do Investimento Responsável elaborado pela ONU, pelos maiores investidores institucionais globais, por especialistas do setor de investimentos, organizações intergovernamentais e pela sociedade civil. ▪ Lançados oficialmente em abril de 2006 na Bolsa de Nova York. ▪ Promove o compromisso dos investidores institucionais frente a temáticas como o meio ambiente, o desenvolvimento social e a governança corporativa (website www.unpri.org).

Fonte: adaptado de KRAYCHETE, 2012.

A Responsabilidade Social Empresarial, decorrente das transformações nos modelos de gestão e globalização econômica, promove a atração de investidores, muitas vezes pela expectativa do retorno confiável, além de propiciar a dedução fiscal nas atividades sociais no Brasil.

O tema Sustentabilidade compõe o próximo item, abordando o Desenvolvimento Sustentável, a Sustentabilidade Corporativa e a Governança Corporativa, suportes para melhor findar este tópico.

2.3 SUSTENTABILIDADE

O termo TBL – *triple botton line* foi desenvolvido por John Elkington, no ano de 1994, tornando-se base para o meio corporativo sobrevindo de uma parábola institucional da récita entre o lucro líquido da organização, proveniente de diversas operações que a princípio eram desassociadas, versando os custos e proventos de forma compartilhada (THE ECONOMIST, 2009).

A sustentabilidade define a ação e a atividade humanas, ligadas ao desenvolvimento econômico, favoráveis às três dimensões do TBL (ambiental, econômico e social), que se inter-relacionam de forma holística, fortalecendo o pilar de sustentação às gerações futuras Elkington (1999 apud ELKINGTON, 2004).

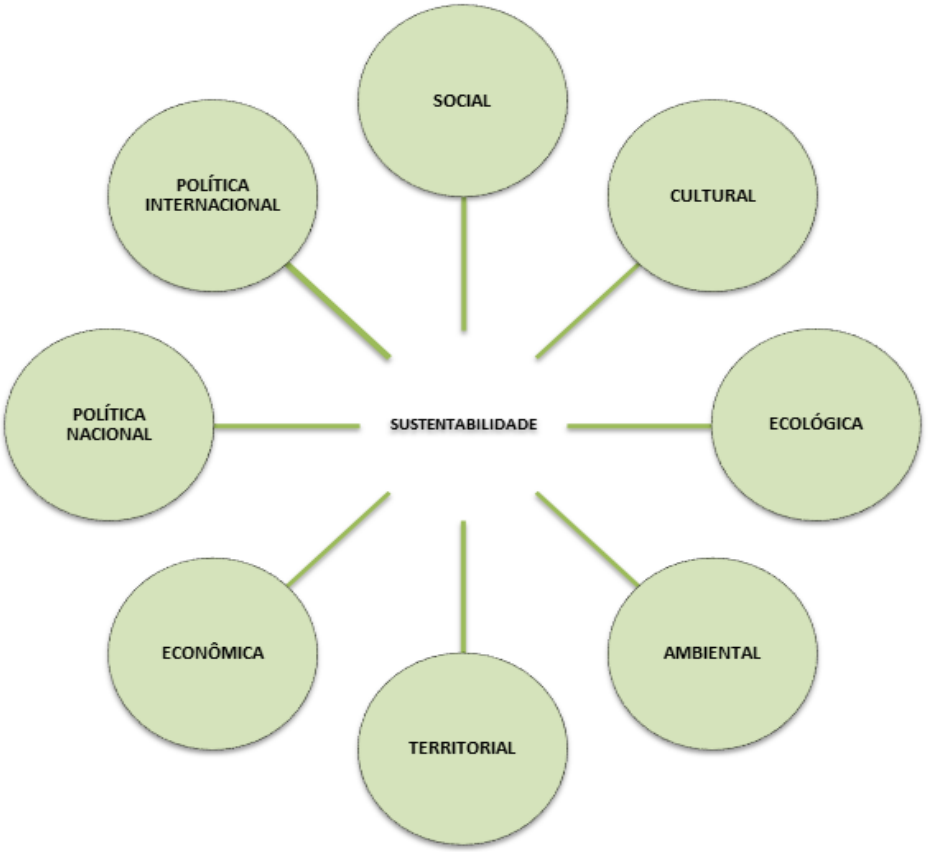
Ainda para o autor, no entendimento quanto ao equilíbrio do tripé da sustentabilidade relata que o mesmo consiste na integração dos três pilares da sustentabilidade, os quais ele nomeia os 3 “P’s” que envolvem:

- *People* (Pessoa – Capital humano);
- *Planet* (Planeta – Capital natural);
- *Profit* (Lucro – Resultados econômicos).

Vale ressaltar que novos conceitos e pilares referentes à sustentabilidade, foram desenvolvidos por outros autores, visando à complementação básica do tripé da sustentabilidade.

Sachs (1993, p. 37-38) considera que "para alcançarmos a sustentabilidade, temos de valorizar as pessoas, seus costumes e saberes". As visões mais abrangentes sobre o conceito de meio ambiente são formas de reconhecer as dimensões da sustentabilidade. Com uma lógica mais profunda, objetivando a mutação do padrão civilizatório e o foco na questão dos recursos naturais, elabora cinco dimensões do ecodesenvolvimento, compreendidas em: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e sustentabilidade cultural, que posteriormente tornam-se oito dimensões, incluindo as dimensões territoriais e políticas (nacional e internacional), conforme pode observa-se na Figura 1:

FIGURA 1 - As oito dimensões do ecodesenvolvimento – Ignacy Sachs



Fonte: adaptado de SACHS, 1993.

Ainda o mesmo autor (SACHS, 2012), em entrevista à Agência Nacional, em que fez um panorama de sua visão e participações em conferências da ONU sobre o meio ambiente, como Estocolmo (1972), Eco92 (1992) e Rio+20 (2012), destaca:

> Os governos não decidem tudo. Na verdade, vivemos em uma economia em que os empresários têm muito a dizer. Não vivemos em uma economia pública, mas sim em uma economia público-privada, na qual as decisões, os projetos, os investimentos não estão em uma só mão. Temos uma multiplicidade de atores que têm interesses distintos, muitas vezes conflitivos.

Para Boff (2014), uma sociedade pode ser considerada sustentável quando se torna mais autônoma por meio do seu trabalho e produção equilibrados, com sensibilização, participação efetiva e garantia da conservação dos recursos naturais. Defende ser necessária uma reinvenção de como o ser humano deve posicionar-se no mundo, ser e estar, escorado pela 'ética do cuidado', preservando a sensibilidade, o sentimento e a solidariedade, dissipado pela educação, a 'porta de entrada' para um novo prelúdio.

Por fim, a sustentabilidade impulsiona o mercado corporativo com o objetivo maior de mudança, a qual interfere no plano ambiental, social e econômico aumentando as oportunidades de negócio e geração de valor.

2.3.1 Desenvolvimento sustentável

Ao pesquisar conceitos sobre desenvolvimento sustentável torna-se indispensável mencionar o Relatório de *Brundtland*: *Our Common Future* – Nosso Futuro Comum, 1987, gerado pela ONU, conduzido pela então primeira ministra da Noruega, *Gro Harlem Brundtland*, que define o desenvolvimento sustentável como:

> Um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas (p. 46).

O desenvolvimento sustentável é uma missão mundial a favor de um planeta igualmente seguro, próspero e íntegro, que carece de investimento e infraestrutura. A adversidade multigeracional tem impacto global, inclusive sobre as políticas públicas (SACHS, 2008).

Segundo o autor, todos iremos custear a conta do desenvolvimento sustentável, seja via mercado, seja via instituições públicas e políticas. O enfoque público torna-se essencial, pois não se deve esquecer que o desenvolvimento sustentável é progresso de todas as partes, sem descuidar dos bens de interesse público, solucionando impasses de forma pacífica.

Zylbersztajn e Lins (2010, p. 1) apresentam um conceito contraditório para o termo desenvolvimento sustentável quando conectados o dinamismo e o movimento relacionados ao desenvolvimento, com a permanência e o estático da sustentabilidade. Porém, para os autores:

> A idéia de desenvolvimento autossustentado deve ser estabelecida de acordo com os limites dos recursos naturais. Para ser efetivamente alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de efetivo planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos.

A expressão desenvolvimento sustentável se fortalece a partir da RIO 92,

conferência da ONU sobre o meio ambiente, quando tem início uma consolidação para o movimento ambientalista (SILVA, 2011).

No ano de 2000, na sede da ONU em Nova Iorque, Estados Unidos, aconteceu a Cúpula do Milênio. Na ocasião, 189 países-membros assinaram e oficializaram a Declaração do Milênio, expressando os ODMs – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, que prioriza a exclusão da fome e da pobreza no planeta até o presente ano (2015). Na sequência, para melhor ilustrar, a Figura 2, Objetivos do milênio, apresenta as prioridades dessa agenda:

FIGURA 2 - Objetivos do milênio

Fonte: PNUD, 2015.

Prahalad e Hart (2005 apud TEODÓSIO; BARBIERI; CSILLAG, 2006), baseados no conceito da "base da pirâmide", defendem que apenas países em desenvolvimento serão merecedores da modernização das condutas socioambientais das empresas, impulsionando o desenvolvimento sustentável e incorporando as 11 dimensões socioambientais aos negócios, o que irá ocasionar uma autêntica revolução, revigorando e sustentando estratégias competitivas globais.

A agenda ODS inclui metas fortemente representadas por ações que ocasionam notáveis mudanças favoráveis à agenda universal, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Para melhor análise, apresenta-se no Quadro 2, uma correlação entre os ODMs e os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, criados para suprir as metas dos ODMs.

QUADRO 2 - ODMS e ODS

	ODMs	ODS
Natureza diferente	▪ Pobreza extrema - escassez de acesso aos recursos básicos (água, comida, saneamento, energia, habitação e educação).	▪ Equilíbrio do *triple botton line*; ▪ Uso eficiente de recursos naturais; ▪ Promoção de práticas sociais justas, economicamente viáveis.
Foco	▪ 1 bilhão de pessoas vivendo na pobreza absoluta; ▪ Países em desenvolvimento e países com menor desenvolvimento relativo.	▪ População mundial; ▪ Escala global; ▪ Mudança de padrões insustentáveis de produção e consumo.
Soluções	▪ ODMs; ▪ Erradicação da pobreza extrema em países desenvolvidos e em um número de países em desenvolvimento; ▪ Existem ferramentas disponíveis.	▪ Nenhum país alcançou o desenvolvimento sustentável; ▪ Necessidades de reformas estruturantes; ▪ Agenda internacional integradora; ▪ Diferentes respostas, a maioria a serem construídas.
Meios de implementação	▪ Ajuda, dinheiro público, filantropia; ▪ Papel muito limitado do setor privado.	▪ Maior importância de recursos privados; ▪ Grandes oportunidades para o setor privado; ▪ Tecnologia; ▪ Incentivos tributários, investimento direto.
Janela temporal	▪ 2015 em 15 anos; ▪ Dar fim à pobreza absoluta em 2015; ▪ Compromisso moral.	▪ Compromisso aberto; ▪ Marcos ou milestones: 2050 (o mundo terá de 9 a 10 bilhões de habitantes); ▪ Gerações futuras.

Fonte: adaptado da apresentação em *power point* aula magna comemorativa de 1 ano do MPGS – Mestrado em Governança e Sustentabilidade, turma 1/13 do ISAE, ministrada por Jorge Chediek, coordenador residente da ONU no Brasil e representante residente do PNUD Brasil realizada na data de 17 de outubro de 2014.

Para Voltolini (2012, p. 73), fica evidenciado que a expectativa da sustentabilidade nos negócios motiva os governos na idealização de ganhos movidos a partir de melhores práticas em serviços e bens inovadores, com a finalidade do desenvolvimento sustentável.

2.3.2 Sustentabilidade corporativa

Entende-se por sustentabilidade corporativa a prática combinada de resultados que reduzem o impacto ambiental, econômico e social atendendo aos interesses de acionistas sem acarretar prejuízo à empresa, beneficiando o desenvolvimento corporativo sustentável.

Nesse sentido, Zylbersztajn e Lins (2010, p. 38) declaram que:

> Não existe sistema produtivo que funcione sem capital financeiro, capital natural e capital humano bem-articulados e em doses adequadas. Caso essa afirmação lhe tenha parecido óbvia, estamos no caminho certo para discutir o valor gerado pela sustentabilidade.

Diálogos mais recentes indicam a dicotomia da conduta da sociedade e organizações para diminuir o embate negativo. Não se pretende idealizar um sistema social distinto, mas objetiva-se remodelar o atual, com a finalidade de humanização organizacional aproximando a sociedade das empresas. Percebe-se que as empresas inovadoras conseguem melhores oportunidades, pois apresentam maior nexo entre as atividades sustentáveis junto a outras áreas corporativas (LAURIANO; BUENO; SPITZECK, 2014).

Toda atividade corporativa desenvolvida com qualidade, que disponha de capital natural e humano no cenário social e ambiental, irá gerar resultados sustentáveis no desempenho corporativo.

Observam-se no Quadro 3, a seguir, as características da visão empresarial tradicional e reativa, equiparada à visão empresarial sustentável proativa:

QUADRO 3 - Visão tradicional e reativa e visão sustentável proativa

VISÃO TRADICIONAL E REATIVA	VISÃO SUSTENTÁVEL E PROATIVA
Problemas ambientais são absorvedores de despesas/ investimentos sem retorno;	A solução dos problemas ambientais deve ser encarada como forma de reduzir custos/ desperdícios/perdas e prevenir riscos para o negócio, conciliando ecologia com economia;
A solução dos problemas ambientais resume-se ao cumprimento da legislação vigente;	As empresas devem se antecipar às novas legislações em gestação, sempre mais rigorosas, tendo em vista a globalização da economia e a consolidação nas leis dos avanços das novas tecnologias disponíveis e economicamente viáveis;
O não cumprimento da legislação ambiental e social por competidores é uma ameaçadora forma de concorrência desleal;	As oportunidades de negócios no campo ambiental podem representar forte diferencial frente aos competidores, ao lograr melhor acolhida entre clientes e investidores ambientalmente responsáveis; o respeito a normas ambientais mais rigorosas pode eliminar concorrentes;
A poluição e os acidentes ambientais são algo danoso para a imagem da empresa.	A excelência ambiental é a base para promover o marketing ecológico legítimo que não deve ser confundido com mera propaganda.

Fonte: ZYLBERSZTAJN; LINS, 2010, p.159.

2.3.3 Governança corporativa

A Governança Corporativa está diretamente associada à forma de administração empresarial, baseando-se nas políticas internas, regulamentações e processos que orientam estrategicamente a adoção das boas práticas.

Para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2010), a Governança Corporativa é o sistema que dirige, monitora e incentiva as organizações, compreendendo a relação entre os proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle.

Andrade e Rossetti (2007, p. 26) afirmam que: "a Governança Corporativa tem fundamentos sólidos, definidos a partir de princípios éticos aplicados na condução dos negócios".

De acordo com o IBGC (2010), as práticas de Governança Corporativa são norteadas por quatro princípios básicos: transparência, equidade, prestação de contas – *accountability* e responsabilidade corporativa.

Tão relevante quanto as demais abordagens, cabe ressaltar a Governança Ambiental Global (GAG), a qual refere-se aos princípios que englobam a preservação ambiental de forma sustentável.

Conforme Andrade (2009), Kofi Annan, então secretário-geral da ONU, no ano de 1990, começou a estimular um maior apoio institucional junto ao setor privado no que se refere à reforma da Governança Ambiental Global, fazendo com que o setor privado, visto até então como opositor à política ambiental, fosse reestabelecido como um vetor eficaz na contribuição e inovação ambiental.

Dando sequência aos impulsos inovadores e as relações das Nações Unidas com as organizações, o próximo item apresentará um breve histórico da ONU, destacando seus principais marcos, características e paradoxos.

2.4 A ONU E OS SEUS PRINCIPAIS MARCOS INTERNACIONAIS: CARACTERÍSTICAS, TEMÁTICAS E PARADOXOS

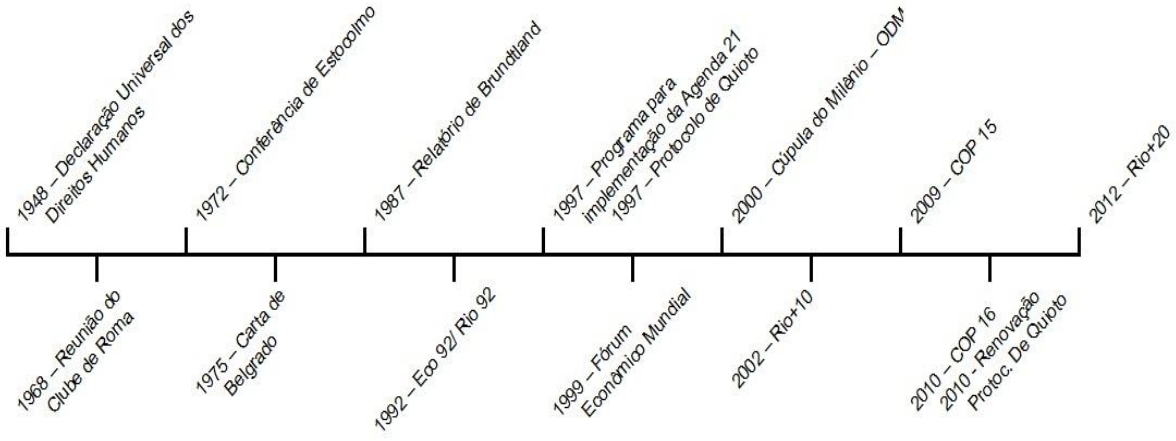
Desde sua formação após a Segunda Guerra Mundial, em 24 de outubro de 1945, a ONU tem como objetivo promover a paz e o desenvolvimento mundial. É a maior organização internacional, constituída voluntariamente por países-membros que trabalham na criação e prática da promoção do progresso socioeconômico de

todos os povos (ONUBR, 2015).

Na era contemporânea, não existia nenhuma estrutura politizada mais hermética em seu funcionamento real ou mais sutil em suas mais profundas reações do que a ONU, afirma Sá (1967, p. xiii), ressaltando que as organizações, assim como suas agências, envolvem grande vigor humano. A ONU, sobretudo, não visa idolatria por parte do povo e muito menos censura por parte das nações, dirigentes e ramificações políticas; acima de tudo, a ONU clama pelo entendimento do povo e das nações acerca dos seus debates e deliberações.

Dessa forma, a ONU foi pioneira na realização de grandes cúpulas internacionais. Dentre os principais marcos internacionais da ONU, destaca-se:

FIGURA 3 - Principais marcos internacionais da ONU



Fonte: adaptado de RIO+20, 2015.

As pautas principais e ações desenvolvidas durante as Conferências e marcos internacionais da ONU são descritas no Quadro 4:

QUADRO 4 - Pautas e ações desenvolvidas durante as conferências e marcos internacionais da ONU

MARCOS/CONFERÊNCIAS	PAUTAS
1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos	Demarcação dos direitos humanos básicos a todos.
1968 – Reunião do Clube de Roma	Debate sobre o crescimento econômico/lucros reais.
1972 – Conferência de Estocolmo, Suécia	Alerta e o apoio às temáticas ambientais. Realizado o primeiro debate sobre a crise ecológica.
1975 – Carta de Belgrado	Primordialidade na temática educacional a favor da ética, apoiados na conjuntura da fotografia ambiental.
1987 – Relatório de Brundtland	Definição do conceito de desenvolvimento sustentável.
1992 – Eco 92/ Rio 92	Pilar do desenvolvimento sustentável. Criação da Carta da Terra, colaborando dessa forma, diretamente com o desenvolvimento sustentável do eixo global menos favorecido. Início da elaboração da Agenda 21.

MARCOS/CONFERÊNCIAS	PAUTAS
1997 – Protocolo de Quioto, Japão, 1997	Contenção de impactos ambientais e redução na emissão dos GEE–Gases de Efeito Estufa.
1997 – Programa de Implementação da Agenda 21	Promoção e padronização do consumo sustentável.
1999 – Fórum Econômico Mundial, Davos – Suíça	Iniciativa do *UN Global Compact:* Pacto Global das Nações Unidas.
2000 – Cúpula do Milênio	ODM
2002 – Rio+10 Johannesburgo	Convenção mundial sobre desenvolvimento sustentável.
2009 – COP 15, Copenhague, Dinamarca	Tratado entre o presidente norte americano, Barack Obama e os líderes governamentais do Brasil, da China, África do Sul e Índia, eliminando a União Europeia desta cúpula, que defendia as questões debatidas em Quioto e que não se concretizaram em Copenhague. Validação do Protocolo de Quioto.
2010 – COP 16, a conferência do México, Cancún, 2010	Renovação do Protocolo de Quioto.
2012 – Rio+20: Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável	Renovação do pacto político acerca do desenvolvimento sustentável.

Fonte: adaptado de RIO+20, 2015.

Não só os líderes governamentais devem lutar por ações e respostas. O ambiente corporativo deve apoiar melhores práticas favoráveis ao desenvolvimento sustentável, zelando pelas futuras gerações.

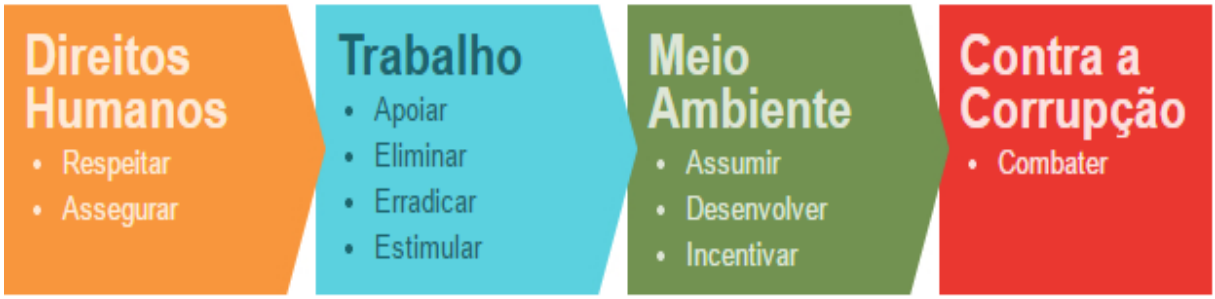
Embora algumas agências da ONU demonstrassem um receio de existir o *'blue-washing'*, isso não significa uma resistência ao Pacto Global. A preocupação maior era de que as empresas pudessem explorar a marca ONU sem a devida seriedade na apresentação de suas ações e com isso ficarem isentas da responsabilidade e da qualidade (DNV GL; UN GLOBAL COMPACT, 2015).

O próximo item apresenta um breve histórico do Pacto Global, seus princípios, seu modelo de gestão, sua representatividade, estudos atuais sobre a iniciativa e críticas ao modelo.

2.5 PACTO GLOBAL

As iniciativas do Pacto Global (PG) são ferramentas que devem ser usadas como referência por serem compostas por princípios éticos e justos, inseridos na esfera organizacional, beneficiando o desenvolvimento sustentável. Fundamentado inicialmente em nove princípios, que *a posteriori*, no ano de 2004, transformaram-se em 10, apresenta em sua proposta objetos como direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, conforme ilustrados na Figura 4.

FIGURA 4 - Base dos princípios do Pacto Global



Fonte: Pacto Global Rede Brasileira, 2013.

A tônica principal é multiplicar seus juízos no *hall* mundial organizacional, na esfera privada e pública, causando maior sensibilização também de atores como os governos, a sociedade civil organizada, a academia e as agências das Nações Unidas.

No ano 1999, na data de 31 de janeiro, durante o Fórum Econômico Mundial em Davos/Suíça, o então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, dá início ao Pacto Global. Sua regularização ocorre em 26 de janeiro do ano 2000, no escritório da ONU em Nova Iorque, Estados Unidos.

Annan (2004) reforça que convidou as empresas a integrar o Pacto Global, como veículos para incorporar os princípios universais na área dos direitos humanos de trabalho e do meio ambiente, dando suporte aos objetivos das Nações Unidas para o desenvolvimento de mercados mais inclusivos e estáveis. As empresas foram convidadas por possuírem uma maior capacidade de capilaridade, abrangendo assim uma maior difusão dos seus princípios, dando sustentabilidade à iniciativa.

O Brasil, nesse período, iniciou a adesão de suas empresas à causa do Pacto Global, tendo atingido 206 empresas participantes, indicando o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social como vetor neste processo.

Em 2002, ocorre o Diálogo Empresarial sobre os Princípios do Pacto Global realizado no país, na cidade de Belo Horizonte-MG, no qual as empresas brasileiras destacaram-se na ação, sendo representadas nesse evento por mais de 300 instituições.

O objetivo principal do PG é fazer com que os princípios de base sejam disseminados, acarretando um fator multiplicador, sensibilizando o mundo da necessidade da mudança estratégica, integrada à utilização de melhores práticas com

base nos 10 princípios do PG 1[1] os quais estão estampados e descritos na Figura 5.

FIGURA 5 - Os 10 princípios do Pacto Global

Fonte: Pacto Global Rede Brasileira, 2013.

Para Georg Kell[2] em 2015, o Pacto Global retrata um novo modelo de colaboração entre as Nações Unidas e as organizações, favorecendo uma mudança fundamental nos setores sociais, econômicos e ambientais. Age em rede, em parceria com outras iniciativas irmãs da ONU, que contribuem como forte argumento para a sustentabilidade, como o PRME – Princípios para Educação Gerencial Responsável e o PRI – Princípios para o Investimento Responsável (DNV GL; UN GLOBAL COMPACT, 2015, p. 5).

As ações dos signatários do Pacto Global são amplamente veiculadas e os resultados são compartilhados por meio dos COP – Comunicação de Progresso e Relatórios de Sustentabilidade, os quais serão discutidos no capítulo seguinte.

Para o Pacto Global, o mundo corporativo é fundamental para colaborar com a boa governança e com o desenvolvimento sustentável e social das nações. As empresas devem agir com responsabilidade perante a sociedade, à medida que se engajam nessa corrente, e tornam-se protagonistas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

---

[1] Resultantes de acordo com: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

[2] Georg Kell, então Diretor Executivo do Pacto Global.

> O Pacto Global não é um instrumento regulatório, um código de conduta obrigatório ou um fórum para policiar as políticas e práticas gerenciais. É uma iniciativa voluntária que procura fornecer diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, através de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras (PACTO GLOBAL REDE BRASILEIRA, 2013).

O Pacto Global é uma iniciativa em rede, possui forte representatividade, com aproximadamente 12.951 signatários, dispostos em 150 redes articuladas ao redor do mundo (PACTO GLOBAL, 2015).

Castells (2002, p. 498) considera que uma estrutura social baseada em redes é um sistema aberto, dinâmico e predisposto à inovação, não prejudicando seu equilíbrio.

Sob o mesmo ponto de vista, Sachs (1993, p. 37-38) acredita que a diversidade é um fator habitual na composição de uma rede social e não é inusitado encontrar casos que reúnam participantes do governo, instituições sociais e empresas privadas em uma só rede.

A busca pela geração de valor sustentável a partir de ações sociais, novas soluções e melhores práticas em negócios, fortalece os signatários do Pacto Global diante das transformações do mercado. Conforme recente publicação do PG, marcando os 15 anos da iniciativa, a mesma afirma que atualmente é a base da sustentabilidade empresarial, tem um foco que vai além das questões sociais, ambientais e de governança, causando, assim, maior impacto no mercado (DNV GL; UN GLOBAL COMPACT, 2015, p. 5).

No ano de 2003, foi formado o Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG), ligado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O CBPG é considerado uma das maiores redes locais do Pacto Global no mundo, atualmente com aproximadamente 657 signatários (CBPG, 2014b, p. 5). Sua rede é estruturada por 38 organizações exemplos em sustentabilidade e liderança empresarial, dentre elas: Basf (Presidência), Beraca, Grupo Libra, Itaú Unibanco e ISAE.

Segundo dados atualizados do CBPG, publicados no Relatório de Atividades da Rede Brasileira do Pacto Global, no ano de 2014, a rede local apresentou aumento de 18% em número de participantes alcançando a marca de 657 signatários. Destes, 58% correspondem às empresas, totalizando 414 empresas, e os demais 42% às ONGs, perfazendo um total de 243 organizações.

Um dado bem relevante aponta um avanço muito significativo de empresas no reporte do COP, de nível avançado, passando de 2% para 16%. Tal dado, comprova

que as empresas estão adotando e desenvolvendo boas práticas de governança e gestão, além de atender aos três requisitos do COP em busca da conquista da *"top performers".*

Dentre outros itens responsáveis pelo crescimento da Rede Brasileira do Pacto Global, destacam-se:

1. promoção de várias atividades;
2. promoção de debates;
3. promoção de treinamento para novos parceiros;
4. promoção do *networking* entre as empresas engajadas no Brasil;
5. consolidação como vetor facilitador do diálogo entre Brasil e ONU (DNV GL; UN GLOBAL COMPACT, 2015, p. 5).

Em contrapartida, além da abordagem dos benefícios em aderir ao Pacto Global, estudos realizados no Brasil, apontam também críticas à iniciativa os quais permeiam basicamente sobre a falhas na fiscalização no que tange, por exemplo, a violação dos princípios, além da falta de regularização e penalização nestes casos (SOUZA, 2012; ARAGÃO, 2010).

Salvo a existência de outras críticas, não se pode desconhecer o fato de que o Pacto Global, propiciou a fusão de interesses em discordância, quebrando um paradigma no sentido de que o Pacto Global entende que uma licença corporativa para operar é concedida pela sociedade e não por governos ou organismos reguladores.

2.5.1 Adesão

Este tópico visa apresentar como é realizada a adesão pelas organizações ao Pacto Global.

Para aderir à iniciativa, as instituições interessadas deverão emitir uma carta de declaração de apoio ao PG e seus princípios, endereçada ao Secretário Geral da ONU, assinada pelo seu principal Executivo, consequentemente tornando pública sua aspiração em integrarem o movimento.

Devem introduzir os princípios do Pacto Global em sua missão, incorporando o compromisso nos seus relatórios e documentos publicados periodicamente e anualmente, enviando notas à imprensa. Os relatos são publicados por meio da

COP – Comunicação de Progresso, participando todos os *stakeholders*.

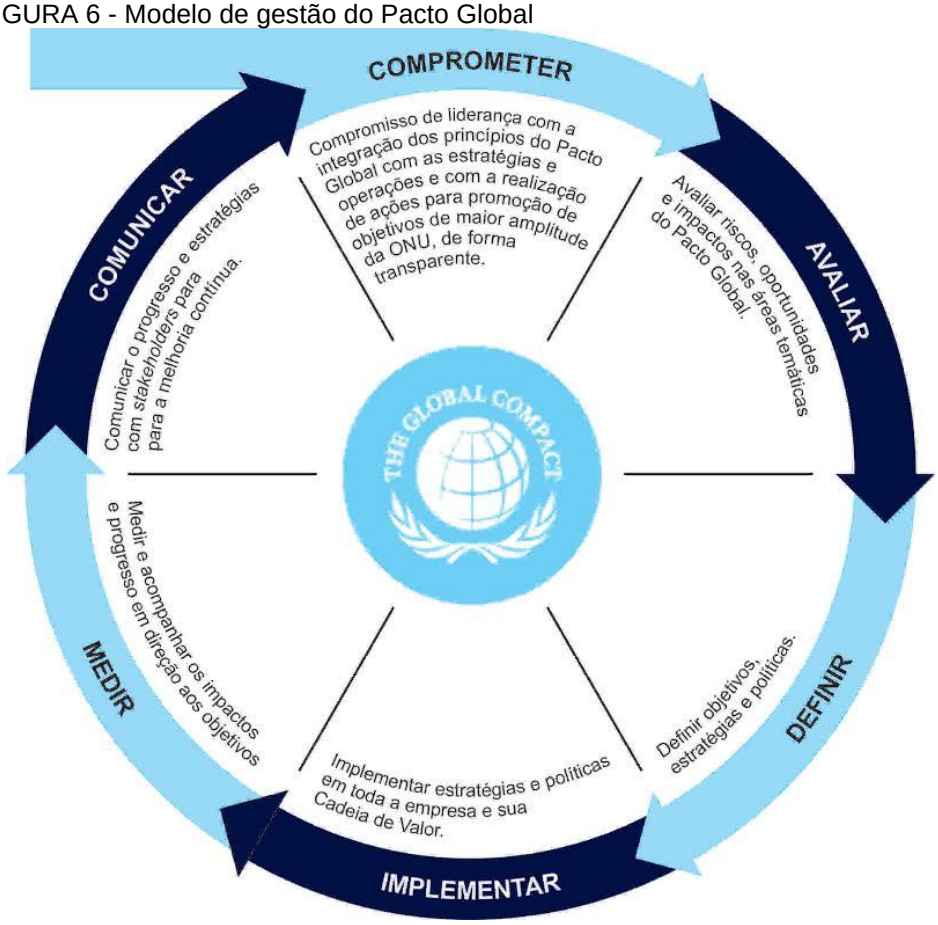
2.5.2 Modelo de gestão

O modelo de gestão do Pacto Global assegura que uma estratégia de sustentabilidade corporativa esteja alinhada com os seus princípios e suas ações. Apresenta-se de forma flexível e com a finalidade de orientar empresas no processo de mudança organizacional que insere, em suas operações diárias, a sustentabilidade corporativa integrada aos 10 princípios do Pacto Global.

Tachizawa, Cruz Júnior e Rocha (2001) expõem a necessidade de um modelo de gestão de negócios, do nível estratégico ao operacional, que apresente uma forma própria de a organização desenvolver suas atividades empresariais.

A seguir, na Figura 6, será apresentado o modelo de gestão do Pacto Global, o qual possui uma abordagem sustentável e corporativa, identificando exemplos e orientações de práticas de liderança.

FIGURA 6 - Modelo de gestão do Pacto Global



Fonte: adaptado de UN GLOBAL COMPACT, 2015b, p. 36.

2.5.3 Pacto Global e a geração de valor

O Pacto Global é visto como uma "força para o bem", norteando uma vicissitude na percepção do escopo e da responsabilidade das empresas, motivando uma nova história ao redor do negócio (DNV GL; UN GLOBAL COMPACT, 2015).

De acordo com Coulmont e Berthelot (2015, p. 144), em estudo realizado sobre os benefícios financeiros nas adesões ao Pacto Global, vale mencionar a visão obtida:

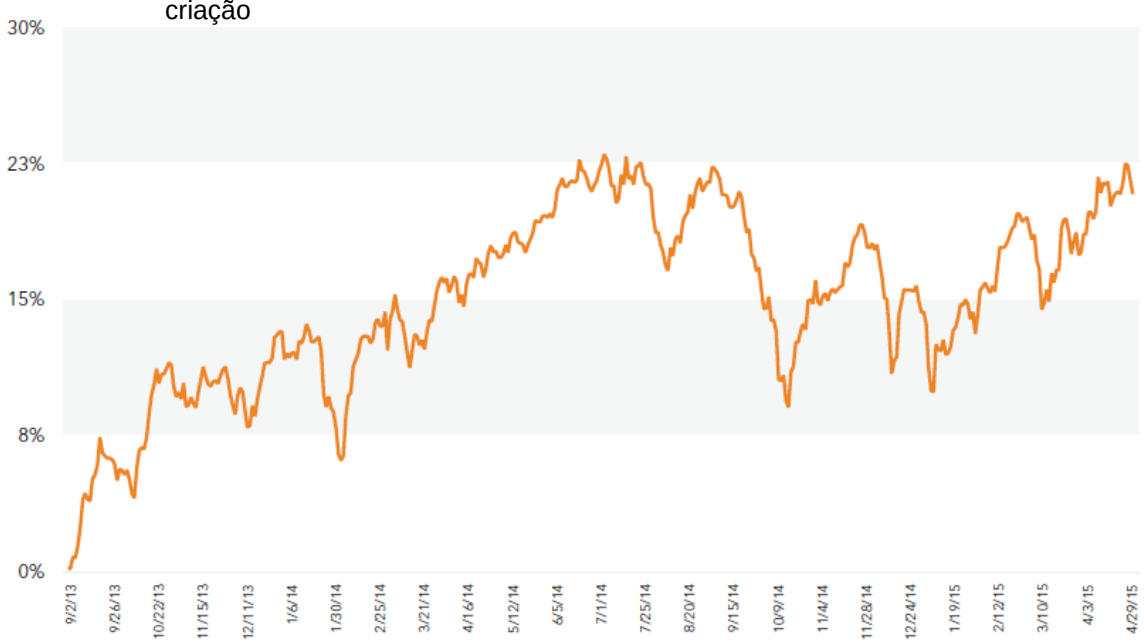
> *A survey by Cetindamar & Husoy (2007) documented the motivations underlying some firms. Joining the UN Global Compact, which included improving their corporate image, distinguishing themselves from other companies and partaking in sustainable development efforts. A survey conducted by Arevalo et al. (2013) in Spain, a country where affiliation with the UN Global Compact is relatively high, revealed similar findings. The firms examined appear to view adhering to UN Global Compact as an opportunity to enchance both their corporate image and their economic gains.*

No artigo supracitado, uma das análises dos autores se dá quanto aos benefícios gerados às empresas ao aderir ao PG, fortalecendo sua imagem corporativa e adquirindo ganhos econômicos. Citam como exemplo a Rede Espanhola, cujo o número de signatários é um dos mais significativos no mundo.

Percebem-se sinais claros de progresso não só nas empresas influentes como também nas pequenas empresas,nas quais verifica-se a incorporação da sustentabilidade no DNA das organizações, gerando valor agregado às boas práticas e sem esquecer que ainda existe um longo caminho a ser trilhado (DNV GL; UN GLOBAL COMPACT, 2015).

Revelado em 2013, o Índice *Global Compact* 100 Index (DNV GL; UN GLOBAL COMPACT, 2015), constituído por um grupo representativo de empresas do Pacto Global (Anexo B), tem como referência combinações de governança corporativa, sociais, ambientais e de boas práticas. Tais combinações são requisitos de linha de base consistente para a rentabilidade, que já registrou um retorno de investimento total de 21,8% até o final do seu primeiro ano, conforme demonstrado na Figura 7 (DNV GL; UN GLOBAL COMPACT, 2015).

FIGURA 7 - Global Compact 100 index: retorno total cumulativo (em dólar americano) desde sua criação



Fonte: adaptado DE DNV GL; UN GLOBAL COMPACT, 2015.

Dentre as principais características do índice, destacam-se:

1. a importância dada aos mercados de capitais na promoção dos negócios sustentáveis;
2. a colaboração realizada com as transformações dos investidores em relação à ESG – *Environmental, Social and Corporate Governance*;
3. a influência de base para criação do PRI, lançado em 2006 no New York Stock Exchange;
4. o aumento da influência exercida pelo Pacto Global, através do PRI, sobre as empresas muito além da base de signatários;
5. é considerada uma plataforma de aprendizagem entre pares, explorando o intercâmbio, promovendo investimento (DNV GL; UN GLOBAL COMPACT, 2015) sustentável e aumentando a transparência corporativa.

O índice é considerado de linha sustentável, engloba 100 empresas-destaque em gestão responsável que demonstram melhor desempenho financeiro, refletido pelo FTSE® All World index (UN GLOBAL COMPACT, 2015a).

Cabe registrar que a revista Forbes nomeou o *Sustainable Stock Exchanges*

(SSE)[3], como uma das melhores iniciativas e ideias de sustentabilidade do mundo (DNV GL; UN GLOBAL COMPACT, 2015).

No próximo item abordam-se mais detalhadamente a importância, o significado e o objetivo que os Relatórios de Sustentabilidade, no caso específico o COP, têm em relação às organizações signatárias, no intuito de promover a transparência e agregar valor.

2.6 COP – COMUNICAÇÃO DE PROGRESSO

As Comunicações de Progresso (COP) são relatórios periódicos que visam à transparência da gestão abordando o progresso da empresa em relação à prática dos 10 princípios do Pacto Global; devem demonstrar uma ação, um projeto ou uma iniciativa. Esse compromisso é assumido a partir do momento em que a empresa torna-se signatária.

A não realização desse relatório nos ciclos de entregas poderá deslistar a empresa da iniciativa. Para evitar, as empresas devem ser cautelosas, seguindo as modalidades e os prazos estabelecidos.

O COP é baseado na metodologia GRI – *Global Reporting Initiative,* que é um modelo de publicação de relatórios de sustentabilidade no âmbito social, econômico e ambiental, utilizado pela maioria das empresas que procuram estabelecer um padrão internacional de relatório.

Segundo o site do Pacto Global, existem duas modalidades de relatório, sendo estas:

1. a Comunicação de Progresso – *Communication on Progress* (COP): para empresas. Periodicidade de envio: uma vez por ano;
2. a Comunicação de Engajamento – *Communication on Engagement* (COE): para participantes sem atividades empresariais. Periodicidade de envio:

[3] A Sustainable Stock Exchanges (SSE) é uma iniciativa para Bolsas liderada pelos Princípios de Investimento Responsável (PRI) das Nações Unidas, pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI) e pelo Pacto Global das Nações Unidas (UNGC), que propõe o seguinte compromisso: "Nós nos comprometemos voluntariamente, através do diálogo com investidores, companhias e reguladores, a promover o investimento responsável de longo prazo e trabalhar pela performance e divulgação de informações ambientais, sociais e de governança corporativa junto às empresas listadas em nossa Bolsa". (BM&FBOVESPA, 2015a).

uma vez a cada dois anos.

Para as empresas, o uso de mecanismos de responsabilidade corporativa propicia uma melhor percepção entre desenvolvimento sustentável e suas estratégias de negócio. Os Relatórios de Sustentabilidade são públicos e devem apresentar o posicionamento da atividade corporativa de forma transparente na prestação de contas – *accountability* (WBCSD, 2005).

2.6.1 Propósitos

Como alicerce explicativo, o requisito da Comunicação de Progresso compõe-se de propósitos importantes para a publicação da COP, conforme descritos na Figura 8 (PACTO GLOBAL REDE BRASILEIRA, 2013).

FIGURA 8 - Propósitos COP

Fonte: adaptado de PACTO GLOBAL REDE BRASILEIRA, 2013.

2.6.2 Requisitos e níveis

Dando sequência à pesquisa sobre a COP, verifica-se que, além de seguir os propósitos, ter a obrigatoriedade da comunicação anual, todas as empresas devem apresentar em sua COP três requisitos, os quais seguem detalhados no Quadro 5 (PACTO GLOBAL REDE BRASILEIRA, 2013).

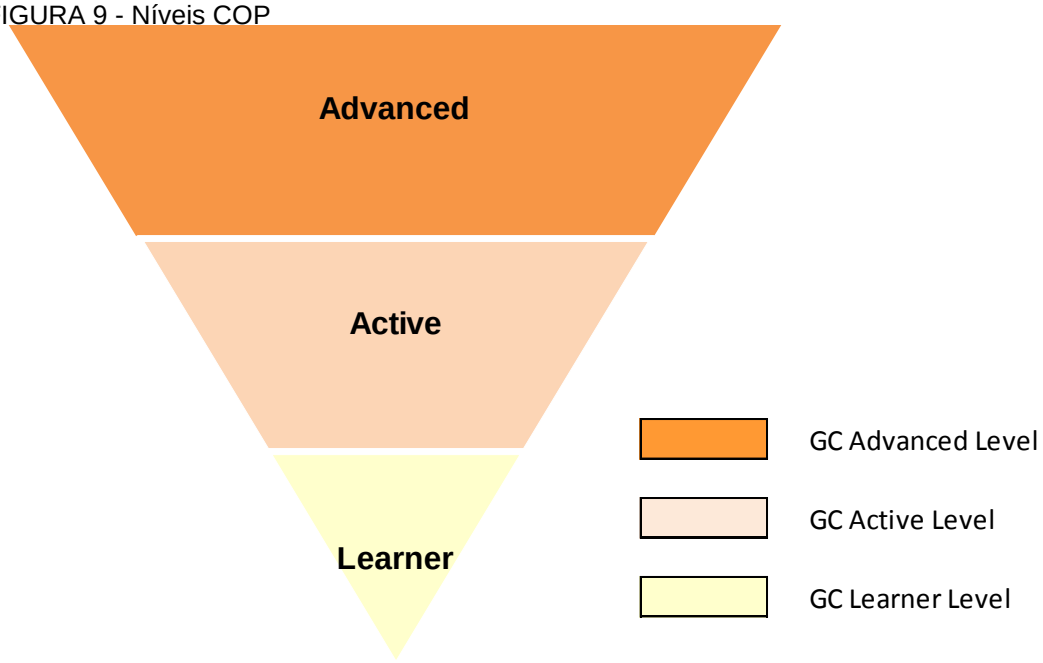
QUADRO 5 - REQUISITOS COP

REQUISITOS COP		
1. A declaração do principal Executivo expondo o apoio ao PG e renovando o compromisso contínuo à iniciativa e seus princípios.	2. Descrever ações realizadas para implementação dos princípios do PG em cada uma das quatro áreas temáticas (direitos humanos, direitos do trabalho, meio ambiente e anticorrupção).	3. Mensuração de resultados. Grau em que os indicadores/ metas de desempenho foram atendidos. Resultados qualitativos ou quantitativos.

Fonte: adaptado de PACTO GLOBAL REDE BRASILEIRA, 2013.

Ainda, o Pacto Global categoriza seus signatários em três diferentes níveis baseados no progresso de cada um deles, no que se refere à execução dos 10 princípios, conforme ilustrado na Figura 9 (PACTO GLOBAL, 2015).

FIGURA 9 - Níveis COP



Fonte: adaptado de PACTO GLOBAL REDE BRASILEIRA, 2013.

Para o entendimento da ilustração, classificam-se os níveis de acordo com as seguintes características:

- **Nível *Learner*** – Aprendiz: a empresa que não satisfaz os três requisitos da COP entra nesta classificação, que é disponibilizada por 12 meses desde sua publicação na COP;
- **Nível GC *Active Level*** – Ativo: neste a empresa atende aos três requisitos da COP e as empresas enquadradas neste programa são estimuladas a implementar os 10 princípios, seguindo padrões de desempenho e

transparência;

- ***Nível GC Advanced Level*** – Avançado: a empresa atende aos três requisitos da COP, almejando a conquista da *"top performers",* e deverá responder a 24 questões específicas relacionadas aos temas do PG. Espera-se a adoção de boas práticas de governança e gestão.

2.6.3 GRI – *Global Reporting Initiative*

O GRI - *Global Reporting Initiative* é uma ONG – Organização Não Governamental, fundada em 1997 pelo UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e pela CERES – *Mobilizing Business Leadership for a Sustainable World* (2014)*,* com a missão de padronizar as práticas de relatório de sustentabilidade melhorando o uso de suas diretrizes, em parceria com a OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e com o Pacto Global da ONU, formando assim alianças estratégicas (GRI, 2015).

O GRI é um modelo de relatório. Suas diretrizes não retratam códigos de comportamento ou informativo de desempenho, mas viabilizam, de forma transparente, ferramentas indicativas das medidas que devem ser adquiridas para melhorar o desempenho social, econômico e ambiental das empresas, facilitando o engajamento dos *stakeholders*, estabelecendo metas, comparando estratégias dessas medidas, compondo estratégias de melhoria e avaliando a real efetivação da política sustentável (QUAAK; AALBERS; GOEDEE, 2007).

Buscando melhores práticas de sustentabilidade empresarial, na bolsa de valores brasileira, o próximo item abordará o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), apontando seu histórico, seus objetivos, sua metodologia e seus procedimentos.

2.7 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

O ISE é o índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores brasileira, precursor na América Latina desde o ano de 2005. Destacou-se anteriormente ao ISE, no ano de 2001, o Fundo *Ethical* ABN AMRO *Asset Management*, que foi o primeiro fundo de investimento socialmente responsável em ações no Brasil.

O ISE objetiva considerar investimentos atrelados ao desenvolvimento

sustentável, a fim de indicar a execução das melhores práticas, responsabilidade social e sustentabilidade por parte das empresas.

Além desses índices, vale destacar outros índices mundiais de sustentabilidade, das bolsas de valores, conforme o Quadro 6.

QUADRO 6 - Índices de sustentabilidade no mundo

ANO DE LANÇAMENTO	ÍNDICE	BOLSA DE VALORES/PAÍS
1999	*Dow Jones Sustainability Index (*DJSI).	Nova Iorque/Estados Unidos
2001	FTSE4good	Londres/Inglaterra.
2003	SRI – *Socially Responsible Investment*	Joanesburgo/África do Sul.

Fonte: adaptado de INSTITUTO ANTAKARANA, 2015.

O ISE originalmente foi subsidiado pelo IFC – *International Finance Corporation* de domínio do Banco Mundial. O método idealizado ficou na incumbência do GVCes – Centro de Estudos da Escola de Administração de Empresas da FGV São Paulo (FGV–EAESP) e o compromisso pela gestão técnica e pelo cálculo a cargo da BM&FBovespa.

Vale referir o conceito que aponta o ISE como:

> [...] ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando–os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas (BM&FBOVESPA, 2015d).

O ISE tem como principal objetivo apontar o desempenho médio das cotações dos ativos, elegendo no máximo 40 empresas que possuem um comprometimento com a sustentabilidade empresarial. Seus ativos são calculados pelo valor de mercado do *"free float",* ativos em circulação na carteira. Maiores informações no Manual de Definições e Procedimentos dos Índices BM&FBovespa, que podem ser consultados no Anexo C.

O peso dos ativos das companhias listadas, para integrar um setor econômico no ISE, não deve ultrapassar 15% desde sua inserção ou durante a vigência do

período. Informações relevantes sobre o Conselho Deliberativo do ISE, governança e critérios, podem ser consultados no Anexo D.

Almeida et al. (2009) observam que grupos financeiros disparam produtos geradores de receita para programas sociais e ambientais, incitando seu cliente a cooperar com projetos inovadores, gerando riquezas e estabelecendo maior representatividade em suas práticas.

O ISE está agrupado em sete dimensões, as quais analisam aspectos da Sustentabilidade. Seguem representadas na Figura 10.

FIGURA 10 - Apresentação ISE

Fonte: adaptado de BM&FBOVESPA, 2015c.

Para melhor entendimento da participação empresarial no ISE, o mesmo será discutido no capítulo Resultados e Discussões, em que foi analisada a tabela resumida da carteira teórica que compõe o ISE, em que foram apresentados o código, a ação, o tipo de ação, a quantidade teórica e o percentual em participação.

Após a Revisão Bibliográfica que fundamenta a aplicabilidade para a pesquisa prática, procede-se à demonstração dos Materiais e Métodos utilizados, descritos no capítulo seguinte.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Constitui-se de uma pesquisa mista, prevalecendo a análise qualitativa.

A pesquisa tomou como base a análise qualitativa e quantitativa de uma consultoria *pro bono* realizada pelo ISAE – Instituto Superior de Administração e Economia[4], signatária do Pacto Global desde 01 de agosto de 2004. A consultoria apresentava dentre seus objetivos, novas sugestões estratégicas e de governança para o CBPG – Comitê Brasileiro do Pacto Global.

Os dados levantados constituem a base para investigação do problema de pesquisa, abordando a importância do Pacto Global para os signatários e membros, suas percepções e sugestão de melhorias. Também propõem-se identificar os princípios do Pacto Global inseridos nas ações relatadas por estas empresas em seus comunicados de progresso (COP), Relatórios de Sustentabilidade, quantidade de relatos publicados e se houve a valorização dessas empresas em relação ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), nos meses de maio a agosto de 2015, utilizando-se o diagrama de Pareto, com o intuito de verificar a geração ou não de valores sustentáveis às empresas signatárias do Pacto Global das Nações Unidas no Brasil.

Na sequência, será apresentado o escopo do trabalho que engloba as etapas da pesquisa.

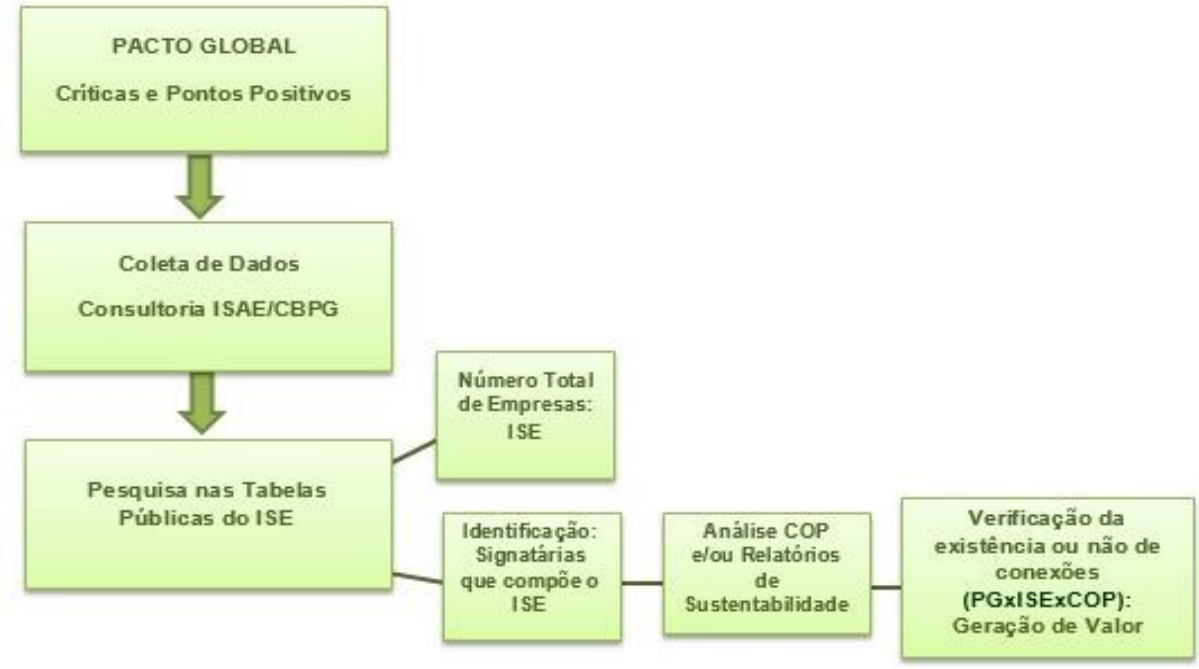
3.1 ESCOPO DO TRABALHO

Caracterizaram-se por etapas de pesquisa as áreas de estudo e universo do trabalho. As etapas da pesquisa são demonstradas no fluxograma, representado na Figura 11.

---

[4] Consultoria ISAE sobre Governança e Estratégia Pacto Global, feita de janeiro a março de 2014. A pesquisa incluiu questionário *on line* com signatários da Rede e entrevistas pessoais com membros do CPBG e alguns CEOs, bem como representantes de outras redes empresariais de sustentabilidade. O objetivo era conhecer a Rede a fundo e analisar a possibilidade/interesse de mudança na atual governança (CBPG, 2014b).

FIGURA 11 - Fluxograma das etapas da pesquisa



Fonte: a autora, 2015.

3.1.1 Delimitação do estudo

Para fundamentação desta pesquisa foi empregada a metodologia com base qualitativa, quantitativa e documental, dos quais foram utilizados dados extraídos de uma consultoria realizada pelo ISAE – Instituto Superior de Administração e Economia para o CBPG – Comitê Brasileiro do Pacto Global, entre janeiro de 2014 a março de 2014. A utilização dos dados para esta pesquisa foi previamente autorizada pelo ISAE (Anexo D).

Durante a consultoria, o ISAE realizou a coleta de dados em três etapas, sendo estas:

I pesquisa *online* com a Rede Brasileira do Pacto Global: foi aplicado um questionário via internet, direcionado a todos os membros da rede brasileira do PG, a fim de reunir as percepções sobre a atuação do CBPG e do PG. A pesquisa foi realizada entre janeiro de 2014 a março de 2014, utilizando de metodologia quantitativa (Anexo E). Os gráficos mais relevantes ao estudo, resultantes desta análise, serão utilizados no próximo capítulo;

II entrevistas presenciais, gravadas em áudio com as lideranças predefinidas: ocorreram entre janeiro de 2014 a março de 2014. O objetivo foi entender o

que representavam o CBPG e o PG para os CEOs das empresas membro do CBPG, *Board,* Secretaria Executiva e Coordenadores de Força Tarefa. Os entrevistados foram selecionados pelo Comitê Validador escolhido pela Secretaria Executiva do CBPG, dentre eles destacam-se: Presidente Executivo do Grupo Abril, Presidente do Grupo Libra, Presidente da COPEL – Companhia Paranaense de Energia, Diretor Geral Brasileiro da Itaipu, CEO da Braskem e Presidente do ISAE – Instituto Superior de Administração e Economia (Anexo F). Foram desenvolvidos gráficos baseados na metodologia *rating*, as respostas foram enquadradas em categorias, possibilitando a análise quantitativa. As respostas que não se enquadraram à pesquisa foram classificadas como "sem considerações", favorecendo todas as respostas na análise qualitativa. Para melhor entendimento e visualização, duas formas de gráficos foram apresentadas: percepção de todos envolvidos e apenas as percepções dos CEOs, ambas detalhadas no capítulo seguinte;

III entrevistas presenciais gravadas em áudio, com os executivos das redes similares ao Pacto Global no Brasil entre elas: CBEDS – Conselho Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável, Instituto Ethos e Rede Espanhola do Pacto Global. A finalidade destas entrevistas era o embasamento para uma análise comparativa. Ocorreu de de janeiro de 2014 a março de 2014 (Anexo G).

Vale ressaltar que as entrevistas presenciais foram gravadas em áudio e com autorização dos entrevistados. A intenção da coleta de dados foi analisar qualitativamente a percepção e as observações dos signatários, em um modelo de análise SWOT[5], identificando quais os pontos fortes e fracos do Pacto Global e principalmente as oportunidades e ameaças que ele gera da óptica dos entrevistados.

---

5 A Análise SWOT é "uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma corporação ou empresa, mas podendo, devido à sua simplicidade, ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário, desde a criação de um blog à gestão de uma multinacional. "O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês e é um acrónimo de Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). A Análise SWOT é uma ferramenta estrutural utilizada na análise do ambiente interno, para a elaboração de estratégias. Por meio dela pode-se identificar as forças e fraquezas da empresa e, a partir delas, vislumbrar oportunidades e ameaças para a instituição (MANUAL DE COMUNICAÇÃO DA SECOM, 2015).

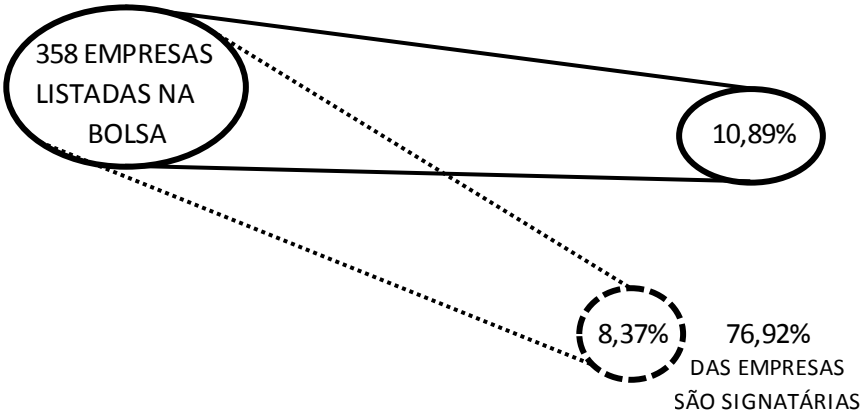
Além do embasamento na pesquisa acima, dados foram obtidos a partir de relatórios públicos de *performance* e evolução da carteira de ações do ISE. Foi realizada uma correlação estatística dos últimos 10 anos da criação do índice, selecionando apenas empresas signatárias da Rede Brasileira do Pacto Global que compõe a carteira do índice desde o período analisado até o presente momento (2005 a 2015), juntamente aos Comunicados de Progresso – COP, Relatórios de Sustentabilidade, das cinco empresas que apresentaram melhor desempenho em suas ações, apontando se existiu ou não geração de valor.

3.1.2 Definição da amostra

Para elucidação da situação-problema e elaboração de um dossiê de sugestões com pontos de melhoria, as amostras pesquisadas basearam-se em informações de uma consultoria não publicadas, porém concedidas pelo departamento de Soluções Corporativas do ISAE, que serão descritas no capítulo Resultados e Discussões. O universo brasileiro avaliado compreendeu 39 empresas signatárias que possuem suas ações comercializadas na Bolsa de Valores do Brasil (BM&FBovespa), com ações sustentáveis, que compõe a carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial (2005-2015), observando suas estatísticas históricas de evolução, comportamento e valorização da carteira a partir dos princípios do Pacto Global, mensurando se houve geração de valor sustentável das empresas identificadas, mediante a publicação de seus comunicados de progresso (COP), relatórios de sustentabilidade. Dentre algumas empresas que integram o ISE, podemos citar: Embraer, Vale, Santander BR, Natura e COPEL.

Na definição dessa amostra foram elencadas as empresas signatárias brasileiras que evidenciam a geração de valor a partir das práticas sustentáveis, atreladas ao ISE. Considerando 358 empresas listadas na BM&FBovespa, das quais 39 compõem a carteira do ISE e 30 são signatárias do Pacto Global, pode-se afirmar que estas correspondem a 10,89% do universo.

FIGURA 12 - Definição da amostra



Fonte: a autora, 2015.

A estimativa de ganho das empresas signatárias do PG, atreladas à avaliação do ISE e o reporte do COP, relatórios de sustentabilidade, parte da premissa com base na investigação da valorização das ações e, consequentemente, o valor de mercado das empresas comparados aos eventos relacionados ao PG, como adesão e publicação do COP, relatórios de sustentabilidade.

Para cálculos de crescimento, evolução de valores e de adesões, utilizou-se a técnica de análise horizontal, uma vez que esses valores estavam distribuídos em uma linha do tempo sequencial, *para determinar os percentuais de incremento,* onde VF corresponde ao valor final e V0 ao valor inicial, conforme a fórmula:

((VF - V0) / V0) * 100.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, encontrou-se como referência base para criação de indicadores do Pacto Global o modelo de negócio dessa organização, contrapondo aos indicadores e lacunas apresentados resultantes da consultoria do ISAE – Instituto Superior de Administração e Economia para o CBPG – Comitê Brasileiro do Pacto Global, que foi dividida em três etapas: pesquisa *online* com a Rede Brasileira do Pacto Global, entrevistas presenciais com as lideranças predefinidas e entrevistas presenciais com os executivos das redes similares ao Pacto Global no Brasil.

Com base nos resultados apresentados nesta consultoria, foi realizada primeiramente uma análise de dados obtidos por meio das tabelas públicas do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa. A partir desses dados, foram selecionadas empresas signatárias do Pacto Global, o que tornou possível mediante os comunicados de progresso – COP e relatórios de sustentabilidade das mesmas, mensurar a existência ou não da geração de valor a partir das iniciativas e práticas do Pacto Global.

Tendo por fundamento o referencial teórico, em pesquisas nacionais e internacionais e na análise dos métodos utilizados neste estudo, constata-se que os resultados deste trabalho reforçam os achados para a problemática do tema, no que tange ao diferencial de uma empresa na concepção de uma vantagem competitiva.

Em estudo realizado na Universidade da Noruega de Ciências e Tecnologia (NTNU), consegue-se observar que:

> *Commitment to transparency is a premise when a company becomes a UN GC member, and some benefits can be expected because open and honest communication signal quality towards stakeholder. Furthermore, by exploiting this opportunity, managers could build corporate reputation and turn it into as a source of differentiation and competitive advantage* (MAGERØY; VILDÅSEN, 2013, p.15).

Consequentemente nota-se que as boas práticas ocasionam a geração de valor, desde que a empresa com responsabilidade e seriedade, desempenhe o compromisso social, econômico e ambiental, adotando com transparência, por exemplo, a prática dos Princípios do Pacto Global, adequados aos novos modelos de gestão.

4.1 CONSULTORIA ISAE CBPG

Esta consultoria buscou reunir dados relevantes à composição e ao enriquecimento de seus objetivos. Para realização da pesquisa *online* da consultoria, utilizou-se a metodologia quantitativa a partir de questionário enviado via internet. Das 593 empresas signatárias do PG até a data final da consultoria, 136 empresas responderam ao questionário, o que equivale a 23% da rede. Tais resultados foram avaliados quantitativamente com uma análise em forma de gráficos e qualitativamente com uma análise em forma de relatórios individuais. Tal pesquisa abordou os seguintes itens:

1) perfil dos signatários;
2) conhecimento do Pacto Global e do CBPG;
3) governança do CBPG;
4) conhecimento dos 10 Princípios do Pacto Global;
5) categoria das instituições dentro do Pacto Global;
6) membros do CBPG (Bloco 1);
7) faz parte da Rede e realiza contribuições financeiras (Bloco 2);
8) faz parte da Rede e não realiza contribuições financeiras (Bloco 3).

Posteriormente foram ilustrados apenas os gráficos relevantes ao estudo e que serviram de base para o desenvolvimento do estudo proposto nesta dissertação, conforme os itens descritos na sequência.

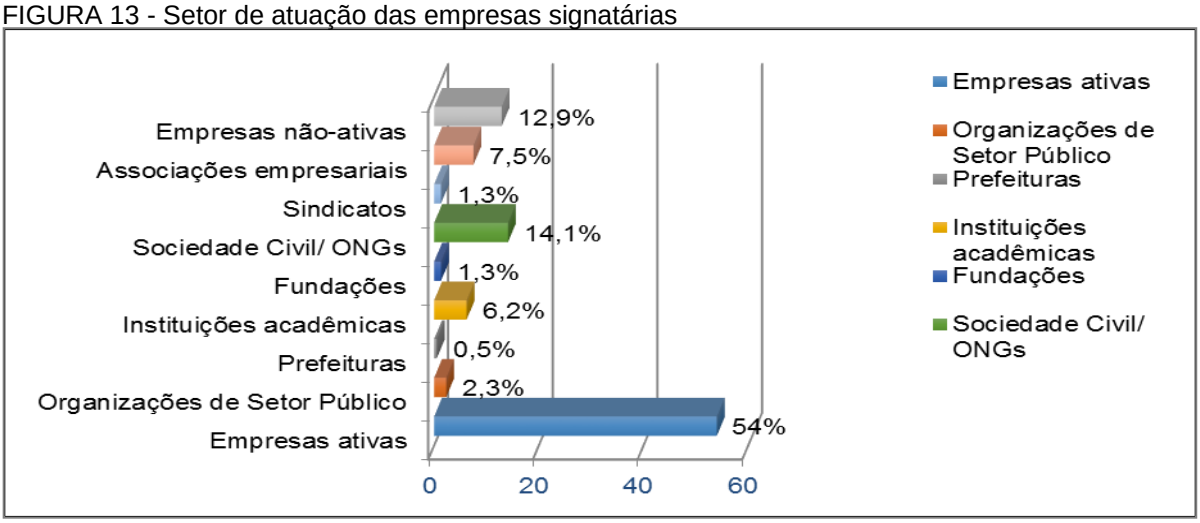
4.1.1 Apresentação e análise dos gráficos

Os gráficos apresentados, extraídos da consultoria já mencionada, foram os mais relevantes para base inicial deste estudo.

4.1.2 Perfil dos signatários da base do Pacto Global – Setor de atuação

Em relação ao Perfil dos Signatários da base do PG, será referido o percentual equivalente ao setor de atuação das empresas signatárias, conforme Figura 13.

FIGURA 13 - Setor de atuação das empresas signatárias



Fonte: CONSULTORIA ISAE/CBPG, 2015.
Nota: Base de respondentes: 136.

Os setores de atuação das empresas signatárias, correspondem às 593 empresas signatárias do PG, onde destas, 136 foram participantes da pesquisa, pulverizadas em diversos dos setores descritos acima.

4.1.3 Perfil dos signatários da base do Pacto Global – Competências de um líder

No quesito competências de um líder, conforme Figura 14, a competência mais exigida é a ética. Na sequência, superação dos resultados financeiros. A preocupação com as práticas sustentáveis só aparece em terceiro lugar.

FIGURA 14 - Competências de um líder

Fonte: CONSULTORIA ISAE/CBPG, 2015.
Notas: Ponderação de resposta por ordem de preferência do 1.º ao 5.º item mais importante.
Base de respondentes: 136.

4.1.4 Perfil dos signatários da base do Pacto Global – Motivos para se tornar signatário

Destaca-se a opção: Diferencial Competitivo, em 5.º lugar, sendo que 91% das empresas que aderiram ao PG o fizeram por acreditar em seus princípios, como apontado na Figura 15.

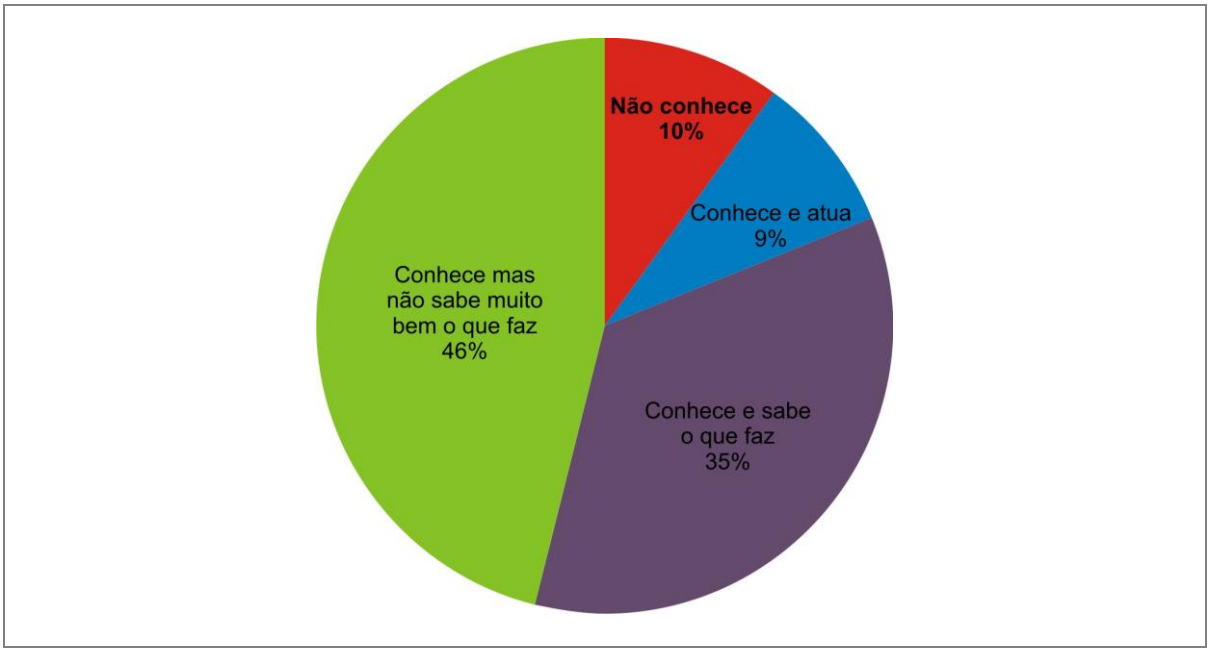
FIGURA 15 - Motivos para se tornar signatário do Pacto Global

Fonte: CONSULTORIA ISAE/CBPG, 2015.
Notas: Resposta múltipla, total superior a 100%.
Base de respondentes: 136.

4.1.5 Conhecimento do Pacto Global e CBPG – Conhecimento do CBPG

Ilustrado na Figura 16, o gráfico aponta que 56% das empresas possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre as atividades do CBPG; embora apenas 11 dos respondentes da pesquisa façam parte do comitê brasileiro do PG, 44% dos entrevistados demonstram algum conhecimento sobre o comitê.

FIGURA 16 - Conhecimento do CBPG



Fonte: CONSULTORIA ISAE/CBPG, 2015.
Nota: Base de respondentes: 136.

4.1.6 Conhecimento do Pacto Global e CBPG – Quais os pontos positivos do CBPG

Na Figura 17, os signatários reconhecem, pelo menos, algumas ações do Comitê, como a contribuição para a disseminação do Pacto Global no Brasil, com 81%, embora exista um número significativo que não possua conhecimento do que é o CBPG.

FIGURA 17 - Quais os pontos positivos do CBPG?

Fonte: CONSULTORIA ISAE/CBPG, 2015.
Notas: Resposta múltipla, total superior a 100%.
Base de respondentes: 136.

4.1.7 Conhecimento dos 10 princípios do PG – Qual a grande contribuição do PG para sua empresa

De acordo com os dados da Figura 18, a possibilidade de contribuir com um futuro mais sustentável é apontada com 76%, enquanto em último lugar aparece a implantação das práticas mais sustentáveis na rotina da empresa, com 51%. O *networking* e o diferencial competitivo apontados na pesquisa não aparecem como os mais relevantes de contribuição do Pacto Global para as empresas.

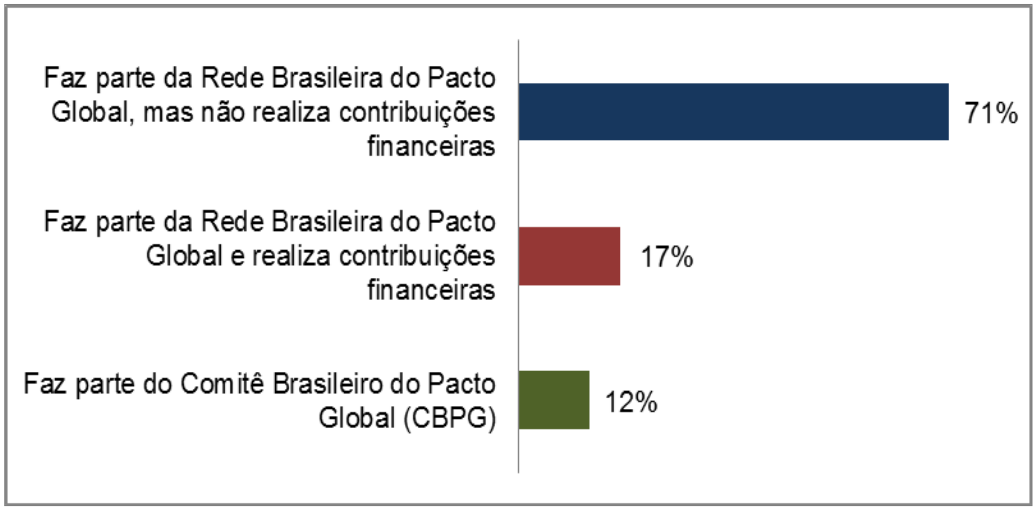
FIGURA 18 - Qual a grande contribuição do pacto global para sua empresa

Fonte: CONSULTORIA ISAE/CBPG, 2015.
Notas: Dados ponderados considerando a resposta dada por ordem de preferência do 1º ao 4º item mais importante.
Base de respondentes: 136.

4.1.8 Categoria das instituições dentro do Pacto Global – Atualmente, a empresa faz parte do CBPG ou Rede Global do PG

Segundo a Figura 19, observa-se que 16 empresas mencionaram fazer parte do CBPG na pesquisa. Ao cruzar o nome das empresas respondentes com o nome das empresas membros do CBPG, constatou-se que apenas 11 empresas responderam à pesquisa. Esse dado demonstra que algumas empresas não sabem a diferença entre CBPG e Rede Global do PG.

FIGURA 19 - Atualmente, a empresa faz parte do CBPG ou Rede Global do PG?



Fonte: CONSULTORIA ISAE/CBPG, 2015.
Nota: Base de respondentes: 136.

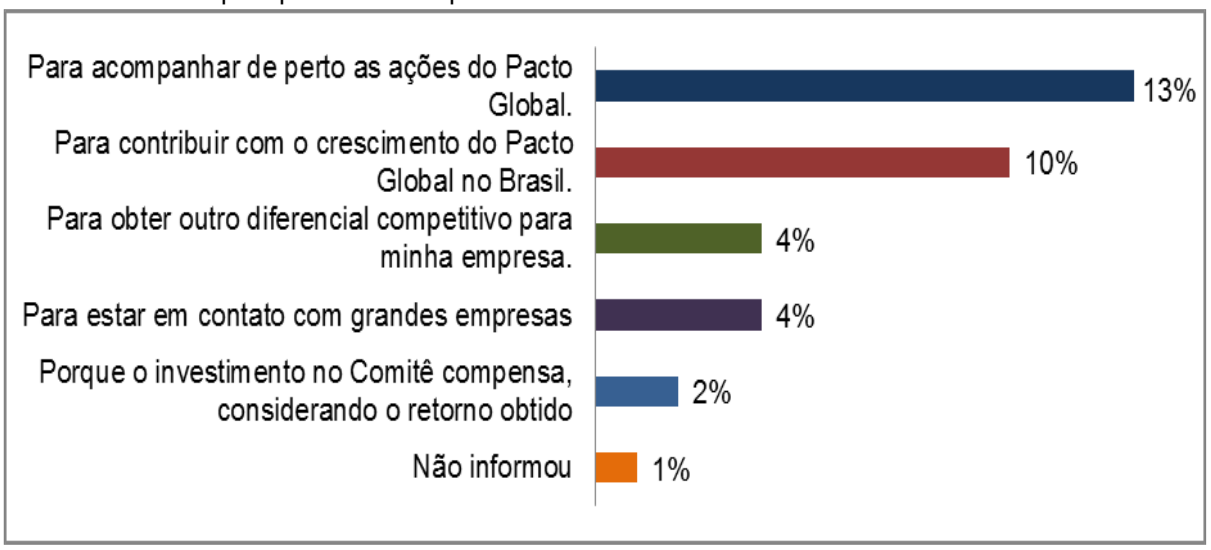
4.1.9 Bloco 1: Membros do CBPG – Por que optou em fazer parte do CBPG

Conforme respostas coletadas na Figura 20, a maioria respondente, com 13%, relata que optou por fazer parte do CBPG, pois deseja acompanhar de perto as ações do Pacto Global. Apenas 2% do total delas consideraram o retorno obtido e 4% apontaram que o motivo da adesão foi obter um diferencial competitivo para empresa; motivo este que já demonstra uma tímida percepção da geração de valor.

Para a coleta de dados nas etapas presenciais, tendo como referência lideranças, entre elas os CEOS, membros do *Board* e coordenadores de forças tarefa (FT), elegidos pelo CBPG, a forma de avaliação dos resultados foi mediante o uso de duas metodologias. A metodologia qualitativa com análise de relatórios individuais e gerais, baseados nas entrevistas realizadas, e a quantitativa, que utilizou análise gráfica, encontra-se baseada na metodologia *rating*[6]. A lista das lideranças entrevistadas desta etapa encontra-se disponível no Anexo H.

6 Os *ratings* são criados de acordo coma percepção e interpretação do consultor sobre dados que possui. As respostas são enquadradas em categorias, o que possibilita a análise quantitativa. As respostas que não possibilitam enquadramento foram classificadas como "sem considerações" para tanto, na análise qualitativa todas as respostas foram contempladas.

FIGURA 20 - Por que optou em fazer parte do CBPG?



Fonte: CONSULTORIA ISAE/CBPG, 2015.
Nota: Base de respondentes: 16 empresas. Mas, dessas, 5 não fazem parte do CBPG.

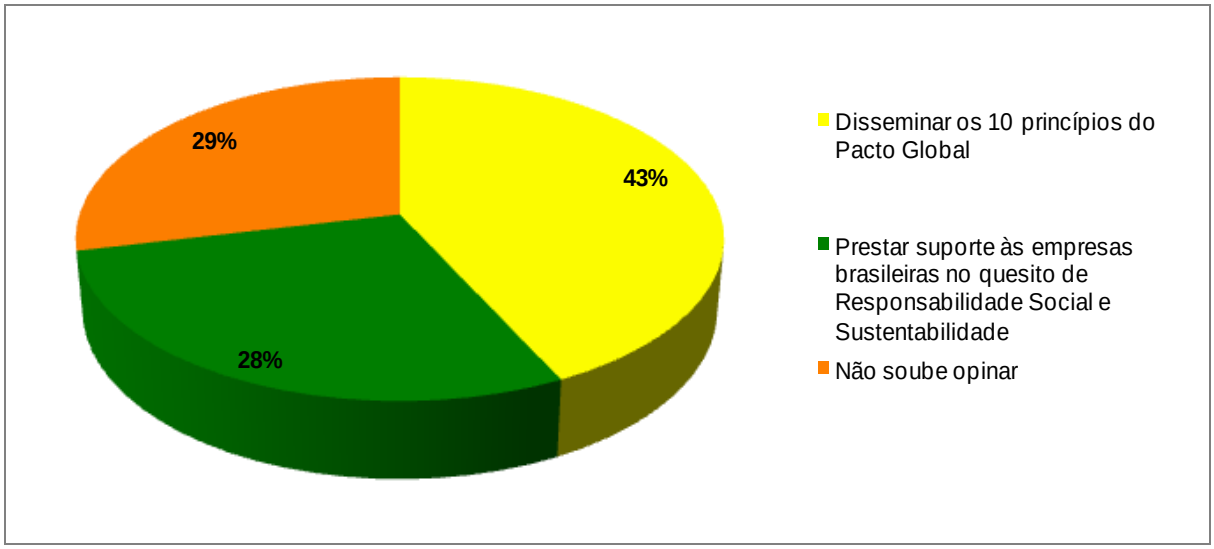
O método qualitativo utilizado na etapa descrita foi aplicado separadamente aos CEOS, Board do CBPG e Coordenadores de Força Tarefa do CBPG.

Para melhor análise dos resultados, apresentam-se apenas os mais relevantes para proposta deste estudo.

4.1.10 Foco da missão do CBPG

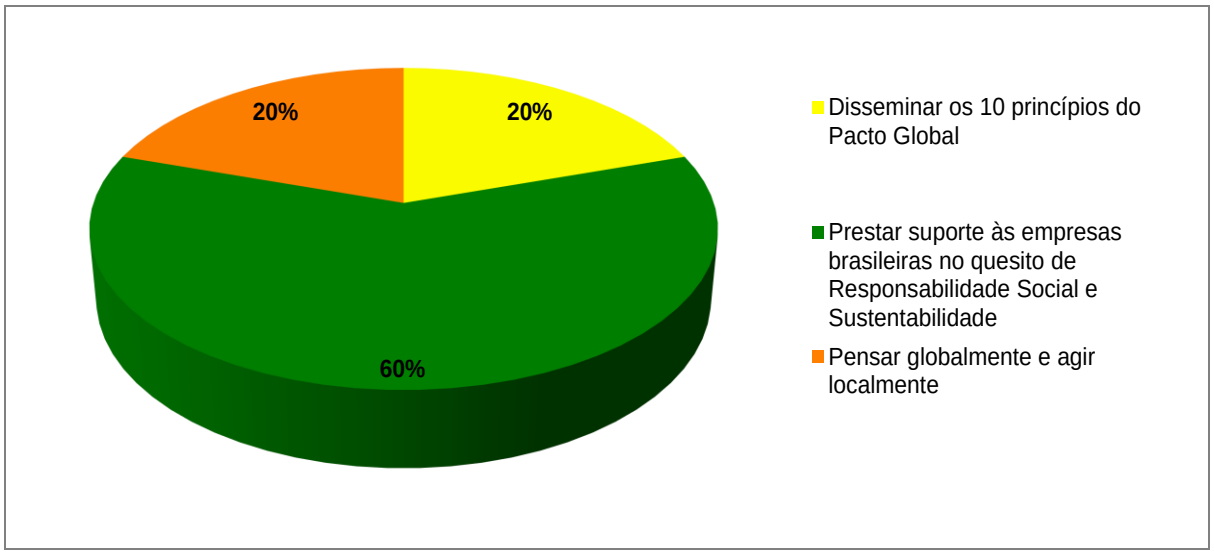
Observa-se nas Figuras 21 e 22, que para os membros do *Board* e coordenadores de força tarefa, a propagação dos 10 princípios é o principal foco, enquanto para os CEOs, o mais importante é fornecer suporte às empresas no que tange à reponsabilidade social e sustentabilidade. Tal resultado demonstrou uma falta de alinhamento na percepção da missão do CBPG.

FIGURA 21 - Foco da missão do CBPG



Fonte: CONSULTORIA ISAE/CBPG, 2015.

FIGURA 22 - Foco da missão do CBPG - CEOS

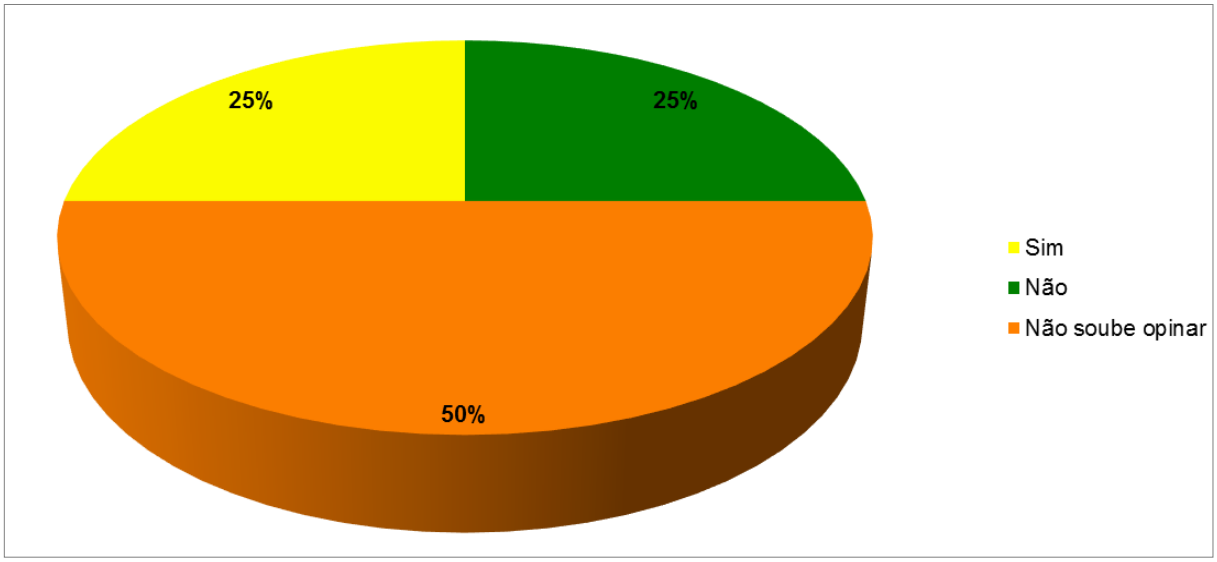


Fonte: CONSULTORIA ISAE/CBPG, 2015.

4.1.11 Ser signatário do CBPG gera valor à empresa

O juízo de que ser signatário do Pacto Global gera valor à empresa é uníssono entre os respondentes deste bloco de entrevistas presenciais. Porém, embora não seja uma porção considerável, preocupa o fato de uma porção dos entrevistados não perceber valor em ser signatário do Pacto Global, conforme ilustra Figura 23.

FIGURA 23 - Ser signatário do CBPG gera valor à empresa

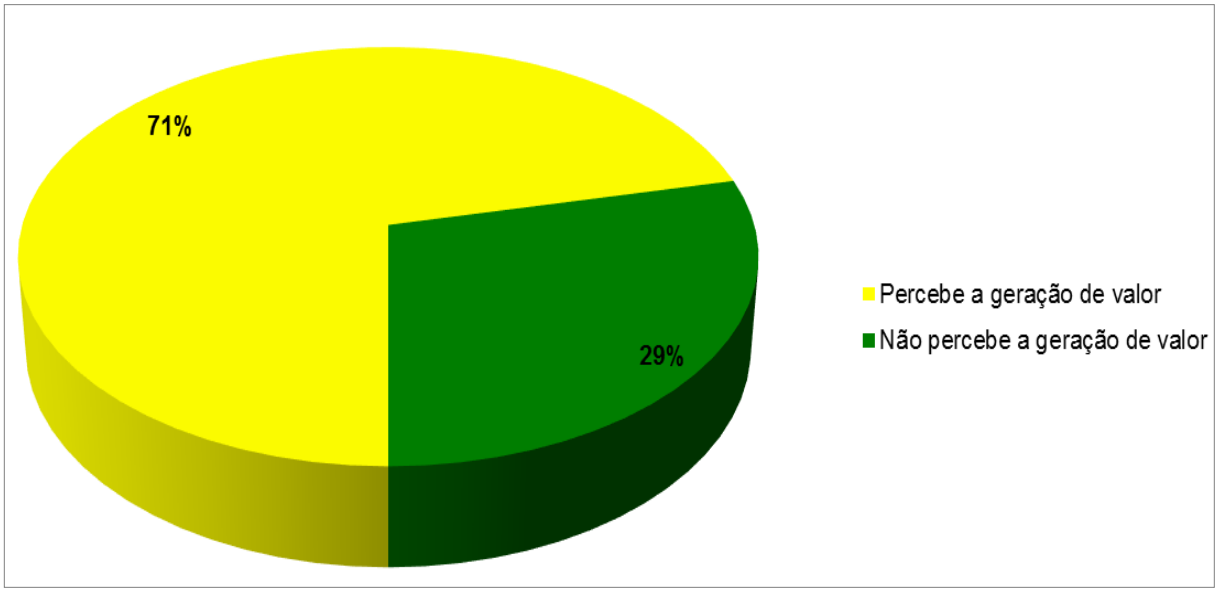


Fonte: adaptado de CONSULTORIA ISAE/CBPG, 2015.

4.1.12 Principais mudanças percebidas ao se tornar um signatário do Pacto Global

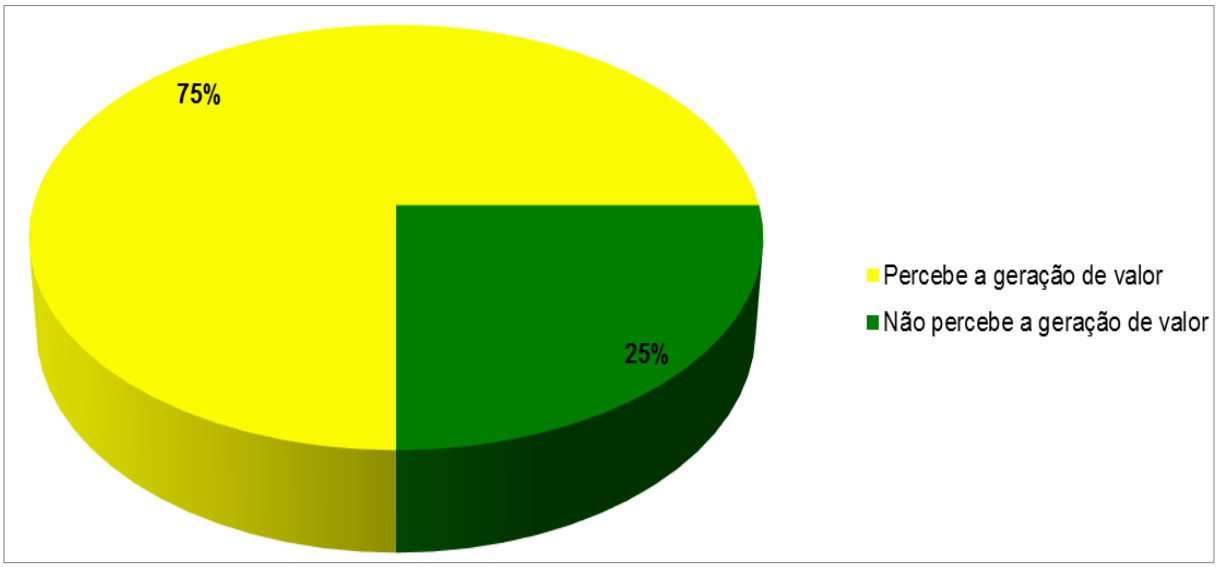
Ficou evidenciado, nas Figuras 24 e 25, que as empresas ainda não percebem a real mudança ao se tornar signatário do Pacto Global. Tal fato merece atenção, vide a importância na geração de valor à empresa signatária de uma iniciativa chancelada pela ONU.

FIGURA 24 - Principais mudanças percebidas ao se tornar um signatário do Pacto Global



Fonte: adaptado de CONSULTORIA ISAE/CBPG, 2015.

FIGURA 25 - Principais mudanças percebidas ao se tornar um signatário do Pacto Global – CEOS



Fonte: adaptado CONSULTORIA ISAE/CBPG, 2015.

Finalizando a análise dos dados da consultoria em questão, informa-se que nas demais entrevistas das redes similares ao CBPG, as quais englobam: Rede Espanhola do Pacto Global, Instituto Ethos, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, foram obtidos dados qualitativos por meio de relatórios resultantes das entrevistas realizadas, os quais não foram relevantes para o objeto desta dissertação.

Constatou-se nessa etapa das análises de resultados referentes à consultoria em questão, que alguns tópicos ainda estão em desenvolvimento dentro das empresas e junto às suas lideranças principalmente quanto aos critérios de participação na iniciativa no país, visto que é um processo lento e, com isso, muitas vezes, não provoca o estímulo necessário tanto aos que já estão engajados nas boas práticas como aos que aspiram tal patamar.

4.2 RESUMO DA CARTEIRA TEÓRICA DO ISE

Ilustrada na Figura 26, pode-se observar as variações na participação de cada um dos papéis na composição total do índice, apuradas para a abertura do dia, separadas pelo setor de atuação de cada empresa que compõe a carteira Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). As informações referentes à Carteira compreenderam os meses de maio a agosto de 2015, datadas do dia 04/05/15.

Figura 26 - Carteira ISE

Setor	Ação	Tipo	Código	Valores % Setor	Qtde Teórica
Bens Indls / Máqs e Equips	WEG	ON NM	WEGE3	2,51	568.863.926
Bens Indls / Máqs e Equips Total				**2,51**	**568.863.926**
Bens Indls / Mat Transporte	EMBRAER	ON NM	EMBR3	4,55	734.970.461
Bens Indls / Mat Transporte Total				**4,55**	**734.970.461**
Cons N Básico / Alimentos Processados	BRF SA	ON NM	BRFS3	14,20	832.166.569
Cons N Básico / Alimentos Processados Total				**14,20**	**832.166.569**
Cons N Cíclico / Pr Pessoal Limp	NATURA	ON NM	NATU3	1,28	168.827.352
Cons N Cíclico / Pr Pessoal Limp Total				**1,28**	**168.827.352**
Const e Transp / Constr e Engenh	EVEN	ON NM	EVEN3	0,23	210.307.738
Const e Transp / Constr e Engenh Total				**0,23**	**210.307.738**
Const e Transp / Transporte	CCR SA	ON NM	CCRO3	3,46	861.282.756
	ECORODOVIAS	ON ED NM	ECOR3	0,41	198.534.559
	JSL	ON NM	JSLG3	0,17	59.962.548
Const e Transp / Transporte Total				**4,03**	**1.119.779.863**
Consumo Cíclico / Comércio	B2W DIGITAL	ON NM	BTOW3	0,39	58.197.992
	LOJAS AMERIC	ON	LAME3	0,57	161.396.927
		PN	LAME4	1,96	428.103.759
	LOJAS RENNER	ON NM	LREN3	3,61	126.711.043
Consumo Cíclico / Comércio Total				**6,54**	**774.409.721**
Consumo não Cíclico/Saúde	FLEURY	ON NM	FLRY3	0,29	62.407.506
Consumo não Cíclico/Saúde Total				**0,29**	**62.407.506**
Financ e Outros / Interms Financs	BICBANCO	PN N1	BICB4	0,03	12.994.850
	BRADESCO	ON N1	BBDC3	1,07	140.970.964
		PN N1	BBDC4	4,16	516.217.491
	BRASIL	ON NM	BBAS3	1,15	175.923.910
	ITAUSA	PN N1	ITSA4	1,77	727.619.977
	ITAUUNIBANCO	ON N1	ITUB3	0,50	55.517.702
		PN N1	ITUB4	5,49	569.106.481
	SANTANDER BR	UNT	SANB11	0,37	84.943.767
Financ e Outros / Interms Financs Total				**14,54**	**2.283.295.142**
Financ e Outros / Previd Seguros	SUL AMERICA	UNT N2	SULA11	0,91	239.669.988
Financ e Outros / Previd Seguros Total				**0,91**	**239.669.988**
Financeiro e Outros/Serviços Financeiros Diversos	CIELO	ON NM	CIEL3	8,37	772.547.017
Financeiro e Outros/Serviços Financeiros Diversos Total				**8,37**	**772.547.017**
Mats Básicos / Madeira e Papel	DURATEX	ON NM	DTEX3	0,56	261.597.936
	FIBRIA	ON NM	FIBR3	2,44	222.307.680
	KLABIN S/A	UNT N2	KLBN11	1,94	382.961.180
Mats Básicos / Madeira e Papel Total				**4,94**	**866.866.796**
Mats Básicos / Mineração	VALE	ON N1	VALE3	6,08	1.165.303.385
		PNA N1	VALE5	7,60	1.733.695.852
Mats Básicos / Mineração Total				**13,68**	**2.898.999.237**
Mats Básicos / Químicos	BRASKEM	PNA N1	BRKM5	0,99	264.665.622
Mats Básicos / Químicos Total				**0,99**	**264.665.622**
Mats Básicos / Sid Metalurgia	GERDAU	ON N1	GGBR3	0,19	100.345.473
		PN N1	GGBR4	2,15	876.090.759
	GERDAU MET	ON N1	GOAU3	0,08	47.566.704
		PN N1	GOAU4	0,59	268.577.413
Mats Básicos / Sid Metalurgia Total				**3,01**	**1.292.580.349**
Telecomunicação / Telefonia Fixa	TELEF BRASIL	ON	VIVT3	0,32	31.301.936
		PN	VIVT4	4,24	347.269.914
Telecomunicação / Telefonia Fixa Total				**4,56**	**378.571.850**
Telecomunicação / Telefonia Móvel	TIM PART S/A	ON ED NM	TIMP3	1,86	807.753.067
Telecomunicação / Telefonia Móvel Total				**1,86**	**807.753.067**
Utilidade Públ / Água Saneamento	SABESP	ON NM	SBSP3	1,71	339.985.611
Utilidade Públ / Água Saneamento Total				**1,71**	**339.985.611**
Utilidade Públ / Energ Elétrica	AES TIETE	ON ED	GETI3	0,22	56.578.302
		PN ED	GETI4	0,58	124.345.171
	CEMIG	ON N1	CMIG3	0,81	206.349.900
		PN N1	CMIG4	2,99	758.933.452
	COELCE	PNA	COCE5	0,19	17.664.694
	COPEL	ON N1	CPLE3	0,14	21.703.707
		PNB N1	CPLE6	0,92	100.948.359
	CPFL ENERGIA	ON NM	CPFE3	1,57	302.642.915
	ELETROBRAS	ON N1	ELET3	0,40	223.455.547
		PNB N1	ELET6	0,54	219.731.566
	ELETROPAULO	PN N2	ELPL4	0,37	93.304.660
	ENERGIAS BR	ON NM	ENBR3	0,67	232.602.924
	LIGHT S/A	ON NM	LIGT3	0,48	97.629.475
	TRACTEBEL	ON ED NM	TBLE3	1,94	203.919.927
Utilidade Públ / Energ Elétrica Total				**11,81**	**2.659.810.599**
Total geral				**100,00**	**17.276.478.414**

Fonte: BM&FBOVESPA, 2015b.

A distribuição observada na tabela é heterogênea. Verificou-se a existência de 20 classificações para os setores, sendo que a que reteve a maior porcentagem

apresentava 14,54% desse *share*[7]. Se considerar o Diagrama de Pareto:

1) cinquenta e quatro empresas foram listadas;
2) oitenta por cento do total estava concentrado em 22 empresas, evidenciando pulverização da análise.

O Diagrama de Pareto foi utilizado, pois o mesmo consiste em enumerar a relevância dos elementos de uma amostra (KARATSU; IKEDA, 1985, p. 25). Sendo assim, fica constatado que 20% das entidades listadas representam 80% da representatividade na atuação e contribuição para o Pacto Global. Dessa maneira, a tratativa da pesquisa fica evidenciada nesse grupo.

4.3 EVOLUÇÕES HISTÓRICAS DO ISE

As evoluções históricas do ISE, no período de 10 anos (2005–2015), ilustradas no Anexo I, compreendem a seguinte sequência: evolução diária taxa média de crescimento, variação anual (R$/US$), evolução mensal, volatilidade mensal, valor de mercado e recordes anuais (BM&FBOVESPA, 2015e).

4.4 ISE X PACTO GLOBAL

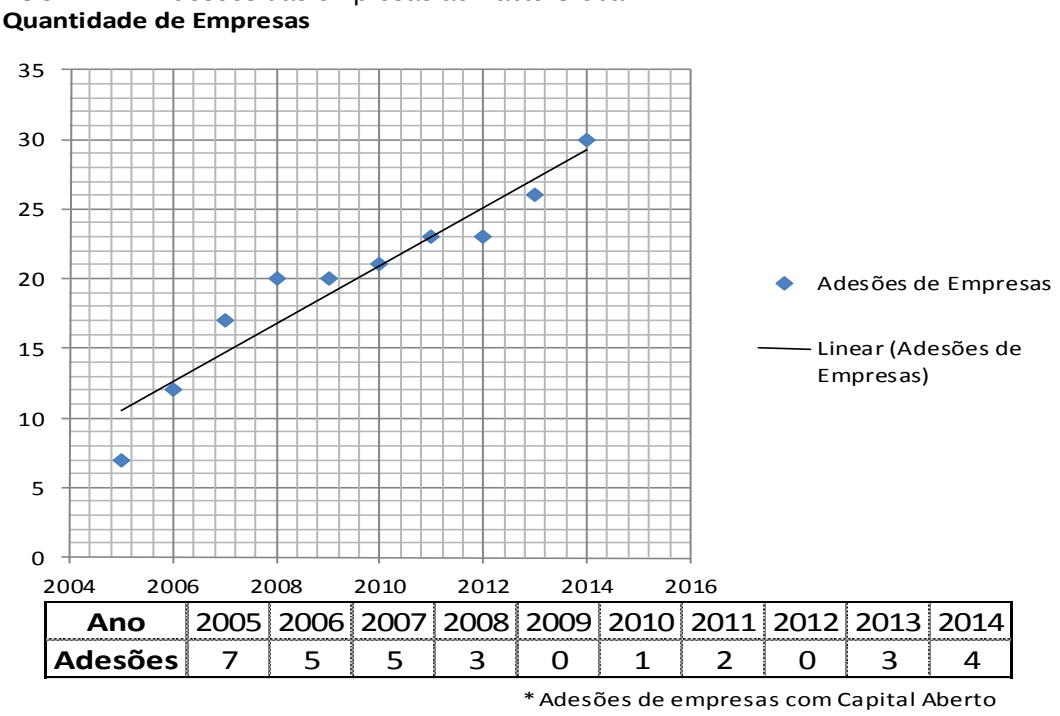
A Figura 27 compila as quantidades de empresas que aderiram ao Pacto Global em uma linha do tempo. Utilizando um gráfico de dispersão, é possível afirmar que existe uma forte correlação linear positiva em relação às adesões do Pacto Global das empresas atuantes na Bolsa de Valores.

O gráfico em questão compreende o número de empresas aderentes ao Pacto Global, prezando seu crescimento acumulado. Em contrapartida, compreende o aumento do valor na bolsa de valores, demonstrando assim graficamente uma relação entre esses dois itens, o que indica que a adesão ao Pacto Global e consequentemente aos seus Princípios torna as ações das empresas mais atrativas à comercialização, aumentando assim seu valor no mercado.

---

7 Share: n **1** parte, quota. **2** ação. • *vt* **1** compartilhar. **2** dividir, repartir. **ordinary share** *Com* ação ordinária. **preferred share** ação preferencial. (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2015).

FIGURA 27 - Adesões das empresas ao Pacto Global



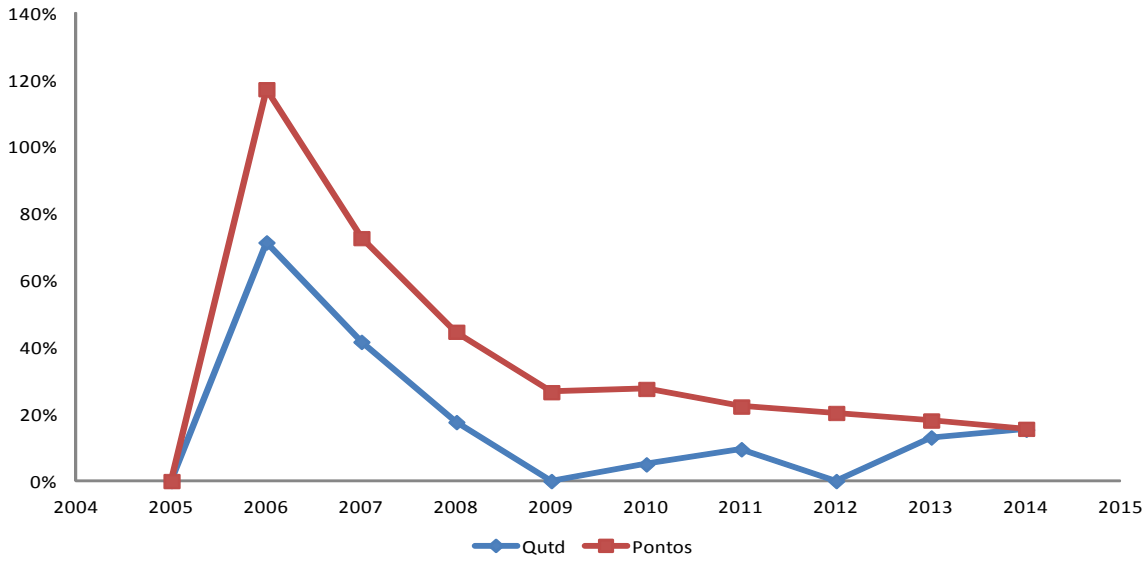
Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Adesões	7	5	5	3	0	1	2	0	3	4

* Adesões de empresas com Capital Aberto

Fonte: BM&FBOVESPA, 2015a.

Na Figura 28, foi possível identificar a relação direta da evolução do índice com as novas adesões ao Pacto Global. A Relação foi feita de acordo com o percentual de evolução do ISE, com o percentual de crescimento dos signatários do PG uma vez que as tendências seguem o mesmo padrão. Pode-se afirmar que o aumento da pontuação do ISE está diretamente correlacionado com a entrada de novos signatários no Pacto Global.

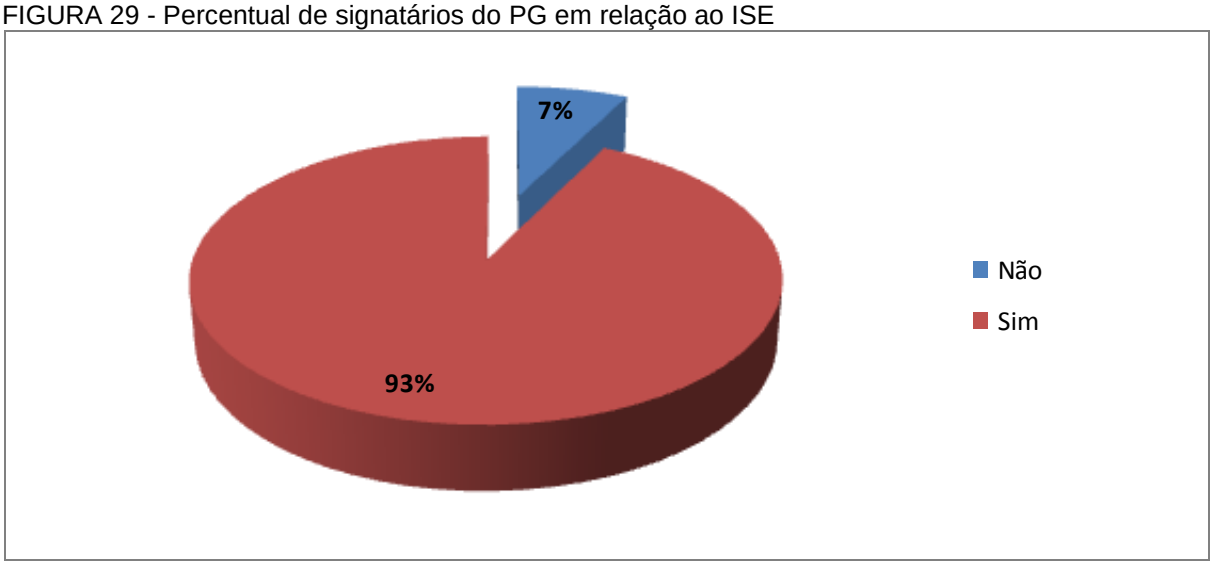
FIGURA 28 - Relação entre adesão ao Pacto Global X pontuação ISE



Fonte: a autora, 2015.

O ISE vem sendo um indicador importante na questão de valorização das empresas participantes, uma vez que 93% das empresas que compõem a carteira do ISE são signatárias do Pacto Global. Uma pesquisa realizada pelo Valor Econômico publicada em Dez/2014 revelou um comparativo dos últimos 10 anos, sendo que a Bolsa de Valores obteve uma valorização geral de 74% nesse período, contra uma valorização de 159% do ISE, gerando assim valor para as integrantes, que em sua grande maioria são signatárias, como se pode observar na Figura 29 (ABBC, 2015).

FIGURA 29 - Percentual de signatários do PG em relação ao ISE



Fonte: a autora, 2015.

4.5 COMUNICAÇÕES DE PROGRESSO (COP)

Dando sequência à análise de resultados, foram selecionadas, dentre as 39 empresas que compõem o ISE, 30 empresas identificadas como signatárias do Pacto Global, e mediante tal diagnóstico apontaram-se as principais características relacionadas ao COP de cada uma delas, além de dados particulares a cada organização, descritos no Quadro 7.

QUADRO 7- Relatórios de sustentabilidade

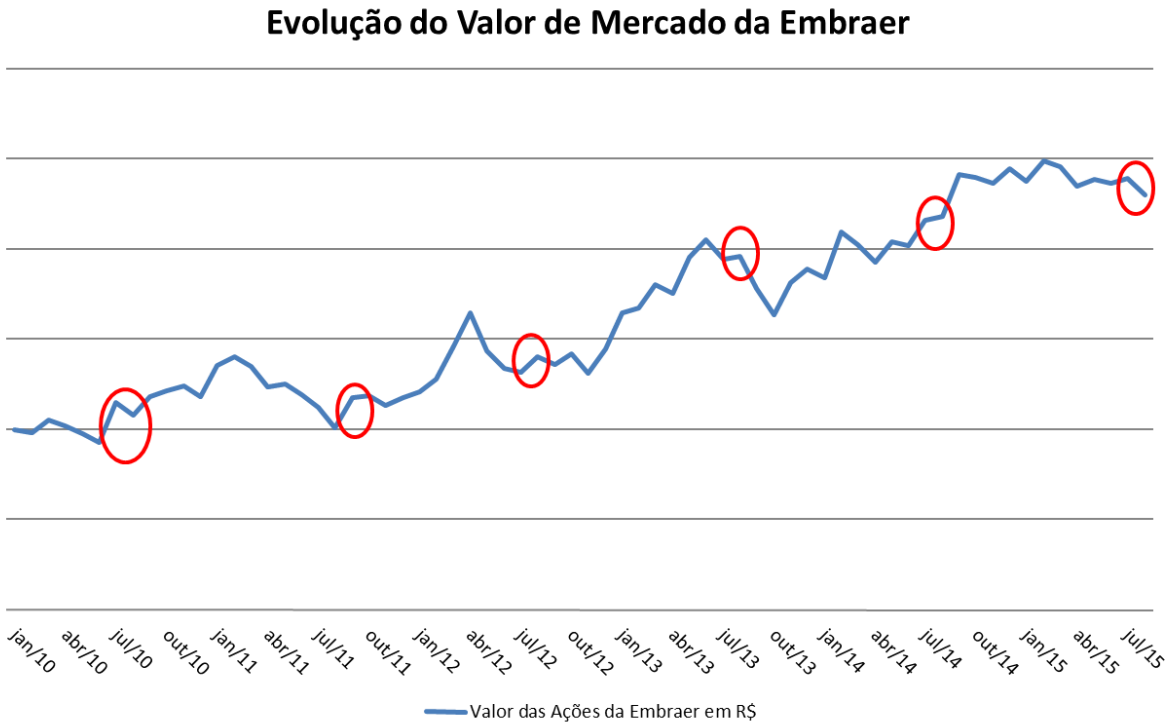
N.º	SETOR	EMPRESA	STATUS	SIGNATÁRIO DESDE	PRÓXIMO COP	NÍVEL	TOTAL DE FUNCIO-NÁRIOS
1	Defesa e Aeroespacial	Embraer	Ativa	16/06/2008	01/07/2016	Ativo	19.000
2	Bens Pessoais	Lojas Renner	Ativa	25/08/2014	25/08/2015	Em desenvolvimento	14.963
3	Celulose e Eucalipto	FIBRIA	Ativa	26/07/2000	22/07/2015	Sem classificação	3.889
4	Energia	Copel	Ativa	26/07/2001	26/09/2015	Ativo	10.000
5		CPFL Energia	Ativa	17/02/2004	09/09/2015	Ativo	7.000
6		Eletrobras	Ativa	12/06/2006	30/06/2015	Ativo	951
7		Eletropaulo	Ativa	28/06/2005	28/05/2015	Avançado	4.500
8		Energias BR	Ativa	22/06/2006	18/06/2015	Avançado	2.641
9		Light S/A	Ativa	12/09/2007	16/06/2015	Ativo	4.293
10	Florestal, Papéis e Conversão	Klabin	Ativa	27/06/2003	15/12/2015	Ativo	14.603
11	Geração de Energia Elétrica	AES Tiete	Ativa	14/11/2006	28/05/2016	Avançado	272
12	Indústria Alimentícia	BRF	Ativa	28/05/2007	21/08/2015	Avançado	121.117
13	Indústria Cosmética	Natura	Ativa	26/07/2000	11/04/2016	Aprendiz	6.655
14	Indústria Metalúrgica e Mineração	Vale	Ativa	12/09/2007	12/06/2015	Avançado	70.800
15	Indústria Química	Braskem	Ativa	22/05/2007	13/09/2015	Avançado	7.364
16	Materiais e Construão	Duratex	Ativa	20/02/2008	21/08/2015	Ativo	11.000
17	Medicina e Saúde	Fleury	Ativa	12/08/2013	12/06/2015	Ativo	9.900
18	Motores, Automação, Energias e Tintas	WEG	Ativa	03/07/2014	03/07/2015	Em desenvolvimento	29.099
19	Serviços de Suporte	CCR	Ativa	07/07/2011	19/06/2016	Aprendiz	8.649
20		Coelce	Ativa	24/01/2007	05/01/2016	Avançado	1.317
21		Ecorodovias	Ativa	30/07/2014	30/07/2015	Em desenvolvimento	5.780
22	Serviços Financeiros	Bradesco	Ativa	24/08/2006	12/03/2016	Avançado	104.412
23		Cielo	Ativa	10/08/2011	31/10/2015	Ativo	1.500
24		Itaú Unibanco S/A	Ativa	27/06/2003	31/08/2015	Avançado	100.000
25		Santander BR	Ativa	21/08/2006	20/08/2015	Avançado	54.000
26	Telecomunicações Móveis	Telef BRASIL	Ativa	01/06/2010	15/08/2015	Ativo	19.481
27		TIM PART S/A	Ativa	04/04/2008	13/08/2015	Ativo	12.264
28	Transporte Industrial	JSL	Ativa	07/04/2014	06/07/2015	Em desenvolvimento	24.000
29	Varejista	B2S	Ativa	01/11/2013	30/10/2015	Ativo	8.844
30		Lojas Americanas	Ativa	01/11/2013	30/10/2015	Ativo	17.180

Fonte: a autora, 2015.

Após realizada uma análise histórica, considerando a Embraer, empresa de capital aberto com suas ações comercializadas na Bovespa, signatária e integrante da carteira do ISE, é possível verificar que nos últimos cinco anos, nos períodos de publicação dos comunicados de progresso (COP), relatórios de sustentabilidade, (mês de julho) as ações apresentam uma valorização significativa. Esse fato é

decorrente do aumento da confiabilidade do mercado em relação à empresa, pois ela publica um relatório detalhado, reafirmando o compromisso com o Meio Ambiente, a Ética, a Governança e o Combate à Corrupção. Em caráter de exceção, após a última publicação é visível uma desvalorização, contudo, isso se deve a fatores externos, principalmente pelo risco-país[8], macroeconomia e estagnação do mercado conforme a Figura 30, tal análise fica melhor evidenciada.

FIGURA 30 - Evolução do valor da ação (EMBRAER) X publicação dos COP



Fonte: adaptado do site oficial da Embraer – Informações Divulgadas ao Mercado (Disponível em: <http://ri.embraer.com.br>. Acesso em: 2 ago. 2015.

A representação gráfica evidencia na forma visual que, posteriormente às publicações dos relatos, existe uma curva ascendente no valor das ações, em alguns casos chegando a obter 6,54% de aumento de valor. Além disso, com o passar dos períodos é notável a tendência linear de crescimento do valor das ações, mesmo que com oscilações atemporais. No longo prazo, isso significa que a empresa em questão

[8] O risco-país é definido pelo Banco Central do Brasil como o conceito que busca expressar de forma objetiva o risco de crédito a que investidores estrangeiros estão submetidos quando investem no País. No mercado, os indicadores diários mais utilizados para essa finalidade são o EMBI+Br e o Credit Default Swap (CDS) do Brasil. (Fonte ou Maiores Informações: <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%209-risco%20pa%C3%ADs.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2015).

apresentará bons resultados. Se for feita a análise gráfica, é facilmente visível a peridiocidade das valorizações, o que estatiscamente pode servir de embasamento para os investidores, uma vez que já é identificável um fator periódico que influencia positivamente o valor da empresa.

O cálculo foi utilizado considerando o valor médio das ações do mês anterior à publicação com o mês posterior à publicação. Em julho do ano de 2012 a ação valia R$ 13,14 e em agosto do mesmo ano,o valor da ação era de R$ 14,00, onde nota-se o crescimento de 6,54%. A fórmula básica de variação horizontal foi a utilizada para análise, sendo esta:

(Valor Final - Valor Inicial) / Valor Inicial.

5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo realizado se propôs a avaliar a existência ou não da geração de valores sustentáveis em negócios, no Brasil, das empresas signatárias do Pacto Global das Nações Unidas, correlacionando-as ao desempenho destas, listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&F Bovespa e moldadas em princípios da iniciativa, evidenciados em seus Comunicados de Progresso (COP), Relatórios de Sustentabilidade.

Com esta análise, visualizou-se que as transformações mercadológicas e a necessidade de a empresa apresentar um diferencial competitivo contribuíram para o desenvolvimento sustentável, estimulando o entusiasmo entre as organizações e consequentemente agregando valor aos seus negócios. Vale lembrar que esta conquista se dá em longo prazo e que, além de outros fatores, é necessária a aplicabilidade das boas práticas.

Conforme o resultado analisado, observou-se que a grande maioria das empresas signatárias do Pacto Global atua no mercado dando real importância à transparência organizacional, à seriedade, de forma responsável e sustentável.

O recente estudo publicado pelo Pacto Global, em comemoração aos 15 anos de seu nascimento, reforça o contexto acima mencionado, de que a sustentabilidade evidencia a organização perante seus investidores e sociedade e que as empresas que concentram seus esforços em matéria de sustentabilidade estão superando as demais (DNV GL; UN GLOBAL COMPACT, 2015).

No entanto, esforços ainda se fazem necessários para maior legitimidade não só da iniciativa do Pacto Global no Brasil, mas também para temática deste estudo. O mundo ainda caminha de forma insustentável. Os desafios da agenda mundial continuam abertos e a busca, ainda que pouca e lenta para cumprí-los, permanecerá com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), para os próximos trinta anos. A rápida deterioração do Meio Ambiente, a falta de equidade social e de gêneros, as divergências políticas, religiosas e a escassez de recursos econômicos, faz com que novos desafios apareçam, novas mudanças aconteçam e novas transformações sejam necessárias.

O modelo atual das políticas públicas deve ser adequado diante de todas as transformações, buscando uma gestão mais participativa e integrada com as organizações, gerando melhores recomendações e progresso sustentável para as

nações. A necessidade de colaboração entre os governos e as organizações está cada vez mais evidente.

No Brasil, a maior dificuldade apresentada em relação à aderência das organizações aos princípios do Pacto Global e a atuante representatividade destas como signatárias e membros, junto ao Comitê Brasileiro do Pacto Global - CBPG, relaciona-se a diversos fatores, evidenciados em recente relatório quantitativo e qualitativo, da consultoria *pro bono* realizada pelo ISAE de janeiro de 2014 a março de 2014.

Nota-se também que a falta de engajamento das empresas com tais princípios é fruto do retrocesso cultural e do desinteresse econômico, político e social do país.

Ferramentas, estruturas de governança e práticas de negócios voltados à Sustentabilidade e a Responsabilidade Social Empresarial – RSE estão presentes nos princípios, nas iniciativas e práticas do Pacto Global, propiciando ao ambiente organizacional valores sustentáveis que contribuem para repaginação na nova forma de administrar os negócios e na relação: empresa, *stakeholders* e meio ambiente. Além destas mudanças, com a adesão desses conceitos por parte do mercado, tanto público quanto privado, o país poderá avançar seu desenvolvimento econômico e sustentável. Empresas que não incorporarem às suas práticas tais modelos e valores tendem a vanescer no mercado global; não há alternativa senão mudar a postura, os valores organizacionais para perdurar no novo formato de mercado global e superar assim os problemas ambientais, econômicos, políticos, educacionais e sociais a caminho do progresso do desenvolvimento sustentável.

Necessita-se de melhores ferramentas e estruturas de Governança, com vistas a gerar um ambiente organizacional repaginado com melhorias na fiscalização, tributação e penalização das empresas que não se adequarem não só aos princípios do Pacto Global, à iniciativa, como também à nova Agenda (ODS).

A nova vanguarda empresarial, não está apenas preocupada com a rentabilidade e o retorno aos seus acionistas. Suas lideranças almejam perenidade e legado.

Em contrapartida, fatores externos, como crises econômicas, políticas e sociais tendem a afetar o valor dos ativos das empresas.

O Brasil atravessa um momento delicado. Com todo esse clima de tensão, o comportamento das ações no geral nas bolsas de valores tende a sofrer fortes oscilações.

Recentemente o país perdeu o grau de investimento[9], afetando diretamente a imagem e a credibilidade de grandes grupos.

Conclui-se que o Pacto Global gera valores sustentáveis para seus signatários, porém deve-se abandonar a visão filosófica, para o fortalecimento e maior engajamento da temática. Faz-se necessário fiscalizar com maior rigidez os comunicados de progresso das empresas signatárias e suas verdadeiras práticas e assim implementar uma penalidade mais severa, legitimista e pública.

Por fim, o estudo apresentado tem o intuito de despertar maior sensibilização quanto ao tema pesquisado, incentivando a mudança estratégica das empresas e governos em relação à Sustentabilidade. Ainda, contribui para a Academia, com futuras pesquisas ao redor dos objetos de estudo e coloca em prática a acessibilidade do trabalho, em formato de Consultorias Profissionais, enfatizando a valia desta pesquisa na geração de valores sustentáveis em negócios a partir de iniciativas e práticas do Pacto Global, não só para Ciência como também para as organizações que trilham o caminho da Sustentabilidade.

---

9 O Brasil perdeu o grau de investimento na classificação de crédito da Standard and Poor's (S&P), informou a agência de classificação de risco na quarta-feira, dia 09 de setembro de 2015.A nota do país foi rebaixada de "BBB-" para "BB+", com perspectiva negativa. O rebaixamento do rating do Brasil para a categoria "especulativa" aconteceu menos de 50 dias após a agência ter mudado a perspectiva para negativa (CARVALHO, 2015). O grau de investimento é uma espécie de "selo de bom pagador" de um país para investidores internacionais. No mercado financeiro, a nota de um país funciona como um "certificado de segurança" que as agências de classificação dão a países que elas consideram com baixo risco de calotes a investidores (G1.com, 2015).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neirilaine Silva de; MARTINS, Vidigal Fernandes; ALMEIDA, Liliane Silva de; SOARES, Marlon José Ferreira. A utilização da demonstração do valor adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os stakeholders: um estudo de caso da Petrobrás. **RIC – Revista de Informação Contábil**. v. 3, n. 1, p.134-148, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/136/130>. Acesso em: 2 maio 2015.

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa**: fundamentos, desenvolvimento e tendências. São Paulo: Atlas, 2007.

ANDRADE, Jose Célio Silveira. Participação do setor privado na governança ambiental global: evolução, contribuições e obstáculos. **Contexto Internacional**, v. 31, n. 2, p. 215-250, 2009.

ANNAN, Kofi. Foreword. In: **Learning to Talk**: Corporate Citizenship and the Development of the UN Global Compact. Sheffield: Greenleaf Publications, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (ABBC). Índice de sustentabilidade rende o dobro do Ibovespa. Disponível em: <www.abbc.org.br/noticiasview.asp?idNoticia=7541>. Acesso em: 9 ago. 2015.

ARAGÃO, Daniel Maurício Cavalcanti de. **Responsabilidade como legitimação**: capital transnacional e governança global na Organização das Nações Unidas. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – PUCRio, Rio de Janeiro, 2010.

ARRUDA FILHO, Norman de Paula. **Perspectivação**: um novo modelo de educação executiva responsável. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE Business School, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://www.pactoglobal.org.br/Public/upload/ckfinder/files/Publicacoes/tese_Norman%20de%20Arruda.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2015.

ASHLEY, Patrícia. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BARBIERI, José Carlos. Logística reversa como instrumento de programas de produção e consumo sustentáveis. **Revista Tecnologística**, São Paulo, 2002.

BECK, Ulrich. **¿Que és la globalización?**: falacias del globalismo, respuestas a la globalización. Barcelona: Paidós, 1998.

BM&FBOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE**: evolução diária. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoEvolucaoDiaria.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>. Acesso em: 11 maio. 2015a.

BM&FBOVESPA. **Histórico**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/capitalizacao-bursatil/ResumoBursatilHistorico.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em:

11 maio 2015b.

BM&FBOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE**: sustentabilidade em bolsas de valores. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/Apresentacao-ISE.pdf>. Acesso em: 4 maio 2015c.

BM&FBOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE**: apresentação.. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>. Acesso em: 2 maio 2015d.

BM&FBOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE**.. Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/indices>. Acesso em: 2 maio 2015e.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Our Common Future**: The World Commission on Environment and Development. Oxford University Press, 1987.

CARVALHO, Fabiana. Perda do grau de investimento já era esperada, dizem economistas. **G1**, 09 set. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/perda-do-grau-de-investimento-ja-era-esperado-dizem-economistas.html>. Acesso em: 13 set. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedades em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

COMITÊ BRASILEIRO DO PACTO GLOBAL (CBPG). **Minuta-resumo dos principais pontos da reunião do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG)**. Campinas-SP, 14 de agosto de 2014a. Disponível em: <http://webdav.unglobalcompact.org/system/attachments/Meeting/31691/original/Minuta_CBPG_Agosto2014.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2015.

COMITÊ BRASILEIRO DO PACTO GLOBAL (CBPG). Relatório de atividades da rede brasileira do pacto global. **Annual Report**, p.5, 2014b. Disponível em: <http://www.pactoglobal.org.br/Public/upload/ckfinder/files/PACTOGLOBAL_RA_digital_port.pdf>. Acesso: 8 jul. 2015.

COULMONT, Michel; BERTHELOT, Sylvie. The financial benefits of a fir's affliation with the UN Global Compact. **Business Ethics: A European Review**, v. 24, n. 2, p. 144, 2015. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/beer.12087/abstract>. Acesso em: 15 jul. 2015.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/escolar/ingles/definicao/ingles-portugues/share_19875.html>. Acesso em: 9 ago. 2015.

DNV GL; UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **Impact**: Transforming Business,

Changing The World - The United Nations Global Compact. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/docs/publications/ImpactUNGlobalCompact2015.pdf>. Acesso em: 12 set. 2015.

ELKINGTON, John. Enter the Triple Botton Line. In: HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie (Eds.). **The Triple Botton Line**: Does it All Add Up? Assessing the Sustainability of Business and CSR. London: Earthscan Publications, 2004. p.1-16. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/197813126/2004-Henriques-and-Richardson-Triple-Bottom-Line-Assessing-the-Sustainability-of-Business-and-CSR#scribd>. Acesso em: 11 jul. 2015.

G1.com. STANDARD & Poor's muda perspectiva de nota do Brasil para negativa. **G1**, 28 jul. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/03/petrobras-e-retirada-do-indice-dow-jones-de-sustentabilidade.html>. Acesso em: 15 set. 2015.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Histórico**. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil>. Acesso em: 11 maio 2015.

HART, Stuart L.; MILSTEIN, Mark B. Criando valor sustentável. Tradução de Pedro F. Bendassolli. **GV-executivo**, v. 3, n. 2, maio/jul. 2004. Disponível em: <http://rae.fgv.br/gv-executivo/vol3-num2-2004/criando-valor-sustentavel>. Acesso em: 15 ago. 2015.

INSTITUTO ANTAKARANA. **Compêndio para a sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.institutoatkwhh.org.br>. Acesso em: 11 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Governança Corporativa**. 2010. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18180>. Acesso em: 25 jul. 2014.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE ENSINO À DISTÂNCIA (IPED). **Diferença entre gestão pública e gestão privada**. Disponível em: <http://www.iped.com.br/materiais/administracao/diferenca-gestao-publica-gestao-privada.html>. Acesso em: 21 ago. 2015.

KARATSU, Hajime; IKEDA, Toyoki. **Mastering the Tools of Learming through Diagrams and Illustrations**. Tokyo: PHP Institute. INC, 1985.

KRAYCHETE, Elsa Souza. O lugar das organizações não governamentais no entrecruzamento entre as noções de desenvolvimento e cooperação internacional. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 251-268, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n65/v25n65a05.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2015.

LASZLO, Chris. **Valor sustentável**: como as empresas mais expressivas do mundo estão obtendo bons resultados pelo empenho em iniciativas de cunho social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

LAURIANO, Lucas Amaral; BUENO, João Henrique; SPITZECK, Heiko. **Estado da**

gestão para sustentabilidade nas empresas brasileiras - 2014. Nova Lima, MG: FDC Núcleo de Sustentabilidade, 2014. Disponível em: <http://acervo.ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Relat%C3%B3rios%20de%20Pesquisa/Relat%C3%B3rios%20de%20Pesquisa%202014/Relat%C3%B3rio%20EGSB%20-%20Estado%20da%20Gest%C3%A3o%20para%20Sustentabilidade%20nas%20Empresas%20Brasileiras%20-%202014.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2015.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em gestão pública**: a trajetória e a estratégia do GESPÚBLICA. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

LOPES, Fabiana Crivano; SCHEFFER, Rosely; BERTÉ, Rodrigo. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental como alicerce para gestão estratégica em instituições do setor educacional. **Revista Organização Sistêmica**, v. 6, n. 3, jul./dez. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/NoteBook/Downloads/313-1158-1-PB%20(7).pdf>. Acesso em: 18 ago. 2015.

MAGERØY, Kristoffer; VILDÅSEN, Sigurd Sagen. How to Create Value from a Sustainability Initiative: An exploratory case study of UN Global Compact in the Ulstein Group. **NTNU – Throndheim Norwegian University of Science and Technology**, 2013. Disponível em: <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:723991/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em 12 ago. 2015.

MANUAL DE COMUNICAÇÃO DA SECOM. **SWOT**. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/swot>. Acessado em: 17 jul. 2015.

MASSA, Adriana Accioly; NOVAK, Amanda Swaya; SOUZA, Raquel Pusch de. **Responsabilidade social**: um caminho para sustentabilidade. Disponível em: <http://sottili.xpg.uol.com.br/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_reflexoes/reflexoes_02.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2015.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). Conheça a ONU. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/conheca/>. Acesso em: 8 ago. 2015.

PACTO GLOBAL. Disponível em: <www.pactoglobal.org.br>. Acesso em: 7 ago. 2015.

PACTO GLOBAL REDE BRASILEIRA. **COP**. 14 jun. 2013. Disponível em: <www.pactoglobal.org.br/artigo/77/COP>. Acesso em: 3 jul. 2015.

PORTAL EDUCAÇÃO. Administração estratégica: cadeia de valor de Michael Porter. **Portal Educação**, 12 abr. 2013. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/43580/administracao-estrategica-cadeia-de-valor-de-michael-porter#ixzz3lwCWjXCJ>. Acesso em: 3 ago. 2015.

PRAHALAD, Coimbatore Krishnarao. **A riqueza na base da pirâmide**: como erradicar a pobreza com o lucro. São Paulo: Bookman, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Os objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/odm.aspx>. Acesso em: 7 ago. 2015.

QUAAK, Lizet; AALBERS, Theo; GOEDEE, John. Transparency of Corporate Social Responsibility in Dutch Breweries. **Journal of Business Ethics**, v. 76, p. 293-308, 2007.

RADAR RIO+20. **Histórico**. Disponível em: <http://www.radarrio20.org.br/index.php?r=conteudo/view&id=9>. Acesso em: 13 abr. 2015.

RICO, Elizabeth de Melo. A responsabilidade social empresarial e o estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 4, p. 70-85, 2004.

SÁ, Hernane Tavares de. **Nos bastidores da ONU**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 59, 1967.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável só é possível com intervenção do Estado no mercado. **Agência Nacional**, 1.º jul. 2012. Entrevista concedida a Vladimir Platonow. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-07-01/ignacy-sachs-desenvolvimento-sustentavel-so-e-possivel-com-intervencao-do-estado-no-mercado>. Acesso em: 17 abr. 2014.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SACHS, Jeffrey. **A riqueza de todos**: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SANTOS, Ivonilda Carneiro dos; RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, Martius Vicente. Evolução do modelo de gestão. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO – Responsabilidade Socioambiental das Organizações Brasileiras, 4., 2008, Niterói. **Anais**... Niterói, RJ, 31 de julho a 02 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/portals/2/documents/cneg4/anais/t7_0105_0418.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2015.

SARTORE, Marina de Souza. Da filantropia ao investimento socialmente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 451-464, p. 455-456, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792012000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 9 ago. 2015.

SILVA, Carlos Henrique Rubens Tomé. Estocolmo'72, Rio de Janeiro'92 e Joanesburgo'02: as três grandes conferências ambientais internacionais. **Boletim do Legislativo**, n.6, 2011. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/boletim-no-6-de-2011-estocolmo72-rio-de-janeiro92-e-joanesburgo02-as-tres-grandes-conferencias-ambientais-internacionais>. Acesso em: 4 set. 2014.

SOUZA, Nadja Valéria de. **Responsabilidade social corporativa e transnacionalização**: uma leitura crítica do Pacto Global das Nações Unidas no

Brasil. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – PUCRio, Rio de Janeiro, 2012.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TACHIZAWA, Takeshy; CRUZ JÚNIOR, João Benjamin da; ROCHA , José Antônio de Oliveira. **Gestão de negócios**: visões e dimensões empresariais da organização. São Paulo: Atlas, 2001.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa; BARBIERI, José Carlos; CSILLAG, João Mário. Sustentabilidade e competitividade: novas fronteiras a partir da gestão ambiental. **Revista Gerenciais**, São Paulo: v. 5, n. Especial, p. 37-49, jan./jun. 2006.

THE ECONOMIST. **It consists of three Ps**: profit, people and planet. **The Economist**, 17 nov. 2009. Disponível em: <http://www.economist.com/node/14301663>. Acesso em: 27 ago. 2014.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT – UN GLOBAL COMPACT. **What is the UN Global Compact**. Disponível em: <http://www.unglobalcompact.org>. Acesso em: 12 nov. 2013.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT – UN GLOBAL COMPACT. **Global Compact 100**. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/take-action/action/global-compact-100>. Acesso em: 2 ago. 2015a.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT – UN GLOBAL COMPACT. **Guide to corporate sustainability**: shaping a sustainable future. 2015. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/docs/publications/UN_Global_Compact_Guide_to_Corporate_Sustainability.pdf >. Acesso em: 8 ago. 2015b.

VOLTOLINI, Ricardo. **Conversa com líderes sustentáveis**: o que aprender com quem fez ou está fazendo a mudança para sustentabilidade. São Paulo: Senac, 2012.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WBCSD). **Beyond reporting**: creating business value and accountability. Geneva: WBCSD,. 2005. Disponível em: <http://www.wbcsd.org/work-program/business-role/previous-work/accountability-reporting.aspx>. Acesso em: 2 jul. 2015.

YOUNG, S. David; O'BYRNE, Stephen F. **EVA e gestão baseada em valor**: guia prático para implementação. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ZYLBERSZTAJN, De David; LINS, Clarissa (Orgs.). **Sustentabilidade e geração de valor**: a transição para o século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 207p.

ANEXOS

ANEXO A
LISTA DE SIGNATÁRIOS DO PG NO GLOBAL COMPACT 100 INDEX

The UN Global Compact 100

Index Constituents

Company	Country	Stock Ticker
Accor SA	France	ENXTPA:AC
Akzo Nobel NV	Netherlands	ENXTAM:AKZA
Alcatel-Lucent, S.A.	France	ENXTPA:ALU
Allianz SE	Germany	DB:ALV
Assicurazioni Generali SpA	Italy	BIT:G
Atlas Copco Group	Sweden	OM:ATCO A
Australia & New Zealand Banking Group Limited	Australia	ASX:ANZ
Aviva plc	United Kingdom	LSE:AV.
Banco Santander (Brasil) S.A.	Brazil	BOVESPA:SANB4
Baoshan Iron & Steel Co., Ltd.	China	SHSE:600019
BASF SE	Germany	DB:BAS
BCE, Inc.	Canada	TSX:BCE
BMW Group	Germany	DB:BMW
BNP Paribas	France	ENXTPA:BNP
Bombardier, Inc.	Canada	TSX:BBD.B
BRF - Brasil Foods S.A.	Brazil	BOVESPA:BRFS3
CA Technologies	United States	NasdaqGS:CA
Campbell Soup Co.	United States	NYSE:CPB
CEMEX, S.A.B. de C.V.	Mexico	NYSE:CX
China Vanke Co. Ltd.	China	SZSE:200002
Cia Energetica de Minas Gerais	Brazil	BOVESPA:CMIG4
Citigroup, Inc.	United States	NYSE:C
Coca-Cola Icecek A.S.	Turkey	IBSE:CCOLA
Coloplast A/S	Denmark	CPSE:COLO B
Commonwealth Property Office Fund	Australia	ASX:CPA
Companhia Paranaense de Energia	Brazil	BOVESPA:CPLE6
Compania Cervecerias Unidas S.A.	Chile	SNSE:CCU
Daimler AG	Germany	XTRA:DAI
Deutsche Telekom AG	Germany	DB:DTE
Diageo plc	United Kingdom	LSE:DGE
DNB ASA	Norway	OB:DNB
Electrolux AB	Sweden	OM:ELUX B
Embraer SA	Brazil	NYSE:ERJ
Empresa Nacional de Electricidad S.A.	Chile	SNSE:ENDESA
Enagas SA	Spain	CATS:ENG
Enersis S.A.	Chile	SNSE:ENERSIS

Ericsson	Sweden	OM:ERIC B
Ford Motor Co.	United States	NYSE:F
Fujitsu Ltd.	Japan	TSE:6702
General Electric Company	United States	NYSE:GE
Grupo Argos S.A.	Colombia	BVC:INVERARGOS
HCL Technologies Ltd.	India	BSE:532281
Henkel AG & Co. KGaA	Germany	DB:HEN3
Hennes & Mauritz AB	Sweden	OM:HM B
Hess Corporation	United States	NYSE:HES
Hewlett-Packard Company	United States	NYSE:HPQ
Holmen AB	Sweden	OM:HOLM B
Industria de Diseno Textil SA	Spain	CATS:ITX
Infosys Ltd.	India	BSE:500209
Intel Corporation	United States	NasdaqGS:INTC
Intesa Sanpaolo S.p.A.	Italy	BIT:ISP
Isagen S.a. E.s.p.	Colombia	BVC:ISAGEN
Johnson Controls Inc.	United States	NYSE:JCI
JSR Corp.	Japan	TSE:4185
Kesko Oyj	Finland	HLSE:KESBV
Kimberly-Clark Corporation	United States	NYSE:KMB
Koninklijke Philips Electronics NV	Netherlands	ENXTAM:PHIA
Lenovo Group Ltd.	China	SEHK:992
Lexmark International Inc.	United States	NYSE:LXK
LG Electronics Inc.	South Korea	KOSE:A066570
L'Oreal SA	France	ENXTPA:OR
Mondi Limited	South Africa	JSE:MND
National Australia Bank Limited	Australia	ASX:NAB
Norsk Hydro ASA	Norway	OB:NHY
Novartis AG	Switzerland	SWX:NOVN
Novo Nordisk A/S	Denmark	CPSE:NOVO B
Novozymes A/S	Denmark	CPSE:NZYM B
OMV Aktiengesellschaft	Austria	WBAG:OMV
Pearson plc	United Kingdom	LSE:PSON
Petroleo Brasileiro	Brazil	BOVESPA:PETR4
Pirelli & C. SpA	Italy	BIT:PC
PSA Peugeot Citroen	France	ENXTPA:UG
Puma SE	Germany	DB:PUM
Repsol YPF SA	Spain	CATS:REP
Ricoh Co. Ltd.	Japan	TSE:7752
RWE AG	Germany	DB:RWE
Sasol Ltd.	South Africa	JSE:SOL
Shiseido Co. Ltd.	Japan	TSE:4911

SK Hynix, Inc.	South Korea	KOSE:A000660
Snam SpA	Italy	BIT:SRG
Statoil ASA	Norway	OB:STL
Stora Enso Oyj	Finland	HLSE:STERV
Storebrand ASA	Norway	OB:STB
Suncor Energy Inc.	Canada	TSX:SU
Symantec Corporation	United States	NasdaqGS:SYMC
Tata Chemicals Ltd.	India	BSE:500770
Technicolor SA	France	ENXTPA:TCH
Telefonica Brasil, S.A.	Brazil	BOVESPA:VIVT4
Telenor ASA	Norway	OB:TEL
TERNA - Rete Elettrica Nazionale Società per Azioni	Italy	BIT:TRN
The Linde Group	Germany	DB:LIN
Toppan Printing Ltd.	Japan	TSE:7911
Toshiba Corp.	Japan	TSE:6502
Unilever Indonesia tbk PT	Indonesia	JKSE:UNVR
Unilever plc	United Kingdom	LSE:ULVR
UPM-Kymmene Oyj.	Finland	HLSE:UPM1V
Volkswagen AG	Germany	DB:VOW
Westpac Banking Corporation	Australia	ASX:WBC
Wipro Ltd.	India	BSE:507685
Woolworths Ltd.	Australia	ASX:WOW

ANEXO B

MANUAL DE DEFINIÇÕES E PROCEDIMENTOS DOS ÍNDICES DA BM&F BOVESPA

MANUAL DE DEFINIÇÕES E PROCEDIMENTOS DOS ÍNDICES DA BM&FBOVESPA

Outubro de 2013

DEFINIÇÕES

ATIVOS EM CIRCULAÇÃO – FREE FLOAT

São considerados ativos disponíveis para negociação ("free float") aqueles divulgados pela companhia no site da Comissão de Valores Mobiliários, conforme a Instrução CVM 480, de 07/12/2009, que determina que as empresas informem esses dados através do Formulário de Referência.

Para efeito de cálculo dos índices da BM&FBOVESPA ponderados pelo "free float", são considerados os valores dos ativos em circulação na espécie pertencente à carteira do índice.

ÍNDICE DE RETORNO TOTAL

É um indicador que procura refletir não apenas as variações nos preços dos ativos integrantes do índice no tempo, mas também o impacto que a distribuição de proventos por parte das companhias emissoras desses ativos teria no retorno do índice.

Para tanto:

- São incorporados na carteira do índice os seguintes valores:
  - dividendos e juros sobre o capital, pelo valor bruto;
  - direitos de subscrição (preço com direito descontado do preço ex-teórico);
  - valor de qualquer ativo recebido que seja diferente dos ativos originalmente possuídos;
  - valor de quaisquer direitos de subscrição de ativos diferentes dos ativos originalmente possuídos.

- São mantidos na carteira do índice os ativos recebidos a título de bonificação ou desdobramento.

- Incorporação na carteira: após o encerramento do último pregão "com-direito", incorpora-se o provento em todos os demais ativos integrantes da carteira, na proporção de suas respectivas participações.
  O valor total da carteira é recalculado utilizando-se o preço "ex-teórico" do ativo que distribuiu o provento e o redutor é alterado de forma que o valor do índice mantenha-se constante.

FÓRMULA GERAL DE CÁLCULO DO PREÇO "EX-TEÓRICO"

$$Pex = \frac{Pc + (S * Z) - D - J - Vet}{1 + B + S}$$

Onde:
P_{ex} = preço ex-teórico.
P_c = último preço "com-direito" ao provento.
S = percentual de subscrição, em número-índice.
Z = valor de emissão do ativo a ser subscrito, em moeda corrente.
D = valor recebido a título de dividendo, em moeda corrente.
J = juros sobre o capital, em moeda corrente.
V_{et} = valor econômico teórico resultante do recebimento de provento em outro tipo/ativo.
B = percentual de bonificação (ou desdobramento), em número-índice.

Notas

1. O V_{et} é calculado considerando-se o montante financeiro que seria apurado com a venda dos ativos do outro tipo e/ou outro ativo (debêntures, ativos de outra empresa etc.) recebidos. Por exemplo, se a empresa A distribuir gratuitamente, aos seus acionistas, um ativo da empresa B – avaliado em $5,00 por ativo - para cada dois ativos A possuídos, o V_{et} será igual a $2,50.
2. No caso de subscrições, o preço ex-teórico somente será apurado se os atuais acionistas tiverem preferência para aquisição dos novos valores mobiliários, e se essa operação resultar em vantagem econômica para o investidor.

PENNY STOCK

Ativos cuja cotação seja inferior a R$ 1,00.

Para efeito da aplicação da metodologia dos índices são considerados como Penny Stocks os ativos cujo valor médio ponderado durante a vigência da carteira anterior ao rebalanceamento seja inferior a R$1,00 (um real). Caso a companhia realize um grupamento neste período, o valor do ativo será recalculado considerando a proporção do grupamento para todo o período da análise.

ÍNDICE DE NEGOCIABILIDADE

O índice de negociabilidade é calculado pela seguinte fórmula:

$$IN = \sqrt[3]{\frac{ni}{N}} * \sqrt[3]{\left(\frac{vi}{V}\right)^2} * \frac{pi}{P}$$

Onde:

IN = índice de negociabilidade.
n_i = número de negócios com o ativo *i* no mercado a vista (lote-padrão).
N = número total de negócios no mercado a vista da BM&FBOVESPA (lote-padrão).
v_i = volume financeiro gerado pelos negócios com o ativo *i* no mercado a vista (lote-padrão).
V = volume financeiro total do mercado a vista da BM&FBOVESPA (lote-padrão).
pi = número de pregões em que o ativo foi negociado.
P = número de pregões total do período analisado.

Notas

1. No cálculo do Índice de Negociabilidade, não são considerados os negócios diretos.
2. Os valores do Índice de Negociabilidade de cada ativo são apurados em base diária, somados e divididos pelo número de pregões total do período analisado.

PROCEDIMENTOS

APURAÇÃO DOS ÍNDICES

A BM&FBOVESPA calcula os índices ao longo do período regular de negociação, a cada intervalo de 30 (trinta) segundos, considerando os preços dos últimos negócios efetuados no mercado a vista (lote-padrão) com ativos componentes de sua carteira.

Os índices podem ser calculados através da seguinte fórmula:

$$\text{Índice}_{(t)} = \frac{Valor\ total\ da\ carteira}{Redutor} = \frac{\left(\sum_{i=1}^{n} Pi_t * Qi_t\right)}{\alpha}$$

Onde:
Índice $_{(t)}$ = valor do índice no instante t.
n = número total de ativos integrantes da carteira teórica do índice.
Pi_t = último preço do ativo i no instante t.
Qi_t = quantidade do ativo i na carteira teórica no instante t.
α = redutor utilizado para adequar o valor total da carteira ao valor de divulgação do índice.

VIGÊNCIA DAS CARTEIRAS

A carteira teórica do índice tem vigência de 4 (quatro) meses, para os períodos de janeiro a abril, maio a agosto e setembro a dezembro, entrando em vigor na primeira segunda-feira do mês inicial de vigência (ou dia útil imediatamente posterior no caso de nesse dia não haver negociação no segmento Bovespa). Ao final de cada quadrimestre a carteira é rebalanceada, utilizando-se os procedimentos e critérios integrantes desta metodologia.

Ressalte-se que, nos índices ponderados pelo free float, as quantidades teóricas são apuradas de acordo com a metodologia de cada um deles, nas datas de reavaliação periódicas, com base na informação de free float dos ativos reportada pelas empresas. Durante o período de vigência da carteira, essas quantidades, via de regra, são alteradas apenas em função dos casos previstos neste documento.

PRÉVIAS DAS CARTEIRAS

A BM&FBOVESPA divulga regularmente três prévias das novas composições:

- no primeiro dia útil do mês anterior ao de início de vigência da nova carteira;
- no pregão seguinte ao dia 15 desse mês; e

- no último dia de vigência da carteira anterior.

Em situações especiais, a BM&FBOVESPA poderá antecipar a divulgação das prévias e/ou realizá-las em outras datas além daquelas previstas neste item.

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1. Suspensão de negociação

No caso de suspensão de negociação de um ativo componente de índice, este ativo permanecerá registrado no índice sempre pelo último preço disponível no ambiente em que esteja sendo negociado.
O ativo será excluído da carteira caso não seja liberado para negociação em 50 dias, contados da data de suspensão, ou a qualquer tempo a critério da BM&FBOVESPA visando garantir a continuidade, replicabilidade, representatividade e integridade do índice.

2. Companhias em situação especial

Se um ativo pertencente ao índice passar a ser negociado em situação especial (recuperação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária, intervenção ou qualquer outra hipótese definida pela Bolsa), ele será retirado do índice ao final do primeiro dia de negociação nesta condição.
Companhias que estiverem em situação especial ou que estiverem sujeitas a prolongado período de suspensão de negociação não serão elegíveis para os índices. Caso essas companhias passem a não mais estar nessas situações especiais, seu histórico de negociação, para efeito do atendimento de todos os critérios de inclusão nas carteiras, começará a ser contado a partir da data em que a BM&FBOVESPA considerar que a companhia efetivamente tenha deixado sua situação especial.

3. Exclusão ou não inclusão a critério da BM&FBOVESPA

A BM&FBOVESPA poderá, a seu critério, determinar a exclusão ou não inclusão de um ativo em índices por ela apurados se julgar necessário este procedimento, visando preservar a continuidade, a replicabilidade, a representatividade e a integridade do índice.

4. Preço de exclusão de um ativo do índice

O preço pelo qual o ativo será retirado das carteiras dos índices será determinado pela BM&FBOVESPA, a seu critério, preferencialmente através de procedimento especial de negociação, sendo que a BM&FBOVESPA poderá arbitrar esse preço visando preservar a continuidade, a replicabilidade, a representatividade e a integridade do índice.

5. Ajustes em caso de reorganização societária envolvendo companhias emissoras de ativos integrantes de índice (transformação, incorporação, fusão ou cisão).

a) Anúncio/ efetivação da reorganização societária

O mero anúncio da decisão da companhia emissora de efetuar uma reorganização societária não altera, em principio, sua situação na carteira teórica do índice.

Reorganizações societárias que resultem na criação de sociedade nova: após a efetivação da reorganização societária, assim entendida a conclusão do processo societário, na forma da lei, enquanto se aguarda a formalização de sociedades eventualmente resultantes, do processo de transformação, fusão ou cisão, essas sociedades serão consideradas como uma unidade da companhia integrante do índice e objeto da reorganização societária e permanecerão na carteira do índice "com-reorganização".

b) Início da negociação em bolsa de companhias resultantes de reorganização societária

A carteira teórica do índice incluirá as sociedades eventualmente resultantes da reorganização societária de companhia integrante do índice. A participação representada pela companhia objeto da

reorganização societária na carteira teórica será revista, a fim de contemplar os efeitos patrimoniais de sociedades eventualmente resultantes.

Para cada nova companhia incluída no índice, o preço teórico será determinado em função do impacto patrimonial da reorganização societária informado pela companhia integrante do índice.

c) Recomposições quadrimestrais posteriores

Para efeito de seleção das companhias/ativos que atendam cumulativamente aos critérios de inclusão no índice, serão adotados os seguintes procedimentos:

- Novas sociedades eventualmente resultantes de reorganização societária serão tratadas como uma unidade de negociação da companhia objeto da reorganização societária e os seus dados de negociação serão considerados em conjunto com os da companhia objeto da reorganização societária, para efeito da apuração do Índice de Negociabilidade;

- as participações individuais de cada um dos novos ativos nas carteiras serão definidas, a critério da BM&FBOVESPA, com base no período decorrido, em função da efetiva negociabilidade de cada papel ou do nível de preços de cada ativo;

- no rebalanceamento subsequente a Bolsa excluirá os ativos que não apresentarem Índice de Negociabilidade adequado, tomando por base sua presença em pregão a partir do início de listagem e seu Índice de Negociabilidade nos últimos 12 meses anteriores.

Nota: no caso de reorganização societária ocorrida quando faltarem menos de trinta dias corridos para a próxima data de rebalanceamento, o valor dos ativos envolvidos, desde que regularmente calculado e disponível, permanecerá sendo computado na carteira até o rebalanceamento seguinte, quando então serão efetuados os procedimentos normais de ajuste.

d) Ajustes em caso de operação de incorporação envolvendo companhia integrante do índice

Companhia integrante do índice incorpora outra companhia cujos ativos também pertencem ao índice

Os ativos da companhia incorporadora permanecem na carteira do índice, sendo sua quantidade teórica ajustada em função dos efeitos patrimoniais respectivos.

Companhia integrante do índice incorpora companhia ou parcela cindida de companhia que não integre o índice

A companhia incorporadora permanece na carteira do índice com a mesma quantidade teórica, passando a refletir os efeitos patrimoniais decorrentes da reorganização societária mediante a formalização desta.

Companhia integrante do índice é incorporada por outra não integrante do índice

A situação será analisada, tendo em vista o disposto no presente documento quanto à elegibilidade de ativos e aos critérios de listagem de companhia na BM&FBOVESPA, podendo a BM&FBOVESPA a seu critério:

- excluir a companhia da carteira do índice, redistribuindo-se sua participação pelos demais ativos integrantes da carteira;
- incluir a companhia incorporadora na carteira do índice, efetuando os ajustes necessários na quantidade teórica a fim de refletir os efeitos patrimoniais respectivos.

Incorporação de ações
No caso de operação de incorporação de ações envolvendo companhia integrante do índice, serão observados os mesmos procedimentos acima indicados, conforme aplicável.

e. Ajustes em caso de permuta de ativos

Esta hipótese aplica-se quando da permuta de ativos pertencentes à carteira do índice por ativos que não pertençam ao índice.

A situação será analisada tendo em vista o disposto no presente documento quanto à elegibilidade de ativos e aos critérios de listagem de companhias na BM&FBOVESPA, podendo a BM&FBOVESPA, a seu critério:

– excluir o ativo da carteira do índice, redistribuindo-se sua participação pelos demais ativos integrantes da carteira;
– incluir o ativo na carteira do índice, efetuando-se os ajustes necessários na quantidade teórica a fim de refletir os efeitos patrimoniais respectivos.

6. Ajustes em caso de eventos com redução do free float

Além das hipóteses acima indicadas, no caso de quaisquer eventos que impliquem redução substancial do free float, a BM&FBOVESPA procederá aos ajustes necessários na composição da carteira do índice, visando preservar sua continuidade, replicabilidade, representatividade e integridade.

7. Ajustes em caso de oferta primária e/ou secundária de ativos que altere o "free float"

A quantidade teórica do ativo será alterada para refletir o novo "free float", após o encerramento do terceiro pregão posterior à data de início de negociação dos novos ativos ou no dia seguinte a efetiva disponibilidade dos ativos, se esta for em data diferente.

GOVERNANÇA DOS ÍNDICES

Os índices, compreendendo sua denominação e respectiva forma de apresentação gráfica característica (ÍNDICES), desenvolvidos e divulgados pela BM&FBOVESPA, constituem objeto de pedido de registro ou registro de titularidade da BM&FBOVESPA, depositado ou registrado perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

A BM&FBOVESPA cria, mantém, compila, calcula, patrocina e publica os ÍNDICES, mediante a aplicação de métodos e critérios próprios, criados, desenvolvidos e empregados mediante o dispêndio de trabalho, tempo e recursos materiais consideráveis, e que os ÍNDICES e quaisquer direitos, inclusive de propriedade intelectual, a eles relacionados pertencem exclusivamente à BM&FBOVESPA, não podendo ser, de qualquer forma ou por qualquer meio, utilizados por terceiros, salvo mediante autorização prévia da BM&FBOVESPA, formalizada em documento próprio.

A BM&FBOVESPA possui um comitê consultivo destinado a avaliar a necessidade e a oportunidade de introduzir aprimoramentos nas metodologias aplicadas e também nos demais procedimentos utilizados para os índices de sua titularidade.

A BM&FBOVESPA pode rever qualquer regra aqui descrita, bem como introduzir novas determinações, sempre objetivando o contínuo aprimoramento de seus índices, bem como preservar o funcionamento regular e eficiente dos mercados que administra.

Casos omissos serão resolvidos pela BM&FBOVESPA.

ANEXO C

METODOLOGIA DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE

BM&FBOVESPA
A Nova Bolsa

METODOLOGIA DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

Visite o site da BM&FBOVESPA

bmfbovespa.com.br

Abril/2015 [data]

METODOLOGIA DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

O ISE é o resultado de uma carteira teórica de ativos, elaborada de acordo com os critérios estabelecidos nesta metodologia.

Os índices da BM&FBOVESPA utilizam procedimentos e regras constantes do Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA.

1 Objetivo

O objetivo do ISE é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial. O Conselho Deliberativo do ISE (ver Anexo) seleciona, no máximo, 40 empresas para compor a carteira do índice.

2 Tipo de Índice

O ISE é um índice de retorno total (ver Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA).

3 Ativos Elegíveis

O ISE é composto das ações e units exclusivamente de ações de companhias listadas na BM&FBOVESPA que atendem aos critérios de inclusão descritos a seguir.

Não estão incluídos nesse universo BDRs e ativos de companhias em recuperação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária, intervenção ou que sejam negociados em qualquer outra situação especial de listagem (ver Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA).

4 Critérios de Inclusão

Serão selecionados para compor o ISE os ativos que atendam cumulativamente aos critérios abaixo.

4.1 Estar entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), ocupem as 200 primeiras posições (ver Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA).

4.2 Ter presença em pregão de 50% (cinquenta por cento) no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores.

4.3 Não ser classificado como "Penny Stock" (ver Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA).

4.4 Atender aos critérios de sustentabilidade e ser selecionado pelo Conselho Deliberativo do ISE (ver Anexo).

4.5 Uma vez que um ativo de uma empresa atenda aos critérios de inclusão acima, todas as espécies de sua emissão participarão da carteira do índice, desde que estejam entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), representem em conjunto 99% (noventa e nove por cento) do somatório total desses indicadores (ver Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA).

5 Critérios de Exclusão

Serão excluídos da carteira os ativos que:

5.1 deixarem de atender a qualquer um dos critérios de inclusão acima indicados;

5.2 durante a vigência da carteira passem a ser listados em situação especial (ver Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA). Serão excluídos ao final de seu primeiro dia de negociação nesse enquadramento;

5.3 forem de emissão de uma empresa cujo desempenho de sustentabilidade, no entendimento do Conselho Deliberativo do ISE (CISE), tenha sido significativamente alterado em função de algum acontecimento ocorrido durante a vigência da carteira. Nesse caso, os ativos serão excluídos, a qualquer momento, por deliberação do CISE.

6 Critério de Ponderação

No ISE, os ativos são ponderados pelo valor de mercado do "free float" (ativos que se encontram em circulação) da espécie pertencente à carteira (ver Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA).

Ressalta-se que a participação de um setor econômico no ISE (considerando todas as espécies e classes de ações ou units de emissão das empresas incluídas, se for o caso) não poderá ser superior a 15% (quinze por cento), quando de sua inclusão ou nas reavaliações periódicas.

Caso isso ocorra, serão efetuados ajustes para adequar o peso dos ativos das companhias desse setor a esse limite, redistribuindo-se o excedente proporcionalmente aos demais ativos da carteira.

ANEXO

O Conselho Deliberativo do ISE – CISE

Por volta do ano 2000, a BM&FBOVESPA (então apenas BOVESPA) e outras importantes instituições (Abrapp, Anbima, Apimec, IBGC, IFC, Instituto Ethos, Ministério do Meio Ambiente e FGV[1]) decidiram unir esforços para criar um índice de ações que fosse um referencial (*benchmark*) para os investimentos sustentáveis e responsáveis no Brasil, dando origem ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Após o momento inicial de elaboração dessa proposta, que teve apoio financeiro da IFC, oito organizações deram origem ao Conselho Deliberativo do ISE, presidido pela BM&FBOVESPA, que constitui o órgão máximo de governança do índice e que tem como missão garantir um processo transparente de construção do índice e de seleção das empresas. O Pnuma foi a 9ª instituição a integrar o CISE, em 2007, e, em 2012, duas novas instituições passaram a compor o Conselho: Gife e Ibracon. A BM&FBOVESPA é também responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice.

O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta de ações de empresas com reconhecido comprometimento com o desenvolvimento sustentável, práticas e alinhamento estratégico com a sustentabilidade

[1] Instituições participantes do Conselho Deliberativo do ISE:

- Abrapp: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- Anbima: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
- Apimec: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- BM&FBOVESPA: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- Gife: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas;
- IBGC: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa;
- IFC: International Finance Corporation;
- Ibracon: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil;
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- Ministério do Meio Ambiente; e
- Pnuma: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

empresarial, destacando-as para investidores, além de atuar como indutor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Critérios de Seleção

Para avaliar o desempenho em sustentabilidade das empresas listadas na BM&FBOVESPA e selecioná-las para compor o índice, a BM&FBOVESPA e o CISE contam com a parceria técnica do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP).

O GVces desenvolveu a metodologia, que se baseia em um questionário para avaliar o desempenho em sustentabilidade das companhias emissoras das 200 ações mais negociadas da BM&FBOVESPA. Esse questionário é bem abrangente e considera o desempenho da companhia em sete dimensões que avaliam, entre outros, elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros de forma integrada. Às dimensões ambiental, social e econômico-financeira, tradicionalmente conhecidas como TBL (*triple bottom line*), foram acrescentados outros importantes conjuntos de indicadores. Na dimensão Geral, são avaliadas práticas como o comprometimento da empresa com o desenvolvimento sustentável e perante acordos globais; bem como sua transparência, revelada pela divulgação das respostas do questionário e a elaboração de relatório de sustentabilidade. Na dimensão Natureza do Produto, são consideradas, entre outras, questões relativas aos possíveis danos e riscos à saúde dos consumidores e de terceiros, provocados pela utilização de produtos ou serviços da empresa. Há ainda uma dimensão inteira sobre Governança Corporativa e o que se entende como o estado da arte nesse tema.

Mais recentemente, o tema das mudanças climáticas foi aprofundado, tendo migrado para uma dimensão que busca avaliar o compromisso, as estratégias, a gestão de riscos e as oportunidades advindas das mudanças climáticas já em curso no planeta.

Todas as dimensões são subdivididas em um conjunto de critérios e estes em indicadores. As dimensões Ambiental, Social, Econômico-financeira e de Mudanças Climáticas seguem um mesmo padrão, sendo divididas em quatro critérios: a) Política (indicadores de comprometimento); b) Gestão (indicadores de programas, metas e monitoramento); c) Desempenho; e d) Cumprimento Legal (reporte, no caso da dimensão climática). No que se refere à dimensão Ambiental, há uma diferenciação dos questionários em função da atividade da empresa e seus impactos diferenciados no meio ambiente.

O preenchimento do questionário – que tem apenas questões objetivas – é voluntário e demonstra o comprometimento da empresa com as questões de sustentabilidade, consideradas cada vez mais importantes pela sociedade e, em especial, por investidores.

Após o envio das respostas, as empresas devem apresentar documentos corporativos que comprovem, de forma amostral, as respostas assinaladas. As respostas das companhias geram seu desempenho quantitativo, enquanto que os documentos corporativos geram o desempenho qualitativo. Juntos, tais desempenhos compõem uma matriz de resultados, que serve de base para avaliação do Conselho Deliberativo do ISE (CISE) e decisão sobre o grupo de empresas que irão compor a carteira, considerando o limite de 40 empresas.

Originalmente, a vigência da carteira era de 1º de dezembro do ano em curso até 30 de novembro do ano seguinte. Em 2011, esse período foi alterado, passando a ter início na primeira segunda-feira de janeiro (ou dia útil posterior, caso não haja negociações no segmento BOVESPA nesse dia) até o dia anterior da entrada em vigor da nova carteira, em janeiro do ano seguinte.

Além da reavaliação de janeiro, quando são efetuadas alterações na composição da carteira, ocorrem mais duas reavaliações: em maio e em setembro. Nessas duas, são atualizadas as informações de "free float" das empresas – que servem de base para o cálculo das quantidades teóricas

utilizadas para apurar o índice – e também é verificado o atendimento ao limite de participação de cada setor econômico na carteira teórica.

linkedin.com/company/bm&fbovespa

twitter.com/bmfbovespa

facebook.com/bolsapravoce

Visite o site da BM&FBOVESPA

bmfbovespa.com.br

BM&FBOVESPA
A Nova Bolsa

ANEXO D
AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Acordo de Confidencialidade/ Liberação da Utilização da Base de Dados da Consultoria Pro Bono, realizada pelo ISAE para o CBPG.

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a utilização dos dados estatísticos, por Fabiana Crivano Lopes, aluna do Mestrado Profissional em Governança e Sustentabilidade do Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE, provenientes da pesquisa realizada pela Consultoria *pro bono* do ISAE, para o Comitê Brasileiro do Pacto Global – CBPG.

Nenhum dado negativo ou *gap* diagnosticado deve ser divulgado. Os dados da consultoria utilizados devem complementar o foco principal do trabalho da mestranda - SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL: A GERAÇÃO DE VALORES SUSTENTÁVEIS EM NEGÓCIOS, ATRAVÉS DE INICIATIVAS E PRÁTICAS DO PACTO GLOBAL - que pretende reforçar o valor de negócio sustentável para empresas engajadas nas boas práticas do Pacto Global.

Norman de Paula Arruda Filho
Presidente do ISAE
RG:

ANEXO E
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ONLINE COM A REDE BRASILEIRA DO PG

Pesquisa Online

PERFIL

Nome da empresa: Clique aqui para digitar texto.

Ramo de atuação: Clique aqui para digitar texto.

Ano de fundação da empresa:Clique aqui para digitar texto.

Local de fundação da empresa (Estado):Clique aqui para digitar texto.

Quantas unidades possui? Clique aqui para digitar texto.

Essas unidades localizam-se no mesmo Estado de fundação da empresa ou estão espalhadas pelo Brasil?

a) ☐ Todas no mesmo Estado
b) ☐ Espalhadas pelo Brasil

Atualmente a empresa que você representa conta com quantos colaboradores em seu quadro? Clique aqui para digitar texto.

Signatária do Pacto Global desde (informar mês e ano de adesão): Clique aqui para digitar texto.

Em sua opinião quais competências sua empresa busca em um líder (Marque em ordem de preferência)?

a) Escolha Foco em Inovação
b) Escolha Preocupação com práticas sustentáveis
c) Escolha Capacidade de superar resultados financeiros
d) Escolha Ações empreendedoras
e) Escolha Postura ética
f) ☐ Outra. Qual? Clique aqui para digitar texto.

1) **Por que decidiu se tornar signatário (a) do Pacto Global? (Marque quantas respostas considerar necessário)**
   a) ☐ Acreditar nas ações e princípios do Pacto Global.
   b) ☐ Obter um/outro diferencial competitivo para minha empresa.
   c) ☐ Auxiliar na implantação de práticas mais sustentáveis na rotina da empresa.
   d) ☐ Aumentar o networking.
   e) ☐ Obter acesso a boas práticas de governança corporativa.
   f) ☐ Contribuir com um futuro mais sustentável.
   g) ☐ Outros. Qual? Clique aqui para digitar texto.

CONHECIMENTO DO PACTO GLOBAL E CBPG

2) Conhece o Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG)? (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Conhece e atua.
b) ☐ Conhece e sabe o que faz.
c) ☐ Conhece, mas não sabe muito bem o que faz.
d) ☐ Não conhece.

3) O que você sabe a respeito do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG)? (Marque quantas respostas considerar necessário)

a) ☐ É um grupo formado por empresas não signatárias do Pacto Global que atuam para auxiliar as empresas pertencentes ao Pacto Global.
b) ☐ É um grupo formado por algumas empresas signatárias do Pacto Global que atuam para auxiliar as demais empresas pertencentes ao grupo.
c) ☐ É o grupo que reúne todas as empresas signatárias do Pacto Global.
d) ☐ Não conheço.
e) ☐ Outro. Qual? Clique aqui para digitar texto.

4) Quais as últimas ações promovidas pelo CBPG que você tomou conhecimento? (Marque quantas repostas considerar necessário)

a) ☐ Promoção de eventos na Rio+20.
b) ☐ Produção da Carta de Compromissos - Contribuição Empresarial para a Promoção da Economia Verde e Inclusiva.
c) ☐ Realização de evento de lançamento do Escritório do Pacto Global em São Paulo.
d) ☐ Encontros da Rede Brasileira do Pacto Global.
e) ☐ Não conheço nenhuma ação do CBPG.
f) ☐ Outro. Qual? Clique aqui para digitar texto.

5) Em sua opinião, quais os pontos positivos do CBPG? (Marque quantas respostas considerar necessário)

a) ☐ Contribui para disseminação do Pacto Global no Brasil.
b) ☐ Colabora com a implementação dos princípios do Pacto Global na minha empresa.
c) ☐ Dissemina atualizações sobre a sustentabilidade corporativa.
d) ☐ Realiza eventos que possibilitam network, integração e troca de experiências sobre a sustentabilidade coorporativa.
e) ☐ Outro. Qual? Clique aqui para digitar texto.

6) Em sua opinião quais os pontos de melhoria no CBPG?

Clique aqui para digitar texto.

Pacto Global Rede Brasileira

ISAE

GOVERNANÇA DO CBPG

7) Você conhece a estrutura de governança do CBPG? (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Sim
b) ☐ Não

8) A estrutura de governança do CBPG é composta pela Secretaria Executiva (profissional), Diretoria (com 5 diretores – atuação voluntária), e Forças Tarefas (Direitos Humanos & Trabalho, 10º Princípio, Meio Ambiente, Governança, Educação e Comunicação – atuação voluntária). Você conhecia essa estrutura? (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Sim
b) ☐ Em parte
c) ☐ Não

9) Você acredita que essa estrutura seja eficaz? (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Sim
b) ☐ Não

10) Em sua opinião, essa estrutura de governança pode melhorar?

Clique aqui para digitar texto.

CONHECIMENTO DOS 10 PRINCÍPIOS

11) Dos princípios listados abaixo, quais são mais fáceis de serem cumpridos? (Marque quantas respostas considerar necessário)

a) ☐ As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
b) ☐ Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.
c) ☐ As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
d) ☐ A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
e) ☐ A abolição efetiva do trabalho infantil.
f) ☐ Eliminar a discriminação no emprego.
g) ☐ As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
h) ☐ Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.
i) ☐ Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.
j) ☐ As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

12) E quais são os mais difíceis de serem cumpridos? (Marque quantas respostas considerar necessário)

a) ☐ As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
b) ☐ Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.
c) ☐ As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
d) ☐ A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
e) ☐ A abolição efetiva do trabalho infantil.
f) ☐ Eliminar a discriminação no emprego.
g) ☐ As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
h) ☐ Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.
i) ☐ Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.
j) ☐ As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

13) Em sua opinião, como o CBPG poderia ajudar a sua empresa a cumprir os 10 princípios?

Clique aqui para digitar texto.

14) Qual a grande contribuição do Pacto Global para sua empresa?
(Sinalize de acordo com a ordem de prioridade)

a) Escolha Diferencial competitivo.
b) Escolha Implantação de práticas mais sustentáveis na rotina da empresa.
c) Escolha Networking e acesso a boas práticas de governança corporativa.
d) Escolha Possibilidade de contribuir com um futuro mais sustentável.
e) ☐ Outros. Qual? Clique aqui para digitar texto.

15) Na sua visão, de que forma sua empresa tem contribuído para o Pacto Global?

Clique aqui para digitar texto.

PERFIL DA INSTITUIÇÃO DENTRO DO PACTO GLOBAL

16) Atualmente, a sua empresa:

a) ☐ Faz parte do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG) *(responder apenas bloco 1, pergunta 17)*.
b) ☐ Faz parte da Rede Brasileira do Pacto Global e realiza contribuições financeiras *(responder apenas bloco 2, pergunta 18)*.
c) ☐ Faz parte da Rede Brasileira do Pacto Global, mas não realiza contribuições financeiras *(responder apenas bloco 3, pergunta 19)*.

Bloco 1 – Membros do CBPG

17) Por que você optou por fazer parte do CBPG? (Marque quantas respostas considerar necessário)

a) ☐ Porque o investimento no Comitê compensa, considerando o retorno obtido.
b) ☐ Para estar em contato com grandes empresas.
c) ☐ Para acompanhar de perto as ações do Pacto Global.
d) ☐ Para obter outro diferencial competitivo para minha empresa.
e) ☐ Possibilidade de acessar a diretoria.
f) ☐ Para contribuir com o crescimento do Pacto Global no Brasil.
g) ☐ Outros. Quais? Clique aqui para digitar texto.

18) Você considera que a contribuição financeira que é feita atualmente para fazer parte do CBPG é adequada? (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Sim, o valor pago compensa pelo retorno obtido.
b) ☐ Não, o valor é muito alto para o retorno obtido. Não compensa.

19) Você considera adequado as contribuições financeiras serem feitas de acordo com o faturamento da empresa? (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Completamente adequado.
b) ☐ Inadequado, deveriam ser feitas de forma igual para todas as empresas.
c) ☐ Inadequado, deveria ser discutido outro modelo de contribuição.

20) Com relação a sua intenção de contribuição financeira para 2014 você diria que (Marque apenas 1 resposta):

a) ☐ Permanecerá como está, fazendo parte do Comitê.
b) ☐ Continuará contribuindo, mas apenas fazendo parte da Rede.
c) ☐ Passará a fazer parte da Rede sem contribuir financeiramente.

Bloco 2 – Para quem faz parte da Rede Brasileira do Pacto Global e realiza contribuição financeira

21) Por que optou por realizar contribuições financeiras ao Pacto Global? (Marque quantas respostas considerar necessário)

a) ☐ Por considerar que contribui para melhor atuação do Pacto Global no Brasil.
b) ☐ Por achar que esse é mais um diferencial competitivo para sua empresa.
c) ☐ Por achar que os benefícios compartilhados compensam o investimento.
d) ☐ Outras. Quais? Clique aqui para digitar texto.

22) Você considera adequado as contribuições financeiras serem feitas de acordo com o faturamento da empresa? (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Completamente adequado.
b) ☐ Inadequado, deveriam ser feitas de forma igual para todas as empresas.
c) ☐ Inadequado, deveria ser discutido outro modelo de contribuição.

23) Com relação a sua intenção de contribuição financeira para 2014 você diria que: (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Permanecerá como está, contribuindo financeiramente com o Pacto Global.
b) ☐ Passará a fazer parte da Rede sem contribuir financeiramente.

24) Caso haja aumento na contribuição financeira para 2015, você: (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Permanecerá como está, contribuindo financeiramente com o Pacto Global.
b) ☐ Passará a fazer parte da Rede sem contribuir financeiramente.

Bloco 3 – Para quem faz parte da Rede e não realiza contribuições financeiras

25) Por que sua empresa não realiza contribuição financeira ao Pacto Global? (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Não vê diferença entre ser um signatário contribuinte e não contribuinte.
b) ☐ Não acha que há necessidade.
c) ☐ Outras. Quais? Clique aqui para digitar texto.

26) Você considera adequado as contribuições financeiras serem feitas de acordo com o faturamento da empresa? (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Completamente adequado.
b) ☐ Inadequado, deveriam ser feitas de forma igual para todas as empresas.
c) ☐ Inadequado, deveria ser discutido outro modelo de contribuição.

27) Com relação a sua intenção de contribuição financeira para 2014 você diria que: (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Permanecerá como está, fazendo parte da Rede como empresa não contribuinte.
b) ☐ Passará a fazer parte da Rede como contribuinte.

28) Caso haja aumento na contribuição financeira para 2015, você: (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Permanecerá como está.
b) ☐ Passará a contribuir para o Pacto Global.

ARQUITETOS PARA UM MUNDO MELHOR

29) Você conhece ou já ouviu falar sobre a plataforma Arquitetos para um Mundo Melhor? (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Conhece e sabe o que é.
b) ☐ Apenas ouviu falar, mas não possui conhecimento aprofundado do tema.
c) ☐ Não conhece nem ouviu falar sobre a plataforma Arquitetos para um Mundo Melhor.

30) A plataforma Arquitetos para um Mundo Melhor é um convite aos signatários do Pacto Global ao engajamento em ações convergentes com o desenvolvimento sustentável do país. Você acredita que esse programa contribuirá para implantação de ações sustentáveis na sua empresa? (Marque apenas 1 resposta)

a) ☐ Não irá contribuir na implantação de ações sustentáveis na empresa.
b) ☐ Contribuirá pouco.
c) ☐ Ainda não sabe.
d) ☐ Ajudará muito na implantação de ações sustentáveis.

31) Justifique a sua opinião:

Clique aqui para digitar texto.

32) Você gostaria de deixar mais alguma sugestão ao Comitê Brasileiro do Pacto Global?

Clique aqui para digitar texto.

Obrigado pela sua participação.
Sua resposta foi registrada com sucesso!

Essa pesquisa foi conduzida pelo Instituto Superior de Administração e Economia - ISAE.
www.isaebrasil.com.br
Ficou alguma dúvida? Envie para nós!
Gabriella Pita
gabriella.pita@isaebrasil.com.br
(41) 3388-7822

ANEXO F
QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS PRESENCIAIS

Questionário de Entrevistas Presenciais – Consultoria CBPG

Briefing

Essa entrevista faz parte de uma pesquisa referente à atuação do Comitê Brasileiro do Pacto Global, que está sendo coordenada pela equipe do ISAE/FGV, instituição de ensino paranaense, atuante no mercado há 18 anos, signatária do Pacto Global (Global Compact - ONU) desde 2004, e do PRME (Princípios para a Educação Executiva Responsável – ONU).

A pesquisa está sendo conduzida externamente, assegurando a imparcialidade e confiabilidade do relatório final. Dessa forma, solicitamos sua colaboração no preenchimento do termo de autorização para uso das informações compartilhadas, bem como para gravação dessa conversa.

As informações fornecidas por você serão de extrema relevância, para identificarmos os *gaps* e sugerirmos novas soluções que atendam todos os envolvidos, no que diz respeito à atuação do Pacto Global no Brasil.

1. Qual o grau de representatividade do Comitê Brasileiro do Pacto Global, em sua opinião?
2. O CBPG foi criado em dezembro de 2003. Desde sua fundação, existe algum avanço perceptível? Cite exemplos?
3. Em sua opinião, qual deve ser a missão do CBPG?
4. E quais devem ser os objetivos estratégicos mais importantes desse grupo?
5. Ser um signatário do Pacto Global das Nações Unidas gera valor a sua empresa?
6. Ser membro do CPGB gera valor a sua empresa?
7. Quais as principais mudanças percebidas em sua empresa, após se tornar um signatário do Pacto Global?
8. Cite exemplos de como a sua empresa tem contribuído para o Pacto Global.
9. Você teria outras sugestões quanto à atuação do CBPG ou do Pacto Global?

ANEXO G
QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS PRESENCIAIS COM OS EXECUTIVOS DAS REDES SIMILARES AO PG

Questionário de Entrevistas com as Redes – Consultoria CBPG

Briefing

Essa entrevista faz parte de uma pesquisa referente à atuação do Comitê Brasileiro do Pacto Global, que está sendo coordenada pela equipe do ISAE/FGV, instituição de ensino paranaense, atuante no mercado há 18 anos, signatária do Pacto Global (Global Compact - ONU) desde 2004, e do PRME (Princípios para a Educação Executiva Responsável – ONU).

A pesquisa está sendo conduzida externamente, assegurando a imparcialidade e confiabilidade do relatório final. Dessa forma, solicitamos sua colaboração no preenchimento do termo de autorização para uso das informações compartilhadas, bem como para gravação dessa conversa.

As informações fornecidas por você serão de extrema relevância, como *benchmarking* de melhores práticas do trabalho em rede.

- Como funciona a governança da sua Instituição?

- Qual a missão?

- Qual os objetivos para 2014?

- Existem eleições para os cargos de liderança? E como se dá esse processo?

- Como é feito o processo de engajamento dos associados/signatários?

- Qual o papel dos associados? Que trabalham eles desenvolvem?

- Quais as obrigações dos associados/signatários?

- Qual o principal valor percebido sua Instituição agrega aos associados/signatários?

- Como e com que periodicidade são realizados os encontros?

- Qual a maior dificuldade desse trabalho em Rede?

- Existe cobrança financeira? Como é feita?

- Qual sua impressão sobre a Rede Brasileira do Pacto Global?

- Você enxerga uma forma para aprofundar/estreitar essa parceria?

ANEXO H
LISTA DOS ENTREVISTADOS

LISTA DOS ENTREVISTADOS

Lideranças	**Cargo e/ou Empresa**
Fábio Barbosa	Presidente Executivo Grupo Abril
Marcelo Araújo	Presidente Grupo Libra
Renata Araújo Cardoso	Meio Ambiente – Nova Economia da Vale
Lindolfo Zimmer	Presidente COPEL
Jorge Samek	Diretor Geral Brasileiro da Itaipu
Carlos Fadigas	CEO Braskem
Board do CBPG	**Posição**
Jorge Soto	Presidente do CBPG
Norman de Paula Arruda Filho	Membro do *Board*
Heloisa Covolan	Membro do *Board*
Armando Tripodi	Membro do *Board*
Augusto Rodrigues	Membro do *Board*
Renata Seabra	Secretária Executiva do CBPG
Coordenadores Forças Tarefas do CBPG	**Área Temática**
Grace Schmidt	Educação
Casemiro de Moraes	Comunicação
Aline M. Figueiredo	10º Princípio (Corrupção)
Domenico Machado	Meio Ambiente
Marina Nunes	Meio Ambiente
Thiago Terada	Meio Ambiente
Fábio Risério	Governança
Heloisa Covolan	Direitos Humanos

Fonte: adaptado de ISAE/CBPG (2014)

ANEXO I

EVOLUÇÕES HISTÓRICAS DO ISE: EVOLUÇÃO MENSAL, VOLATILIDADE MENSAL, VALOR DE MERCADO E RECORDES ANUAIS

ISE - Maior Fechamento do Ano

Ano	Nominal	Pregão	US$	Pregão
2005	1.056,36	06/12/2005	484,41	06/12/2005
2006	1.433,42	28/12/2006	670,45	28/12/2006
2007	2.044,07	06/12/2007	1.159,63	07/12/2007
2008	2.274,00	28/05/2008	1.386,37	30/05/2008
2009	1.972,04	30/12/2009	1.132,58	30/12/2009
2010	2.128,31	04/11/2010	1.265,42	04/11/2010
2011	2.219,60	05/04/2011	1.387,70	26/04/2011
2012	2.432,53	28/12/2012	1.336,53	02/03/2012
2013	2.593,80	22/10/2013	1.254,53	08/03/2013
2014	2.713,79	03/09/2014	1.215,91	03/09/2014
2015(*)	2.699,66	05/05/2015	919,14	22/01/2015

(*) Até Agosto

ISE - Menor Fechamento do Ano

Ano	Nominal	Pregão	US$	Pregão
2005	1.000,00	30/11/2005	431,03	19/12/2005
2006	998,09	13/06/2006	433,61	13/06/2006
2007	1.288,08	05/03/2007	602,24	05/03/2007
2008	974,44	27/10/2008	427,09	21/11/2008
2009	1.035,89	03/03/2009	427,74	03/03/2009
2010	1.754,63	20/05/2010	939,46	20/05/2010
2011	1.671,12	08/08/2011	956,92	04/10/2011
2012	2.030,13	02/01/2012	1.029,13	23/05/2012
2013	2.145,88	24/06/2013	953,09	24/06/2013
2014	2.187,12	14/01/2014	831,07	16/12/2014
2015(*)	2.174,58	24/08/2015	612,66	24/08/2015

(*) Até Agosto

ISE - Maior Fechamento do Ano

Ano	Nominal	Pregão	US$	Pregão
2005	1.056,36	06/12/2005	484,41	06/12/2005
2006	1.433,42	28/12/2006	670,45	28/12/2006
2007	2.044,07	06/12/2007	1.159,63	07/12/2007
2008	2.274,00	28/05/2008	1.386,37	30/05/2008
2009	1.972,04	30/12/2009	1.132,58	30/12/2009
2010	2.128,31	04/11/2010	1.265,42	04/11/2010
2011	2.219,60	05/04/2011	1.387,70	26/04/2011
2012	2.432,53	28/12/2012	1.336,53	02/03/2012
2013	2.593,80	22/10/2013	1.254,53	08/03/2013
2014	2.713,79	03/09/2014	1.215,91	03/09/2014
2015(*)	2.699,66	05/05/2015	919,14	22/01/2015

(*) Até Agosto

ISE - Menor Fechamento do Ano

Ano	Nominal	Pregão	US$	Pregão
2005	1.000,00	30/11/2005	431,03	19/12/2005
2006	998,09	13/06/2006	433,61	13/06/2006
2007	1.288,08	05/03/2007	602,24	05/03/2007
2008	974,44	27/10/2008	427,09	21/11/2008
2009	1.035,89	03/03/2009	427,74	03/03/2009
2010	1.754,63	20/05/2010	939,46	20/05/2010
2011	1.671,12	08/08/2011	956,92	04/10/2011
2012	2.030,13	02/01/2012	1.029,13	23/05/2012
2013	2.145,88	24/06/2013	953,09	24/06/2013
2014	2.187,12	14/01/2014	831,07	16/12/2014
2015(*)	2.174,58	24/08/2015	612,66	24/08/2015

(*) Até Agosto

Fonte: Ibovespa (Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/indices>. Acesso em: 12 ago. 2015)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	ISE Anual
2005											1.040,08
2006	37,8										1.433,42
2007	39,1	40,4									2.011,81
2008	4,5	-9,1	-41,1								1.185,19
2009	17,3	11,2	-1	66,4							1.972,04
2010	15	9,9	1,2	32,7	5,8						2.087,30
2011	11,7	7,1	0,1	19,4	1,2	-3,3					2.018,94
2012	12,9	9,2	3,9	19,7	7,3	8	20,5				2.432,53
2013	11,5	8,1	3,6	15,9	5,9	5,9	10,8	1,9			2.479,61
2014	9,9	6,8	2,7	12,7	4,3	3,9	6,4	0	-1,9		2.431,59
2015	8,2	5,3	1,6	9,9	2,5	1,9	3,2	-2	-3,9	-5,8	2.289,98

Fonte: Ibovespa - www.bmfbovespa.com.br/indices

Acessado em: Agosto/15

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	ISE Anual
2005											1.040,08
2006	37,8										1.433,42
2007	39,1	40,4									2.011,81
2008	4,5	-9,1	-41,1								1.185,19
2009	17,3	11,2	-1	66,4							1.972,04
2010	15	9,9	1,2	32,7	5,8						2.087,30
2011	11,7	7,1	0,1	19,4	1,2	-3,3					2.018,94
2012	12,9	9,2	3,9	19,7	7,3	8	20,5				2.432,53
2013	11,5	8,1	3,6	15,9	5,9	5,9	10,8	1,9			2.479,61
2014	9,9	6,8	2,7	12,7	4,3	3,9	6,4	0	-1,9		2.431,59
2015	8,2	5,3	1,6	9,9	2,5	1,9	3,2	-2	-3,9	-5,8	2.289,98

Fonte: Ibovespa (Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/indices>. Acesso em: 12 ago. 2015)

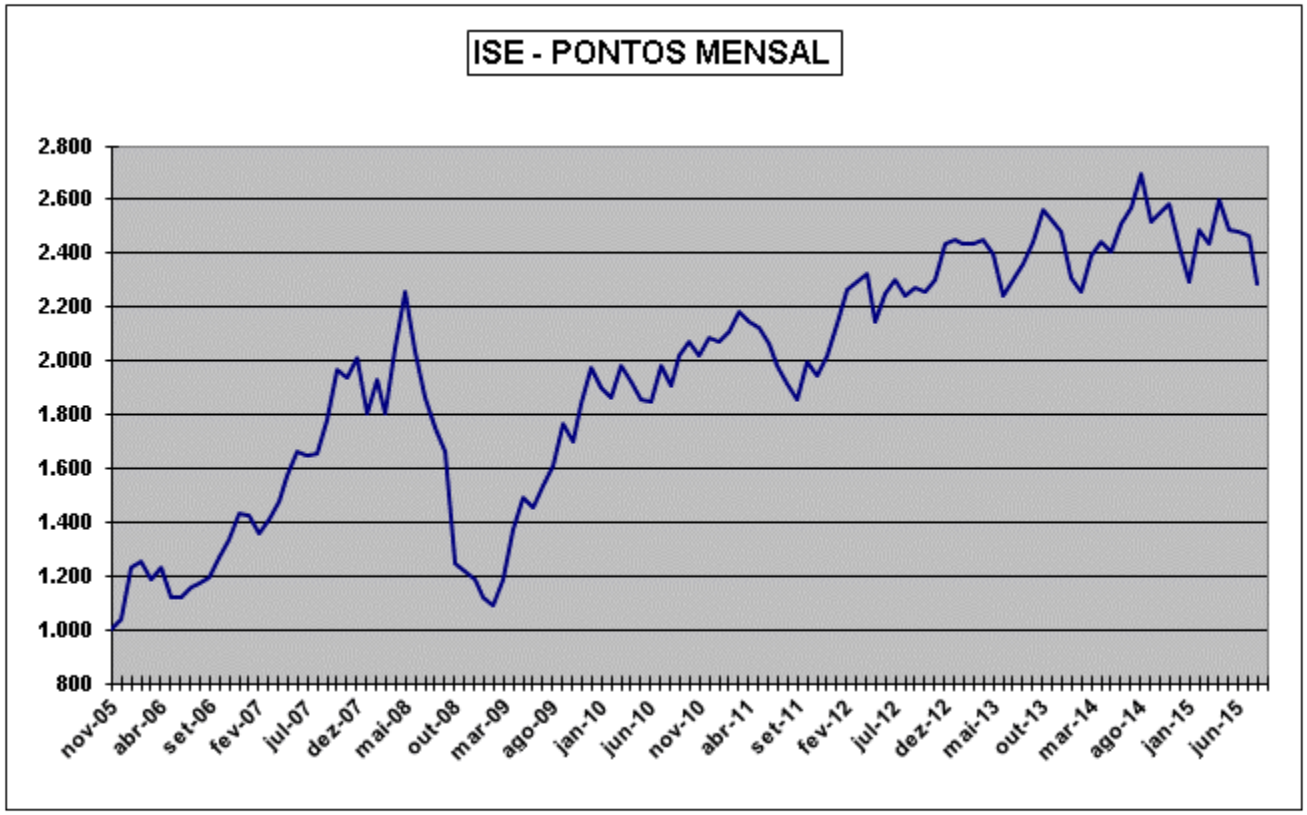
Ano	Índice de Fechamento Nominal	Variação Anual Nominal	Índice de Fechamento em US$	Variação Anual em US$
01/11/2005	1.000,00		453,1	
2005	1.040,08	4,01	444,35	-1,93
2006	1.433,42	37,82	670,45	50,88
2007	2.011,81	40,35	1.135,78	69,41
2008	1.185,19	-41,09	507,14	-55,35
2009	1.972,04	66,39	1.132,58	123,33
2010	2.087,30	5,84	1.252,73	10,61
2011	2.018,94	-3,28	1.076,31	-14,08
2012	2.432,53	20,49	1.190,37	10,6
2013	2.479,61	1,94	1.058,49	-11,08
2014	2.431,59	-1,94	915,44	-13,51
2015(*)	2.289,98	-5,82	627,96	-31,4

(*) Até Agosto

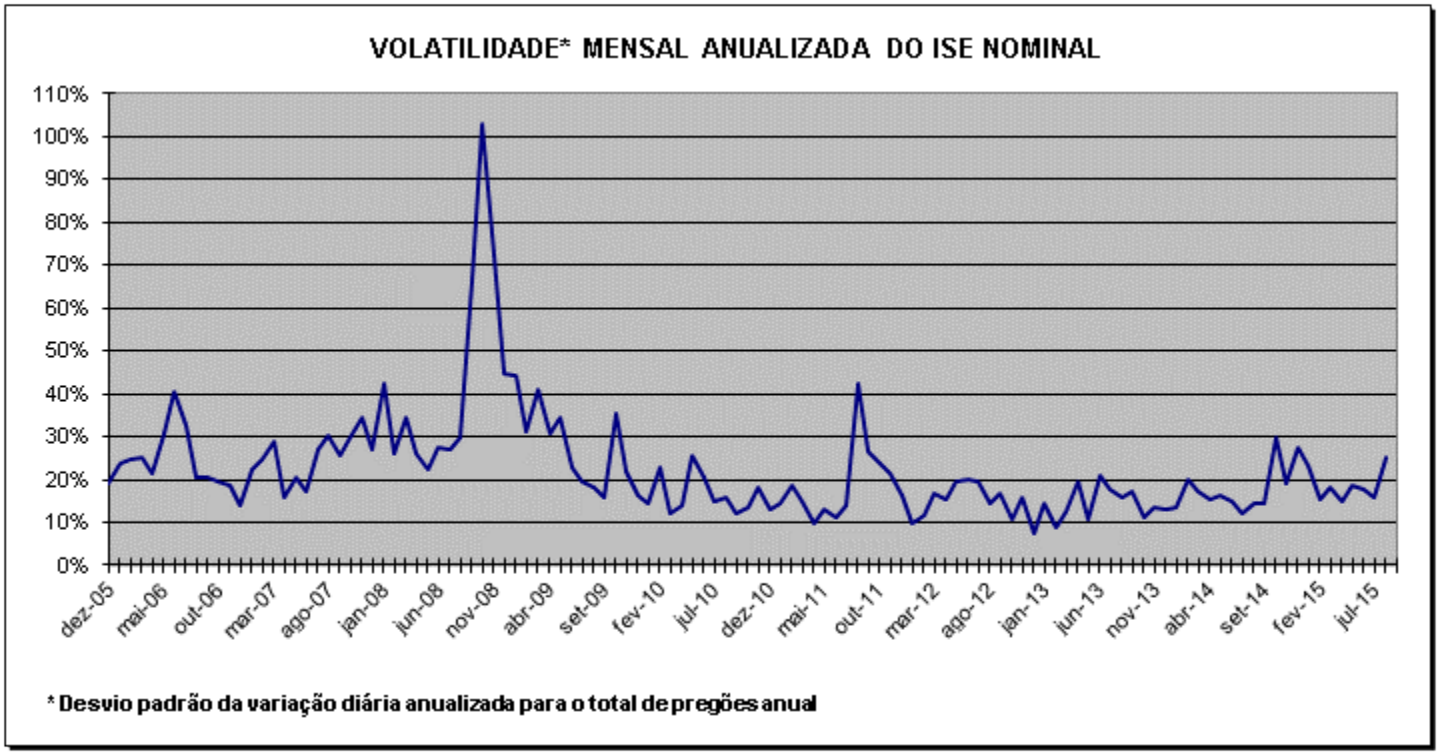
Ano	Índice de Fechamento Nominal	Variação Anual Nominal	Índice de Fechamento em US$	Variação Anual em US$
01/11/2005	1.000,00		453,1	
2005	1.040,08	4,01	444,35	-1,93
2006	1.433,42	37,82	670,45	50,88
2007	2.011,81	40,35	1.135,78	69,41
2008	1.185,19	-41,09	507,14	-55,35
2009	1.972,04	66,39	1.132,58	123,33
2010	2.087,30	5,84	1.252,73	10,61
2011	2.018,94	-3,28	1.076,31	-14,08
2012	2.432,53	20,49	1.190,37	10,6
2013	2.479,61	1,94	1.058,49	-11,08
2014	2.431,59	-1,94	915,44	-13,51
2015(*)	2.289,98	-5,82	627,96	-31,4

(*) Até Agosto

Fonte: Ibovespa (Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/indices>. Acesso em: 12 ago. 2015)



Fonte: Ibovespa (Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/indices>. Acesso em: 12 ago. 2015)



Fonte: Ibovespa (Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/indices>. Acesso em: 12 ago. 2015)

Dados a partir de: 2005

Mês/Ano	Nº Cias	Valor de Mercado em R$	Valor de Mercado em US$
nov/05	28	365.831.969.942,59	165.759.841.387,66
dez/05	28	380.193.252.988,79	162.427.159.819,23
jan/06	28	445.473.650.590,27	201.026.015.609,32
fev/06	28	456.445.362.007,58	213.741.682.045,27
mar/06	28	446.742.195.288,44	205.644.538.431,45
abr/06	28	470.514.036.690,27	225.212.539.101,20
mai/06	28	432.286.490.144,18	187.609.797.932,67
jun/06	28	429.435.538.947,64	198.417.751.211,69
jul/06	28	440.929.806.255,17	202.614.560.359,88
ago/06	28	449.314.096.844,38	210.077.658.894,91
set/06	28	449.984.246.394,24	206.965.433.904,04
out/06	28	471.980.759.415,76	220.243.004.860,39
nov/06	28	505.551.090.582,02	233.316.914.612,33
dez/06	34	776.465.070.480,31	363.173.559.626,01
jan/07	34	776.954.018.191,34	365.677.045.319,95
fev/07	34	744.726.485.305,32	351.584.593.194,85
mar/07	34	765.154.792.488,79	373.173.425.911,44
abr/07	34	801.488.035.449,94	394.064.622.375,73
mai/07	34	857.200.613.138,78	444.398.679.630,26
jun/07	33	879.825.722.409,20	456.767.585.094,65
jul/07	33	879.157.931.849,40	468.234.944.529,93
ago/07	33	874.760.744.231,90	445.851.551.596,29
set/07	33	943.017.517.626,57	512.816.095.288,76
out/07	33	1.043.638.222.665,23	598.416.412.078,70
nov/07	33	1.026.708.878.065,70	575.606.255.573,06
dez/07	32	1.023.123.816.533,60	577.611.819.868,77
jan/08	32	924.715.463.632,07	525.316.970.761,84
fev/08	32	970.776.265.252,71	576.710.191.441,05
mar/08	32	893.992.537.309,15	511.115.737.984,78
abr/08	31	1.005.778.269.353,49	596.122.729.583,58
mai/08	31	1.112.422.017.610,36	682.718.803.001,30
jun/08	30	1.021.390.979.471,40	641.617.551.021,68
jul/08	30	907.053.680.224,49	578.995.072.274,03
ago/08	30	854.779.461.439,63	522.992.817.816,70
set/08	30	819.471.938.083,88	428.079.161.094,85
out/08	30	602.407.953.862,96	284.786.060.541,28
nov/08	30	568.240.121.956,26	243.555.836.422,03
dez/08	30	399.752.376.712,27	171.053.648.571,77
jan/09	30	381.876.155.962,26	164.871.840.066,59
fev/09	30	374.156.882.023,47	157.314.531.627,78
mar/09	29	394.489.403.525,06	170.391.069.248,91
abr/09	29	450.287.326.917,92	206.715.019.472,95
mai/09	29	485.128.140.168,83	245.883.497.297,92
jun/09	29	477.216.224.720,90	244.525.632.671,08
jul/09	29	510.709.765.066,16	272.727.632.738,52
ago/09	29	533.789.413.123,97	282.967.246.142,88
set/09	28	582.724.350.363,76	327.723.047.277,31
out/09	28	559.084.465.312,49	320.575.954.880,99
nov/09	28	607.999.027.519,39	347.328.778.931,39
dez/09	34	771.057.110.858,06	442.830.870.008,08
jan/10	34	739.343.578.200,39	394.358.639.961,82
fev/10	34	727.193.911.499,94	401.542.745.168,30
mar/10	34	766.453.035.347,17	430.349.823.328,03
abr/10	34	743.304.701.122,47	429.506.934.659,93
mai/10	34	697.609.760.721,10	383.998.327.033,12
jun/10	34	683.689.731.602,10	379.511.369.193,52
jul/10	34	782.108.695.368,26	445.088.035.151,53
ago/10	34	749.047.040.691,96	426.564.373.970,37
set/10	34	795.283.613.368,41	469.415.425.196,80
out/10	34	814.083.559.179,03	478.478.640.636,55
nov/10	34	789.424.783.737,84	460.010.945.596,33
dez/10	34	797.905.490.705,32	478.877.380.089,65

Dados a partir de: 2005

Mês/Ano	Nº Cias	Valor de Mercado em R$	Valor de Mercado em US$
jan/11	38	1.133.406.921.863,91	677.307.829.487,24
fev/11	38	1.146.266.344.639,59	692.231.623.068,72
mar/11	38	1.169.456.812.878,36	718.030.830.035,24
abr/11	38	1.137.183.302.659,04	722.801.311.039,89
mai/11	38	1.109.042.489.795,23	701.970.054.937,20
jun/11	37	1.076.547.424.500,54	689.608.240.663,97
jul/11	37	1.013.222.367.135,59	651.045.664.162,21
ago/11	37	961.742.838.221,94	605.936.768.033,01
set/11	37	931.795.085.874,53	502.477.936.731,34
out/11	37	992.224.053.327,15	587.636.395.218,88
nov/11	37	963.189.122.386,14	531.884.213.587,80
dez/11	37	987.735.739.414,38	526.567.725.458,15
jan/12	38	1.080.904.510.909,27	621.530.970.564,82
fev/12	38	1.123.767.329.968,88	657.481.470.845,37
mar/12	38	1.114.583.459.255,48	611.702.683.308,00
abr/12	38	1.080.576.042.043,52	571.189.365.706,49
mai/12	38	1.005.907.927.295,95	497.407.865.942,70
jun/12	38	1.035.299.313.653,97	512.194.782.394,42
jul/12	38	1.060.189.459.887,07	517.190.819.009,26
ago/12	38	1.034.650.333.584,84	507.878.624.379,00
set/12	37	1.020.408.622.401,77	502.515.819.167,58
out/12	37	1.021.842.865.134,82	502.134.086.061,32
nov/12	37	1.035.584.930.436,52	491.404.066.829,54
dez/12	37	1.117.085.297.324,37	547.188.487.545,60
jan/13	37	1.150.245.432.402,95	578.506.982.046,47
fev/13	37	1.141.791.255.013,06	578.005.090.114,94
mar/13	37	1.153.823.946.283,10	572.958.559.083,87
abr/13	37	1.124.859.438.796,46	561.952.060.147,10
mai/13	37	1.112.836.912.475,02	521.993.016.780,79
jun/13	37	1.019.312.859.703,18	460.061.770.943,83
jul/13	37	1.041.774.774.969,57	454.863.893.363,13
ago/13	37	1.050.014.430.834,00	442.577.210.045,97
set/13	37	1.109.629.931.552,58	497.591.897.557,21
out/13	37	1.169.504.331.454,21	530.965.373.401,56
nov/13	37	1.132.311.271.880,75	487.036.548.617,52
dez/13	37	1.107.626.935.726,62	472.819.489.339,44
jan/14	40	1.065.526.993.066,12	439.157.150.008,76
fev/14	40	1.053.538.072.815,32	451.503.416.823,20
mar/14	40	1.120.238.994.257,86	495.023.859.592,51
abr/14	40	1.159.442.311.346,48	518.534.128.509,16
mai/14	40	1.122.834.233.172,30	501.489.161.756,27
jun/14	40	1.162.042.057.464,07	527.601.388.178,90
jul/14	40	1.208.639.188.819,03	533.050.713.953,87
ago/14	40	1.301.294.219.073,10	581.038.676.135,55
set/14	40	1.168.743.020.276,71	476.843.337.526,17
out/14	40	1.184.489.679.652,34	484.612.421.099,90
nov/14	40	1.219.401.702.049,98	476.310.183.996,65
dez/14	40	1.117.933.274.579,49	420.876.919.877,84
jan/15	40	1.061.351.504.510,68	398.659.619.318,14
fev/15	40	1.157.872.685.081,56	402.290.558.363,42
mar/15	40	1.130.563.906.865,89	352.420.170.469,43
abr/15	40	1.228.561.892.187,71	410.396.142.499,91
mai/15	40	1.153.748.011.075,33	362.950.802.527,83
jun/15	40	1.166.295.940.176,22	375.909.218.131,94
jul/15	40	1.140.382.574.338,50	335.999.579.946,52
ago/15	40	1.033.921.632.618,81	283.522.536.161,13

Fonte: Ibovespa (Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/indices>. Acesso em: 12 ago. 2015)

ISE - 2015

Mês/Ano	Nº Cias	Valor de Mercado em R$	Valor de Mercado em US$
jan/15	40	1.061.351.504.510,68	398.659.619.318,14
fev/15	40	1.157.872.685.081,56	402.290.558.363,42
mar/15	40	1.130.563.906.865,89	352.420.170.469,43
abr/15	40	1.228.561.892.187,71	410.396.142.499,91
mai/15	40	1.153.748.011.075,33	362.950.802.527,83
jun/15	40	1.166.295.940.176,22	375.909.218.131,94
jul/15	40	1.140.382.574.338,50	335.999.579.946,52
ago/15	40	1.033.921.632.618,81	283.522.536.161,13

Fonte: Ibovespa (Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/indices>. Acesso em: 12 ago. 2015)

ISE - Maior Fechamento do Ano

Ano	Nominal	Pregão	US$	Pregão
2005	1.056,36	06/12/2005	484,41	06/12/2005
2006	1.433,42	28/12/2006	670,45	28/12/2006
2007	2.044,07	06/12/2007	1.159,63	07/12/2007
2008	2.274,00	28/05/2008	1.386,37	30/05/2008
2009	1.972,04	30/12/2009	1.132,58	30/12/2009
2010	2.128,31	04/11/2010	1.265,42	04/11/2010
2011	2.219,60	05/04/2011	1.387,70	26/04/2011
2012	2.432,53	28/12/2012	1.336,53	02/03/2012
2013	2.593,80	22/10/2013	1.254,53	08/03/2013
2014	2.713,79	03/09/2014	1.215,91	03/09/2014
2015(*)	2.699,66	05/05/2015	919,14	22/01/2015

(*) Até Agosto

ISE - Menor Fechamento do Ano

Ano	Nominal	Pregão	US$	Pregão
2005	1.000,00	30/11/2005	431,03	19/12/2005
2006	998,09	13/06/2006	433,61	13/06/2006
2007	1.288,08	05/03/2007	602,24	05/03/2007
2008	974,44	27/10/2008	427,09	21/11/2008
2009	1.035,89	03/03/2009	427,74	03/03/2009
2010	1.754,63	20/05/2010	939,46	20/05/2010
2011	1.671,12	08/08/2011	956,92	04/10/2011
2012	2.030,13	02/01/2012	1.029,13	23/05/2012
2013	2.145,88	24/06/2013	953,09	24/06/2013
2014	2.187,12	14/01/2014	831,07	16/12/2014
2015(*)	2.174,58	24/08/2015	612,66	24/08/2015

(*) Até Agosto

Fonte: Ibovespa (Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/indices>. Acesso em: 12 ago. 2015)